

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Programa de Pós-Graduação em Psicologia



**PRECARIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: VIVÊNCIAS DE
PRAZER E SOFRIMENTO NO CULTIVO DO FUMO**

Laura Silva Peixoto de Castro

Bolsista: PROMESTRE

Dissertação de Mestrado

São Leopoldo,

2013

**PRECARIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: VIVÊNCIAS DE PRAZER
E SOFRIMENTO NO CULTIVO DO FUMO**

LAURA SILVA PEIXOTO DE CASTRO

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
Área de Concentração Psicologia Clínica,
da Universidade do Vale do Rio dos Sinos,
como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientadora: Prof. Dra. Janine Kieling Monteiro

São Leopoldo,

2013

Ficha catalográfica

C355p Castro, Laura Silva Peixoto de.
Precarização da organização do trabalho: vivências de prazer e sofrimento no cultivo do fumo / Laura Silva Peixoto de Castro. – 2013.
101 f. ; 30 cm.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2013.
"Orientadora: Prof. Dra. Janine Kieling Monteiro."
1. Prazer. 2. Sofrimento. 3. Adoecimento. 4. Fumicultura. 5. Fumicultores. 6. Tabaco. 7. Psicodinâmica do trabalho. I. Título.
CDU 159.9

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecário: Flávio Nunes – CRB 10/1298)

“Particularmente, não creio que os movimentos coletivos de dimensão social sejam habitualmente mobilizados pela vontade de marchar para uma felicidade prometida, ainda que por uma ideologia estruturada. Entendo que a mobilização tem sua principal fonte de energia não na esperança de felicidade (pois sempre duvidamos dos resultados de uma transformação política), mas na cólera contra o sofrimento e a injustiça considerados intoleráveis. Em outras palavras, a ação coletiva seria mais reação do que ação, reação contra o intolerável, mais que ação voltada para a felicidade.” (Christophe Dejours)

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho à Marina. Obrigada filha por me acompanhar nas idas e vindas a Dom Feliciano e por esperar seu tempo para nascer. Você esteve comigo e com os fumicultores no momento dos grupos focais, na etapa mais importante desta trajetória. Aos seus nove meses de vida uterina, sem a sua colaboração, este sonho não se concretizaria.

Agradeço a minha família, Sandra, Rogério, Ana Carolina e Bárbara pela ajuda e cuidados com a Marina, permitindo que eu pudesse me dedicar e concluir esta Dissertação. Obrigada pai, pelos espaços de discussão que criamos a fim de problematizar a causa dos fumicultores.

Agradeço também a minha orientadora Janine Kieling Monteiro e as colegas do mestrado, pelo carinho, dedicação, profissionalismo e amizade: vocês me apoiaram a investigar este tema tão curioso e polêmico.

Agradeço as minhas colegas de trabalho, Ana Beatriz (de Dom Feliciano/RS), Sirlândia e Katiusia (de Igrejinha/RS): a colaboração e apoio de vocês foram essenciais para a realização deste trabalho.

Agradeço aos professores da banca por aceitarem apreciar esta dissertação, disponibilizando-se para a sua leitura e avaliação.

Por fim, agradeço, especialmente, aos fumicultores felicianenses, pela atitude deveras participativa. Vocês foram corajosos ao compartilhar em grupo, de forma emancipatória, suas vivências de prazer e de sofrimento no trabalho.

Na esperança de poder contribuir para a construção de uma organização do trabalho mais justa aos fumicultores, agradeço por esta oportunidade.

A todos, boa leitura e muito obrigada!

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	8
RESUMO	9
ABSTRACT	11
APRESENTAÇÃO	12
SEÇÃO 1 - ARTIGO EMPÍRICO	
1 O fumicultor adverte: a causa do seu sofrimento é o Homem, não o fumo	13
1.1 Introdução	14
1.2. Método	20
1.2.1 Delineamento	20
1.2.2 Participantes	20
1.2.3 Instrumento	21
1.2.4 Procedimento éticos e de pesquisa.....	21
1.2.5 Procedimento de coleta dos dados	22
1.2.6 Procedimento de análise dos dados	23
1.3 Resultados e Discussão	23
1.3.1 A importância da fumicultura para o município de Dom Feliciano e região.....	24
1.3.2 Rentabilidade da fumicultura.....	25
1.3.3 A diversificação rural sob a ótica dos produtores de tabaco: fatores positivos e negativos	27
1.3.4 A exploração perpetrada pelas empresas fumageiras	30
1.3.4.1 O contrato de compra e venda do fumo em folha	30
1.3.4.1.1 O seguro AFULBRA	32
1.3.4.1.2 Os EPI's, componentes do "pacote tecnológico"	32
1.3.4.2 A classificação e a comercialização do tabaco: mecanismo de exploração	33
1.3.4.3 Direitos trabalhistas.....	36
1.3.5 A participação do estado no apoio aos fumicultores	37
1.3.6 Perspectivas de mudança para a reversão do quadro de precarização no trabalho para os fumicultores	41
1.3.7 Repercussão da pesquisa.....	45
1.3.8 Reflexões a partir da Psicodinâmica do Trabalho.....	46

Considerações Finais	49
Referências	50
SEÇÃO 2 - ARTIGO EMPÍRICO	
2 Não adoce só quem fuma, mas também quem planta	56
2.1 Introdução	57
2.2. Método	65
2.2.1 Delineamento	65
2.2.2 Participantes	66
2.2.3 Instrumento	66
2.2.4 Procedimento éticos e de pesquisa.....	67
2.2.5 Procedimento de coleta dos dados	67
2.2.6 Procedimento de análise dos dados	67
2.3 Resultados e Discussão	68
2.3.1 O sofrimento no trabalho	70
2.3.1.1 Sofrimento causado pela desvalorização do produto	71
2.3.1.2 Sofrimento relacionado aos fatores naturais	71
2.3.1.3 Sofrimento e adoecimento em decorrência dos agravos à saúde	72
2.3.1.4 Sofrimento ocasionado pela fragilização dos vínculos familiares	77
2.3.1.5 Sofrimento e suicídio como consequência do endividamento	78
2.3.2 Prazer no trabalho	81
2.3.3 Momentos de lazer – a vida fora do trabalho	84
2.3.4 Contribuições da Psicodinâmica do Trabalho	87
Considerações Finais	89
Referências	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
ANEXO A – GRUPOS FOCAIS: QUESTÕES NORTEADORAS	99
ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	100

LISTA DE SIGLAS

AFULBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil

Art. – Artigo

CFP – Conselho Regional de Psicologia

CQCT – Convenção Quadro Sobre o Controle do Uso de Tabaco

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CRP – Conselho Regional de Psicologia

DESER – Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais

DFVT – Doença da folha verde do tabaco

EMATER/RS – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul

EPI ou EPIs – Equipamento(s) de Proteção Individual

FEE – Fundação de Economia e Estatística

ha – hectare

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDESE – Índice de Desenvolvimento Sócio Econômico

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

Ofs – Organofosforados

PIB – Produto Interno Bruto

PPG – Programa de Pós-Graduação em Psicologia

RS – Rio Grande do Sul

SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE ou TCLEs – Termo(s) de Consentimento Livre e Esclarecido(s)

UBS ou UBSs – Unidade(s) Básica(s) de Saúde

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

RESUMO

Alguns fatores contribuem significativamente para a precarização da organização do trabalho na fumicultura, destacando-se: a exploração do produtor de tabaco pela empresa fumageira; a desproteção social destes trabalhadores pelo Estado; a intensificação do trabalho em consonância com a lógica de acumulação de capital, colocando em risco a saúde dos profissionais; a proposta de diminuição do plantio e do consumo do tabaco em todo território nacional. Resistindo a estas adversidades, os produtores de fumo procuram sobreviver em um cenário econômico que não lhes é favorável. Esta pesquisa objetivou conhecer a percepção destes profissionais acerca do reflexo da organização do trabalho sobre suas vivências de prazer e sofrimento no trabalho. Participaram desta investigação 15 fumicultores, homens e mulheres que desenvolvem o cultivo do fumo como sua principal fonte de renda. Todos os participantes são munícipes de Dom Feliciano/RS, cidade referência nacional no cultivo do tabaco. A pesquisa foi desenvolvida conforme o método exploratório descritivo, a partir de uma perspectiva qualitativa, sendo o instrumento de pesquisa empregado a técnica de grupos focais. Um roteiro de questões norteadoras, elaborado de acordo com os pressupostos teóricos da Psicodinâmica do Trabalho e com a revisão bibliográfica sobre o tema, auxiliou a pesquisadora na condução dos encontros. Para a análise interpretativa, optou-se pelo modelo misto proposto por Bardin, tendo sido estabelecidas categorias *a priori* e *a posteriori*, estas para contemplar, inclusive, os conteúdos inéditos emergidos nos grupos. Esta Dissertação apresenta e discute, em dois artigos empíricos, os resultados obtidos nesta pesquisa. A primeira sessão expõe o artigo intitulado “O fumicultor adverte: a causa do seu sofrimento é o homem, não o fumo”, tendo como principais achados o sofrimento experimentado pelos fumicultores em decorrência da organização alienante do trabalho e da ansiedade destes profissionais frente à ameaça do desemprego em massa, obrigando-os a considerar alternativas de fonte de renda, como a diversificação rural, o que, ao seu julgo, não lhes favorece. Os produtores de fumo retratam a situação que o Homem os coloca, sendo este representado, em sua ótica: pelas empresas fumageiras, pelo Estado, e pelos próprios fumicultores, que não mobilizam-se de forma efetiva para impedir a injustiça social que acomete sua classe profissional. Na segunda sessão, apresenta-se o artigo intitulado “Não adoece só quem fuma, mas também quem planta”. Este aponta que o desprazer e o sofrimento são vivenciados diariamente pelos fumicultores e pouca menção se faz ao prazer no trabalho e aos raros momentos de lazer. O sofrimento e o adoecimento são decorrentes da precarização das condições de trabalho, causados, principalmente, pela intensificação deste. Entretanto, é comum o fumicultor se culpabilizar pelos agravos a sua saúde, admitindo cometer excessos e não tomar as precauções necessárias para evitar o adoecimento. O entendimento destes trabalhadores, acerca das consequências da exploração de que são vítimas, é limitado. Estes agricultores não compreendem que os “erros” e “exageros” que percebem cometer, são reflexos de uma organização do trabalho alienante. Almeja-se, com esta investigação: atentar para a importância da participação efetiva dos fumicultores nos espaços públicos de discussão sobre a proposta de diversificação rural; esclarecer a relação de dominação entre os fumicultores e as empresas fumageiras; contextualizar a emergência da intervenção do Estado para garantir os direitos à saúde e previdenciários dos trabalhadores rurais; possibilitar aos profissionais de saúde mental, conhecer a perspectiva dos fumicultores quanto ao seu sofrimento e adoecimento, favorecendo o entendimento de que os agravos que acometem estes agricultores, não devem ser resumidos a uma descrição de sintomas

ou diagnósticos, mas prevenidos, problematizados como um problema social que exige a interlocução de diversas áreas do conhecimento.

Palavras-chave: Prazer, Sofrimento, Adoecimento, Fumicultura, Fumicultores, Tabaco, Psicodinâmica do Trabalho.

ABSTRACT

Some factors contribute significantly to the deterioration of the organization of work in tobacco farming: exploitation of the tobacco farmers by the tobacco industry; the lack of social care by the government; the intensification of the work in addition to the logic of accumulation of capital, which interferes in the health of these professionals; diminish tobacco farming and consumption policies throughout national territory. In order to resist against these setbacks, tobacco farmers try to survive in such unfavourable economical scenery. The objective of this research was to get to know the perception of these professionals towards the results of the organization of work over the way they experience pleasure and suffering in work. Fifteen tobacco farmers, men and women who live in Don Feliciano/RS, national reference in tobacco farming, participated in this study. The research was carried out according to the descriptive and exploratory method with a qualitative perspective. The instrument of research was focus groups. In the meetings it was used a list of leading questions elaborated in accordance to the themes in the psychodynamics of work. For the interpretative analysis, it was used Bardin's model with *a priori* and *a posteriori* categories (BARDIN), being the last used to complement the contents that emerged from the groups. This dissertation, divided into two empirical articles, presents and debates the results of this research. The first section exhibits the article "Tobacco growers warn: the cause to your suffering is the Man, not the tobacco". Its main finding is the suffering of tobacco growers which is caused by an alienating organization of work and fear of massive unemployment threats, which make them consider other ways of making money such as rural diversification that, for them, is not worthwhile. The tobacco farmers portray the situation that the Man puts them into. He is represented, according to them, by the tobacco industry, the Estate, and the tobacco farmers themselves who do nothing to prevent social mistreat that undermines this professional category. In the second section, it is presented the article "Both tobacco smokers and tobacco farmers fall ill". It points out that displeasure and suffering are experienced by tobacco farmers daily, but little is mentioned about pleasure and rare moments of leisure in work. Both suffering and falling ill happen due to bad work conditions, caused by its intensification. However, it is common to find tobacco farmers taking blame for their lack of health, admitting overworking and not taking right precautions. Their understanding of the consequences of the conditions they are is limited. These farmers do not understand that the "errors" and "exaggerations" that they admit making are the consequences of an alienating organization of work. The objectives of this investigation are: to highlight the importance of the participation of tobacco farmers in forums to debate over the rural diversification proposal; elucidate the relation of domination between tobacco industries and farmers; contextualise the urgency for interventions of the Estate in order to warrant health and pension to farmers; allow mental health professionals to get to know tobacco farmers' perspective in terms of suffering and falling ill, as well as helping them to understand that the conditions of these farmers may not be just summed up to the point of just describing symptoms or diagnosis, but be prevented, problematised and considered as a social issue that needs the interlocution of various areas of knowledge.

Keywords: Pleasure, Suffering, Falling Ill, Tobacco Farming, Tobacco Farmers, Tobacco, Psicodynamics of Work.

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação buscou investigar como a organização do trabalho no cultivo do tabaco interfere nas vivências de prazer e de sofrimento dos fumicultores. A motivação para o estudo partiu da revisão bibliográfica que indicou que os inúmeros agravos à saúde dos trabalhadores rurais que cultivam o fumo estão relacionados com o fato de estes agricultores serem, na atualidade, o elo mais frágil da cadeia produtiva deste plantio.

Tendo em vista estes achados, desenvolveu-se uma investigação que propôs-se a conhecer, a partir de um delineamento de cunho exploratório, a percepção dos produtores de tabaco acerca do seu exercício profissional: buscando identificar como compreendem a organização do trabalho e de que forma esta é definidora de sua experiência de prazer e de sofrimento em seu exercício laborativo. Devido às valorosas contribuições dos fumicultores participantes desta investigação, optou-se pela realização de dois artigos empíricos, possibilitando apresentar e discutir dados inéditos.

A primeira sessão desta dissertação contempla o artigo empírico intitulado “O fumicultor adverte: a causa do seu sofrimento é o Homem, não o fumo”, cujo objetivo é discutir como os aspectos macrossociais interferem na organização do trabalho e, conseqüentemente, prejudicam o fumicultor. Na segunda sessão apresenta-se o artigo empírico intitulado “Não adocece só quem fuma, mas também quem planta”, trazendo a perspectiva do fumicultor sobre o prazer, o sofrimento e o adoecimento experimentados em seu trabalho.

Esta pesquisa foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPG) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Espera-se que os entendimentos sobre a precarização do trabalho na fumicultura contemplados nesta investigação, favoreçam a mobilização dos agricultores e do Estado a fim de construir estratégias e ações que oportunizem condições de trabalho mais justas a estes profissionais, seja através da permanência dos trabalhadores no cultivo do tabaco ou mediante o desenvolvimento de outra atividade lucrativa.

SEÇÃO 1

ARTIGO EMPÍRICO

- 1. O fumicultor adverte: a causa do seu sofrimento é o Homem, não o fumo**

1.1 Introdução

De acordo com o Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais [DESER] (2013) e Vargas e Oliveira (2012), o Brasil é o segundo maior produtor de fumo do mundo, atrás apenas da China e seguido da Índia e mantém-se, há alguns anos, na posição de maior exportador de tabaco mundial. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2005), apontam que a região Sul do Brasil é responsável por 97% da produção nacional total de fumo, sendo o Estado do Rio Grande do Sul (RS) o maior produtor. Estimativas indicam haver no sul do país cerca de cento e noventa mil famílias de fumicultores, 90% destas concentradas na região Sul (Oliveira et al., 2010).

A indústria fumageira nacional promove importante geração de renda, favorece a arrecadação de impostos, além de oportunizar empregos (Silva 2007; Silva & Ferreira, 2006). A rentabilidade do cultivo do tabaco o torna uma ótima opção para o plantio em pequenas propriedades, sendo os pequenos produtores rurais, fumicultores do sul do Brasil, totalmente dependentes economicamente do tabaco para sua sobrevivência (Oliveira et al., 2010; FAO, 2003).

Conforme o DESER (2012a), o desenvolvimento econômico nacional promovido pelo cultivo do tabaco é objeto de questionamento, pois beneficia apenas as empresas em detrimento do agricultor. Ademais, a produção e a comercialização do tabaco causam malefício aos seus produtores, consumidores e ao meio ambiente. Por estas razões, o Brasil ratificou, em 2003, a Convenção Quadro Sobre o Controle do Uso de Tabaco (CQCT), proposta pelos membros da Organização Mundial da Saúde em (Decreto nº 5.658, 2006).

Esta Convenção traz em seu preâmbulo a preocupação quanto ao aumento na produção e no consumo de produtos do tabaco. Um dos princípios norteadores deste acordo é a importância de serem pensadas e executadas estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, implicadas na transição do cultivo do fumo para outras modalidades de plantio ou outras atividades rentáveis a serem desenvolvidas na área rural. Para este fim, os poderes públicos comprometeram-se a prestar assistência técnica e financeira aos fumicultores, trabalhadores cujos meio de vida pudessem ser gravemente afetados pelas propostas do programa de controle (Decreto nº 5.658, 2006).

Segundo Silva e Ferreira (2006), quando os fumicultores, associações e sindicatos de produtores de tabaco tomaram ciência do acordo firmado pelo Brasil, uma série de boatos em relação às determinações deste começaram a ser disseminadas, causando pânico e irritação entre os produtores. A falácia de que o plantio de fumo seria proibido despendeu muito tempo com desavenças, quando este deveria ter sido empregado na promoção de discussões de metas e alternativas que pudessem ajudar a solucionar os problemas.

Segundo o Instituto Nacional de Câncer [INCA] (2004), independente dos rumores, o impacto da Convenção, quanto à diminuição do plantio de tabaco, conforme previsão do Banco Mundial, somente seria sentido pelos produtores em longo prazo (INCA, 2004). Passados alguns anos desde a ratificação desta pelo Brasil, a oferta e a demanda do tabaco no mercado têm-se mantido estável (Silveira & Dornelles, 2010; Arcury & Quandt, 2006; INCA, 2004;). Entretanto, o lucro dos fumicultores teve importante queda neste período, pois as empresas passaram a pagar um valor muito baixo pelo fumo vendido pelo produtor, prevalecendo-se do seu poder de oligopólio, a fim de impedir que a crise do setor fumageiro as afetasse (Arcury & Quandt, 2006; INCA, 2004).

Trata-se de um oligopólio empresarial, pois são muitos os fumicultores e poucas as empresas com quem estes podem comercializar (Silveira & Dornelles, 2010). Estas dominam o mercado e definem as políticas para o setor: como a oferta e a demanda do produto (Riquinho & Hennington, 2012; INCA, 2004). No sul do Brasil, há quinze empresas fumageiras que comercializam o tabaco junto aos produtores e atuam como fornecedoras para três companhias de processamento de folhas globais, envolvidas com a exportação da mercadoria: Universal Leaf, Alliance One e Souza Cruz / British American Tobacco (Frey & Wittmann, 2006). Estas empresas estão estrategicamente situadas em regiões onde a produção vem expandindo.

A empresa Souza Cruz, subsidiária brasileira da British American Tobacco que domina 76,2% do mercado brasileiro de cigarros, obteve um lucro líquido de R\$960,8 milhões em 2002 conforme análises do DESER, um aumento de 51,5% em relação ao lucro do ano anterior. O valor auferido por esta filial regional e pela maioria das demais subsidiárias de empresas transnacionais situadas no Brasil, é enviado as suas matrizes, ou seja, aos países desenvolvidos: ao Reino Unido no caso da British American Tobacco e ao EUA, ao que se refere a Philip Morris (INCA, 2004). Ademais, conforme aponta Almeida (2005), as empresas subsidiárias vêm realizando sonegação tributária,

pois os valores constantes nas notas fiscais que estas entregam aos fumicultores são superiores ao montante efetivamente repassado às contas bancárias destes.

No agronegócio do tabaco, o fumicultor é o elo mais frágil economicamente do ciclo produtivo (DESER, 2013; INCA, 2004). É explorado pela empresa que lhe oferece a ilusão de ser agente do processo de produção, de ter autonomia para gerenciar o cultivo em sua propriedade (Silva, 2007). Entretanto, ao fumicultor, resta a opção de ajustar-se às determinações da empresa, como vender a esta o fumo que produzir a uma cotação extremamente baixa (DESER, 2012a).

Dessa forma, consolida-se o seguinte ciclo de dominação: a empresa paga um baixo valor pelo tabaco; muitos produtores intensificam o trabalho para produzir mais, na esperança de obter melhor remuneração; o excesso da oferta do produto no mercado o desvaloriza; a empresa beneficia-se, compra mais tabaco, com equivalente qualidade; não conseguindo enfrentar o oligopólio e romper o ciclo, o fumicultor torna-se escravo da sua estratégia de amenizar os efeitos da dominação. Ademais, a relação distante e proposital, por parte da fumageira, entre o fumicultor e a empresa inviabiliza o diálogo entre as partes. Os agricultores não conseguem aproximar-se do seu comprador para negociar um preço justo, apenas têm contato com os intermediários desta no processo de venda, sendo que estes nada resolvem em benefício do produtor (Almeida, 2005).

Uma das razões para perpetuação da exploração dos produtores é a inexpressiva participação popular do fumicultor nos espaços públicos e privados de discussão sobre a situação de desvalorização e desproteção que experimentam por parte das empresas e do Estado. Os membros da câmara setorial do tabaco, por exemplo, são, em sua expressiva maioria, representantes dos interesses das companhias fumageiras transnacionais e não dos fumicultores, impossibilitando a participação destes nos encontros destinados às discussões relacionadas ao setor fumageiro, momentos em que poderiam reivindicar preços justos por sua produção (Almeida, 2005).

Testemunha-se que a inoperância de providências por parte dos poderes públicos em prol da causa dos pequenos agricultores vem se mantendo a um longo período. Evidencia-se a omissão dos órgãos públicos federal, estaduais e municipais em relação à causa dos fumicultores: não há fiscalização ou impedimento da venda antecipada dos agrotóxicos, e por esta razão é esta uma operação ilegal. Ademais, estes órgãos públicos permitem que sejam estabelecidas cláusulas contratuais abusivas nos contratos estabelecidos entre o produtor e as fumageiras, como a obrigatoriedade geralmente imposta aos fumicultores de só adquirirem insumos agrícolas através da empresa

contratante, impedindo que o trabalhador busque preços mais acessíveis destes produtos no mercado (Silva, 2007; Almeida, 2005).

De acordo com Almeida (2005), a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFULBRA) está a serviço dos interesses das empresas, embora tenha o encargo de pleitear, pelos agricultores, preços mais justos para as classes do fumo produzido. Portanto, no ato da classificação e venda do tabaco, o valor a ser recebido pelo produtor é sempre um elemento surpresa. De acordo com o DESER (2012a), a AFULBRA, bloqueia o acesso dos fumicultores a certas informações que lhe são pertinentes, ao mesmo tempo em que dissemina outras para fins de manipulação.

Neste agronegócio, exclusivamente capitalista, não há espaço para a valorização da dedicação e do esforço empregado pelos indivíduos, o valor do sentido do trabalho torna-se obsoleto diante da rentabilidade que este produz. A questão mais contraditória é que o capitalismo não é mantido apenas por uma pequena parcela populacional dominante que dele se beneficia, mas também por uma maioria desfavorecida, que coloca sua saúde em segundo plano em detrimento da “expansão do capital” e da “produção da riqueza individualmente apropriada” (Wünsch & Mendes, 2011, p.168). Trata-se do desdobramento possível do trabalhador frente ao imperativo binômio contemporâneo, capital-trabalho, subscrevendo-se, dessa forma, a precarização do homem-que-trabalha (Alves, 2011 apud Wünsch & Mendes, 2011).

A repetição, o cansaço e a rotina, descritos pelos fumicultores ao caracterizarem seu trabalho, estão relacionados à impossibilidade destes profissionais intervirem criativamente no ciclo produtivo (Fialho, 2003). É um processo de erosão cultural, como definiu um agrônomo que acompanhou a produção orgânica de hortaliças desenvolvida por trinta ex fumicultores em um processo inicial de transição rural (Carvalho, 2004). Segundo o especialista, os agricultores que plantavam fumo e os que seguem plantando, deixam de empregar sua sabedoria camponesa e passam a operar ajustando-se ao sistema integrado, pois o pacote tecnológico¹ é entregue pronto ao produtor, assim como as sementes, que deixam de ser por eles cultivadas. Com isso, o sistema integrado banuiu a autonomia do fumicultor sobre sua produção (DESER, 2012a).

Diante deste contexto de perda da criatividade de produzir; de depreciação do labuto do fumicultor e da proposta de diversificação rural da CQCT, adotada pelo

¹ O pacote tecnológico é o conjunto de materiais, equipamentos, insumos e outros itens (necessários à produção de fumo) que o produtor devem obrigatoriamente comprar da empresa (Almeida, 2005).

Estado, torna-se imprescindível compreender o que os fumicultores entendem por diversificação rural, se a consideram uma alternativa para romper o ciclo de dominação e cerceamento de sua liberdade de produção. É importante descobrir se há interesse dos produtores em deixar de plantar fumo e por quê.

Na ótica dos fumicultores participantes de uma pesquisa que buscou conhecer o sentido do trabalho para os fumicultores, estes verbalizaram que qualquer melhoria das condições de trabalho dependeria do definitivo abandono da vida no campo, pois, independente da produção desenvolvida, o colono sempre é desvalorizado (Fialho, 2003). Outro estudo, que contou com a participação de famílias fumicultoras e ex fumicultoras, apontou que aquelas que deixaram de produzir o tabaco consideraram positiva a adoção da proposta de diversificação rural. Estas revelaram não identificar a atividade do fumo mais rentável do que outras, sendo que algumas famílias comunicaram que se deram conta deste fato ao contabilizar o lucro obtido após quitado o débito com a fumageira. Estes agricultores mencionaram, inclusive, que a transição para outro cultivo lhes possibilitou comprar veículos, realizar reformas, além de outros investimentos. Os participantes desta pesquisa, que aderiram à diversificação rural, consideraram que haver empresas nas proximidades para quem vender os novos produtos, foi determinante para o sucesso da operação de transição (Zotti, 2010).

Uma pesquisa equivalente, realizada por Vargas e Bonato (2007), que contou com a participação de famílias que cultivam o fumo, desvelou que a principal razão para o abandono deste plantio foi o baixo preço que as empresas fumageiras pagam pelo tabaco. Outra investigação, realizada com fumicultores residentes no município de Santa Cruz/RS, demonstrou que estes não discordam da proposta de diversificação rural (Ferreira, 2006). Os produtores admitiram a possibilidade de abandonar o cultivo do fumo, mas afirmaram resistir a esta mudança por reconhecer que, apesar das dificuldades próprias da fumiicultura, é nesta modalidade de plantio que têm experiência.

A rentabilidade é o principal aspecto a ser problematizado pelos produtores em se tratando de diversificação. Para alguns fumicultores a garantia de algum lucro, embora mínimo, é o que os mantém atrelados a esta atividade (Etges, 2002). Para outro, a insatisfação com a rentabilidade do cultivo do tabaco, motiva-os a abandonarem este plantio e a buscar novas alternativas de renda (Troian & Eichler, 2009).

Por fim é interessante destacar que o debate sobre os malefícios do consumo do tabaco já ocorre há longa data. Após a aprovação do “Dia Nacional de Combate ao Fumo” (Brasil, Lei Federal nº 7.488/1986), celebrado no dia 29 de agosto de cada ano,

propostas referentes ao controle do tabaco passaram a ser sugeridas. Em 1988, quando a Constituição da República Federativa do Brasil estava sendo elaborada, algumas estratégias foram implementadas a fim de promover o controle social: a participação da sociedade aconteceria mediante elaboração de emendas populares (Souza, 2009). Uma das emendas propostas idealizava a retirada das folhas de fumo do Brasão das Armas do Brasil, mas este não sofreu alterações: o fumo florido ainda permanece sobre o resplendor de ouro, assim como o ramo de café frutificado. Estes são elementos emblemáticos constantes neste símbolo nacional desde a elaboração do Brasão do Império do Brasil em 18 de Setembro de 1822, pois estes cultivos, à época, destacavam-se na produção agrícola nacional e contribuía significativamente para o desenvolvimento econômico do país.

Destaca-se a definição da obrigatoriedade da presença do brasão em todos os prédios públicos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e das Forças Armadas (Brasil, 2011). Contempla-se, na contemporaneidade, de um lado a proibição da publicidade e de propagandas que incentivem o consumo de tabaco e, por outro, a obrigatoriedade da presença deste, ilustrado e destacado, nos mais importantes espaços públicos do país.

Talvez seja um equívoco permanecer com as folhas de fumo no Brasão nacional, mas qualquer decisão não poderá apagar a importância que esta cultura teve e ainda tem para a economia nacional. No entanto, certamente um equívoco muito maior e de maior relevância está acontecendo com os fumicultores, os mesmos cidadãos que há alguns anos cultivavam um dos produtos mais rentáveis ao país com o esforço do seu trabalho, agora estão não só desamparados pelos poderes públicos, como são alvo de críticas da sociedade.

Estes fumicultores, à deriva, aguardam que as autoridades tomem providências a fim de impedir que a exploração, da qual têm sido vítimas, continue. Talvez o Brasão esteja presente nestes espaços para um fim social específico: lembrar as autoridades que urgem providências a serem tomadas. Após a valorização do agricultor, será prudente retomar a ideia das folhas de fumo deixarem de repousar sobre o resplendor de ouro, sem que esta ação remeta a uma iniciativa de tornar invisível um problema emergente, bem como de apagar toda uma história de discutível ordem, mas de evidente progresso econômico.

Diante das questões balizadas, este estudo procurou identificar como os fumicultores estão experimentando os reflexos da nova lógica de mercado para o cultivo

do tabaco no Brasil. Para tanto, buscou-se conhecer a percepção destes agricultores acerca da interferência dos contextos social, político, cultural e econômico na organização do trabalho.

1.2 Método

1.2.1 Delineamento

A pesquisa foi desenvolvida conforme o método exploratório descritivo, a partir de uma perspectiva qualitativa, abrindo caminhos para o aparecimento da subjetividade. Para Rey (2002), este método de pesquisa, aberto, abrangente e irregular, permite que a singularidade de cada sujeito seja considerada, favorecendo o entendimento da percepção e dos sentimentos daqueles que desta participam, tanto na experiência individual quanto coletiva.

1.2.2 Participantes

O município de Dom Feliciano/RS tem uma população total de 14.380 habitantes, sendo que 11.046 vivem na área rural (IBGE, 2010). A cidade está entre as dez maiores produtoras de fumo do país, sendo este cultivo responsável por 86,5% do seu Produto Interno Bruto (PIB) agrícola (INCA, 2010). Ademais, segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE) do RS, em uma análise realizada pela instituição em 2000 a fim de apontar o Índice de Desenvolvimento Sócio Econômico (IDESE), o município de Dom Feliciano ficou na posição de 451º no ranking estadual, de um total de 467 municípios analisados (FEE, 2003). Diante deste contexto de significativo problema sócio econômico, que pode estar sendo agravado pela nova lógica de mercado do setor fumageiro, torna-se relevante oportunizar um espaço de escuta aos fumicultores desta localidade.

Participaram deste estudo 15 fumicultores, homens e mulheres, entre 19 e 44 anos, alfabetizados, com ensino fundamental incompleto. Todos residem no interior do município de Dom Feliciano e cultivam o fumo como sua principal fonte de renda. A

maioria planta em sua propriedade ou em área arrendada, mas quatro fumicultores, atualmente, estão trabalhando como peões, contratados informalmente. Os participantes começaram a cultivar o fumo, em família, quando crianças, e o que começou mais cedo nesta atividade tinha 6 anos à época.

1.2.3 Instrumento

O instrumento para a coleta de dados foi a técnica de grupos focais. Os participantes foram convidados a perguntar, conhecer, dividir suas experiências, contar suas histórias aos demais, a envolverem-se entre si, fornecendo ao pesquisador tipos distintos de dados (Pope & Mays, 2005). O diálogo aberto e acessível entre os participantes torna esta técnica uma das preferidas entre as adotadas em pesquisas de caráter exploratório (Merton, Fisk & Kendall, 1990).

Formaram-se dois grupos focais um com sete e outro com oito fumicultores. A condução dos grupos seguiu um roteiro composto por questões norteadoras contendo poucos itens (Anexo A), todos alinhados às informações obtidas a partir do levantamento bibliográfico sobre o tema. Procurou-se conhecer os fatores relacionados ao trabalho dos fumicultores (atividades realizadas, dificuldades encontradas, importância e reconhecimento do trabalho, sugestões para melhorias deste). Objetivou-se um espaço para escuta, oferecendo a oportunidade dos fumicultores problematizarem questões não previstas. Seguindo as recomendações em Trad (2009), a pesquisadora promoveu, primeiramente, a discussão de assuntos mais abrangentes, mais acessíveis, permitindo e incentivando a participação de todos, para, posteriormente, contemplar tópicos mais polêmicos e específicos.

1.2.4 Procedimentos éticos e de pesquisa

Este projeto de pesquisa foi aprovado (nº 6503/2012) pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e desenvolvido em conformidade com a Resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia [CFP] (2000) e com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde [CNS] (1996), que

regulamam pesquisas com seres humanos. O projeto está disponível para apreciação pública na Plataforma Brasil desde seis de novembro de 2012.

No momento da coleta de dados a pesquisadora leu e esclareceu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), informando aos participantes sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa (Anexo B). Solicitou-se o consentimento de todos para a realização da gravação do encontro, em áudio, utilizando-se um gravador digital. Os participantes foram informados que poderiam interromper ou não responder às questões apresentadas e que sua participação ou desistência não lhes incorreriam em qualquer prejuízo. A pesquisadora esclareceu aos fumicultores que suas identidades seriam preservadas e quais os procedimentos e cuidados deveriam ser seguidos por ela e por eles, a partir daquele momento, para garantir tal confidencialidade. Ainda para cumprir este objetivo, a pesquisadora orientou os trabalhadores a não divulgarem a terceiros o conteúdo das discussões em grupo e informou que lhes seriam atribuídos nomes fantasia, preservando a sua identidade. Após a assinatura de todos os participantes do TCLE, deu-se seguimento à investigação.

Terminada a fase de coletas de dados, foram transcritas, na íntegra, as discussões de ambos os grupos focais e salvas em arquivos de áudio (no formato MP3). Estes arquivos, assim como os TCLEs assinados pelos participantes, serão resguardados pela pesquisadora por um período de cinco anos e, posteriormente, descartados. Para a publicação dos resultados desta investigação, a fim de impedir a identificação dos trabalhadores, optou-se por descrever o total de participantes, ao invés de caracterizá-los individualmente (Merlo & Mendes, 2007). Os resultados da pesquisa serão devolvidos aos participantes até os primeiros três meses subsequentes à data de defesa da dissertação de mestrado que embasou esta pesquisa.

1.2.5 Procedimentos de coleta de dados

Para a coleta de dados, realizou-se primeiramente o contato telefônico com alguns agricultores vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF). Neste contato foram explicados, de forma sucinta e clara, os objetivos da investigação. Os trabalhadores que aceitaram vincular-se ao estudo sugeriram nomes de outros fumicultores que poderiam ter interesse em participar. O convite à participação

foi estendido também a estes profissionais, sendo, posteriormente, agendados as datas e os horários dos encontros, conforme a disponibilidade de todos.

As despesas com o deslocamento dos participantes foram custeadas pela pesquisadora. Os encontros dos grupos foram realizados, entre os meses de março a abril de 2012, em locais distintos, para preservar a identidade dos participantes. Os encontros ocorreram em espaços amplos e reservados, sendo oferecido um lanche aos fumicultores, conforme as recomendações de Trad (2009).

1.2.6 Procedimentos de análise dos dados

Os procedimentos para a análise dos dados foram realizados conforme as orientações de Bardin (1994) e os encontros dos grupos focais foram transcritos na íntegra, dispensando correções ortográficas e gramaticais das falas dos participantes, conferindo fidedignidade às informações apresentadas. Para a análise interpretativa optou-se pelo modelo misto, em que foram definidas categorias *a priori* e *a posteriori* alinhadas à proposta da Psicodinâmica. Segundo Dejours (2004), cabe ao pesquisador, a partir de uma “escuta arriscada” compreender o conteúdo inédito abordado pelos trabalhadores, pois estes também se arriscam através de suas verbalizações, pois entendem que, a partir daquele momento, precisarão dar conta daquilo que foi desvelado mediante o seu testemunho e o dos demais participantes.

1.3 Resultados e discussão

Para facilitar a compreensão dos dados obtidos identificou-se, em alguns momentos, os grupos focais em A e B, apontando as diferenças e os conteúdos emergentes em cada grupo. Participaram do grupo A sete fumicultores, sendo-lhes atribuídos os seguintes nomes fantasia: Sonia, Maria, Leonardo, Daniel, Luis, João e Paulo. O mesmo procedimento foi aplicado ao grupo B, no qual participaram oito fumicultores: Rafael, Gustavo, Claudete, Solange, Fátima, Patrícia, Pedro e Carlos. Estes achados possibilitaram conhecer a perspectiva dos fumicultores acerca dos fatores culturais, sociais, políticos e econômicos determinantes da precarização da organização

do trabalho no cultivo do tabaco e associados a sua experiência de sofrimento no trabalho.

1.3.1 A importância da fumicultura para o município de Dom Feliciano e região

Possibilitou-se aos fumicultores verbalizar sobre a importância da fumicultura, tendo em vista a atual conjuntura de crise do setor fumageiro. Os participantes iniciaram a discussão abordando a relevância econômica deste cultivo para o município de Dom Feliciano. Todos os profissionais consideram que o plantio do tabaco é, para a cidade, a garantia de sua manutenção e de sobrevivência da população.

Um fumicultor explicou uma das razões pelas quais o cultivo do tabaco é predominante na região: o fato de a produção exigir habilidades manuais indispensáveis, como no momento da colheita, não sendo possível o emprego de maquinários agrícolas. *“Por que que o fumo tá nessa região de pequenos produtor? Porque o grande não conseguiu bota as mão nele. Que o grande não conseguiu faze ele funcioná com máquina, como soja, feijão, arroz, colhe com máquina. Com o fumo não tem esse negócio. Tem que ser no braço, sabe, no braço. Aí não tem como o grande entrar”* (GUSTAVO). A explanação deste fumicultor resgata a ideia apresentada por Hilleshein (2001), de que a fumicultura é uma atividade basicamente artesanal.

Agricultores dos dois grupos relataram que, no município, não há oportunidades de emprego em substituição ao cultivo do tabaco, pois inexitem indústrias em Dom Feliciano, o que na percepção deles, inviabiliza a realização de outra atividade lucrativa em substituição à fumicultura. *“Aqui a única opção é fumo, não tem outra”* (PATRÍCIA). *“Porque não tem uma indústria aqui, não tem nada aqui né. O município depende do produtor rural. Pode botar na sua sumula aí oh, depende da colônia, findô a colônia, findô o município”* (RAFAEL). Os profissionais dos grupos A e B identificam-se como colonos, responsáveis pelo manutenção da colônia, no sentido de que esta é o resultado da sua obra, do seu exercício laborativo.

A ideia de colônia sobrepuja a de município, como uma medida de resgate cultural. Confirmam-se, neste estudo, os achados apresentados por Fialho (2003) e Silva (2007), em que também se verificou a identificação dos fumicultores com a história de colonização, marcada por um período de trabalho e de luta que garantiu a sobrevivência dos imigrantes, seus antepassados.

À medida que os agricultores discutiam acerca da importância da fumicultura, foi de forma espontânea, que surgiram nos dois grupos, testemunhos de ansiedade experimentada pelos trabalhadores em relação à crise do setor fumageiro e suas possíveis consequências. Os participantes lançaram a si mesmos um questionamento de previsão do futuro, discutindo, o que aconteceria, caso o fumo deixasse de ser plantado. Estes fumicultores consideram que a diminuição do plantio de tabaco acarretaria o empobrecimento de muitos habitantes na região Centro Sul do RS, principalmente dos felicianenses, apresentando-se temerosos com esta possibilidade. *“Se terminá o fumo eu vou pra cidade. Que jeito que eu vou viver? Não sei. Vou pra de baixo de uma ponte”* (JOÃO).

Na perspectiva de alguns fumicultores, caso fosse encerrado o plantio de fumo na região, a criminalidade e o desemprego seriam os principais problemas a serem enfrentados. *“Eu acho assim oh, se o nosso município terminá com o fumo, o nosso desemprego é grande. Vamo morrer de fome, vamo morrer (...) Quantos mil desempregado na cidade vai ter, se terminá?”* (JOÃO). *“Aqui, Dom Feliciano, aqui mesmo, fecha tudo aí, fecha o comércio, fecha tudo”* (DANIEL). *“Então assim, oh, o que acontece se não ficar o fumo? Aí também é pra mais de Dom Feliciano, é Chuvisca, é Amaral Ferrador, é Camaquã, cai todos”* (LEONARDO).

1.3.2 Rentabilidade da fumicultura

Os participantes revelaram estar muito preocupados e ansiosos por compreenderem que a crise da fumicultura não afeta os indivíduos isoladamente, mas toda a população que está inserida em um contexto em que o fumo é um importante gerador de renda. Trata-se de um problema social, em que o fumicultor é primeiro a sentir os seus efeitos. Alguns agricultores dos dois grupos expressaram que o cultivo do tabaco já foi uma garantia financeira, mas que na atualidade, enriquecer com o fumo é incomum. *“Tem gente aqui mesmo, dentro da cidade aqui, gente rico aí, que ganhou a vida no fumo, só que hoje em dia não dá mais (...) juntar dinheiro e dizer, ah, eu vou comprar tal coisa aí e vou tirar do fumo. Vou comprar um prédio na cidade, vou comprar uma casa na praia, isso aí nem pensar (...) não cresce mais”* (RAFAEL). Uma fumicultora relatou que a região Centro Sul do RS já está sentindo os reflexos desta

crise, pois se percebe o êxodo rural. *“Mas se tem gente vendendo a sua terra pra ir pra cidade, quantas propriedades têm a venda agora?” (FÁTIMA).*

No entanto, a mesma agricultora considera que este problema não reflete a realidade do município de Santa Cruz, onde estão situadas as principais indústrias fumageiras. *“Tão dizendo que o fumo tem que diminuir. Vai lá em Santa Cruz vê quantos prédio novos, as empresas tão montando. Não, nunca vai terminar o fumo” (FÁTIMA).* Todos os participantes do grupo B consideram improvável o fim da produção do fumo no Brasil, pois, apesar dos fumicultores sentirem-se a parte menos favorecido economicamente na cadeia produtiva, o plantio de tabaco confere importante renda ao país e às empresas, mediante a exploração do produtor rural.

Ao debaterem sobre o retorno financeiro com o plantio na contemporaneidade, fumicultores dos grupos A e B verbalizaram que, apesar de sentirem-se explorados pelas companhias fumageiras, o cultivo do tabaco garante o pagamento das suas dívidas e a sobrevivência da família. Possibilita, ainda, em alguns casos, a aquisição de bens materiais, como um trator e despesas com lazer, como a compra de carne para o churrasco aos finais de semana. *“Mas é que aqui tudo que acontece plantando fumo, plantando milho, tu não compra um tracionado com melancia, tu não compra nada. Tô explorado, mas tenho oh, meu churrasquinho todo final de semana” (LEONARDO).*

Para Heloani e Capitão (2003), o trabalho adquiriu um sentido de manutenção da sobrevivência, sendo que este passa a ter mais relevância quando possibilita a acumulação de um valor de troca. A discussão entre os fumicultores reflete que o apontamento dos autores pode ser estendido ao sentido do trabalho em decorrência da crise do setor fumageiro. Esta crise representa aos participantes a ameaça de perda do seu trabalho, ou seja, do seu poder aquisitivo, sendo esta a razão que os mantêm atrelados às indústrias fumageiras. A proposta de diversificação rural, da mesma forma, também é problematizada através de um enfoque exclusivo: o lucro que outras atividades podem render. Todos os impasses e dificuldades mencionados pelos agricultores a respeito da diversificação estão relacionados à remuneração a ser obtida: principalmente a garantia e o valor de venda.

1.3.3 A diversificação rural sob a ótica dos produtores de tabaco: fatores negativos e positivos

Segundo os fumicultores, muitas questões sobre a diversificação rural precisam ser discutidas valorizando a experiência do agricultor, o seu saber-fazer. Os participantes apontaram alguns impasses que percebem em relação à proposta de diversificação em Dom Feliciano: como os problemas com o transporte do produto e a garantia de venda deste.

Neste sentido, os participantes apontaram que o cultivo de milho seria uma alternativa viável para a transição do tabaco, caso houvesse garantia de lucro, pois há o “tambor”, um recipiente resistente e eficaz, que impede que o produto sofra avarias no transporte. Outro benefício do plantio deste alimento seria o menor desgaste físico do agricultor com a produção. *“Muito menos serviço, muito menos trabalho, muito menos envolvimento de ferramenta” (RAFAEL).*

Em contrapartida, o plantio de uva incita dúvidas aos fumicultores, que se preocupam com a desvalorização da fruta em decorrência do transporte desta até Farroupilha/RS, município referência na comercialização do alimento. *“Daqui lá a Farroupilha dá 200, 300km” (GUSTAVO).* Os produtores presumem que a fruta possa chegar amassada, estragada no destino final, sendo desvalorizada. Este fumicultor contou ter participado de um encontro em Farroupilha, representando o município e esclareceu que a transição do fumo para o plantio da uva depende de benefícios, financiamentos e de mercado, ter garantia de venda.

Os fumicultores alegaram outro motivo para permanecer no agronegócio do fumo, pelo fato do tabaco ser mais resistente às pragas e aos fatores climáticos (chuvas e secas) se comparado aos produtos obtidos com outros plantios. *“Eu plantei milho, a seca atingiu e eu aquei um pouco, um pouquinho, escapou (explicando que apenas uma parte do milho que foi por ele irrigado pode ser salvo da seca) (...) e o maldito do fumo tava lá, uma parte eu aquei, outra não” (JOÃO).* *“Porque o fumo aguenta muito tempo no depósito, mas tu vai plantar um pé de repolho, um pé de tomate, ele tem um prazo de validade de 10, 15 dias (...) é por isso que eles não param, que aqui não param de plantar fumo e não pegam pra outras coisas por medo de não sabe o que faz. Que aquele produto tá maduro, na hora da venda e tu não tem pra quem vende, pode perde tudo lá no pé. O fumo ainda tu colhe, seca, guarda” (FÁTIMA).*

Na percepção de todos os participantes, cultivar outro produto, também seria menos vantajoso devido à dimensão das propriedades. No RS, estima-se que as pequenas propriedades, onde cultiva-se o tabaco, possuem 16 hectares, mas a produção ocorre entre dois ou três destes (Silveira & Dorneles, 2010).

Estas estimativas retratam a realidade dos fumicultores de Dom Feliciano, que cultivam o tabaco em pequenas áreas de terra. Obter um lucro equivalente, com outro plantio, utilizando a mesma porção territorial, é algo inviável na ótica destes participantes. *“Um colono tem cinco hectarezinho de terra pra ele plantá, deu já, já faz um safrão, faz bem. Trabalha bem a vida toda, tá garantida com cinco hectare de terra. Se o cara fosse plantar milho, feijão essas coisa, o cara ia te que te, no mínimo, umas cinquenta, sessenta hectaria pra sobreviver, porque o cara ganha um dois pila por saco de uma coisa e outra, não vale a pena, isso o lucro livre é isso. O mínimo que dá o fumo, dá muito mais do que qualquer outra coisa aqui” (DANIEL).*

Para a obtenção de um lucro correspondente ao obtido com o plantio de 1 ha de fumo, seriam necessários 6,5 ha de milho e 9,6 ha de feijão, sendo que a aquisição desta área ocasionaria, necessariamente, o desmatamento de áreas de terra antes não aproveitadas para o plantio (FAO, 2003). Considerando a transição do cultivo do tabaco para outras culturas, esta é algo complexo: requer a avaliação prévia do aquecimento do mercado para outras culturas e o estudo das características territoriais, como a forma de relevo, tipicamente montanhoso na região sul, dificultando o plantio de determinadas culturas alternativas à fumicultura.

No que se refere à diminuição da quantidade de fumo plantada e aumento da qualidade, os participantes explicaram sentir medo e também ameaçados com esta mudança. Uma fumicultora considera não ter os conhecimentos necessários para adaptar-se às novas exigências, e que esta mudança beneficiaria apenas os produtores proprietários de grandes áreas de terra, que teriam condições de permanecer no cultivo do tabaco. *“Querem que plantem uma amarelinha agora, que não tem veneno. Eles querem assim, que a gente plante, mas assim oh, os pequeno eles querem findar né. Aí eles querem que plantem assim uma qualidade que não tem a ver, é um amarelinho, que agora eles cortam o pé e secam numa outra estufa, uma qualidade diferente que a gente não tem conhecimento. E o pequeno eles vão, né, eliminar, vai ficar só quem pode, o graúdo vai ficando, quem não tem condições” (SONIA).* A partir do relato desta participante é possível identificar, que além das adversidades envolvendo a diversificação rural, os fumicultores sentem-se temerosos em relação a esta, o que pode

desfavorecer a aceitação e favorecer a resistência da classe profissional quanto a novas opções de cultivo.

Um dos profissionais descreveu as dificuldades financeiras e o desgaste físico e psíquico que passou ao tentar a transição do plantio do tabaco para outras culturas, motivado pelo desejo de desenvolver uma atividade menos penosa. Plantou, concomitantemente, pepino e fumo, este para garantir a renda familiar em caso de endividamento com o plantio de pepino. O trabalhador alegou que o cultivo de pepino além de lhe gerar dívidas, que só puderam ser pagas pelo lucro obtido com o fumo, também lhe exigiu mais trabalho do que a fumicultura e, conseqüentemente, excessivo desgaste físico. *“Eu penso assim oh, eu experimentei de tudo, de tudo, nada deu certo até hoje, é o fumo. Não tem saída. Eu fugi um pouco do fumo porque eu queria muda a atividade né, eu plantei pepino né. Eu nunca trabaiei, com 4 mil pé, eu nunca trabaiei na minha vida tanto (...) eu nunca botei tanto veneno na minha vida. E eu investi seis mil real, seis ou sete anos faz isso aí, faz a conta. Eu tirei mil e duzentos real. E dinheiro da onde foi? Foi do fumo. Eu queria mudar, assim pra, mudar pra melhorá a minha saúde, pra não trabaiaí com veneno, trabaiaí menos, mas acho que é o contrário, vai mais veneno. E, e o dim dim (referindo-se ao dinheiro)? (...) Eu sei como é que é tudo, já experimentei tudo, porque eu planto verdura, crio peixe, tudo isso eu já experimentei” (JOÃO).*

Sendo assim, para a maioria dos participantes deixar de plantar tabacos seria arriscado, configurar-se-ia num erro, pois não diminuiria o contato com os agrotóxicos, acarretaria o endividamento e demandaria mais serviço. *“Nada, nada mais se planta sem o veneno. Vai dá mais trabalho, mais dor de cabeça e não vai dá lucro (MARIA)”.* *“Quem paga a minha vida se não for o fumo?” (JOÃO).* *“Eu duvido que alguém vai conseguir aí se manter vendendo hortaliças e coisas aí, de que jeito?” (RAFAEL).*

Outro complicador é o fato de as regiões onde a cultura do fumo é expressiva, geralmente situam-se em localidades afastadas dos centros urbanos e industriais, inviabilizando a comercialização de inúmeros produtos (Vargas & Oliveira, 2010; Etges, 2002). A diversificação rural, para ser factível, exige, portanto, prévia avaliação do mercado regional: possibilidade da comercialização, do transporte e do armazenamento do produto ofertado (Vargas & Oliveira, 2010; Silva, 2007). A porção territorial destinada à nova modalidade de plantio, produção ou criação também deverá ser estudada: haver a identificação das áreas cultiváveis, do relevo e do clima (Vargas & Oliveira, 2010).

Apesar dos impasses referentes à transição da fumicultura, a maioria dos agricultores é a favor, pois prefeririam não plantar tabaco, pois consideram o produto nocivo ao meio ambiente e aos indivíduos. Os participantes mencionaram que a diversificação pode beneficiar sua classe profissional, mas que da forma como está sendo executada, sem o efetivo empenho das autoridades municipais no sentido de construir espaços para a comercialização, esta não é factível. Os fumicultores verbalizaram que a crise fumageira não impedirá que sobrevivam a esta, tendo em vista que poderão, ao menos, retirar da terra os alimentos necessários a sua sobrevivência e de sua família. Avaliaram que, independente das dificuldades que a diversificação rural pode ocasionar aos fumicultores, eles acreditam que teriam condições de enfrentá-las, pois consideram sua classe profissional muito forte, capaz de suportar a transição. *“Quem tem terra não passa fome (...) a diversificação é muito importante (...) o produtor guenta, o produtor de fumo aqui guenta tudo, pode cai o mundo em cima dele” (RAFAEL).*

1.3.4 A exploração perpetrada pelas empresas fumageiras

A ideia de que a classe profissional é muito forte e capaz de superar inúmeras adversidades surgiu nos dois grupos. Buscou-se compreender qual era o significado destas colocações e se verificou tratar-se, principalmente, da capacidade dos fumicultores em suportarem a exploração das indústrias fumageiras. Os agricultores foram unânimes ao identificar que são explorados por estas empresas e, nos dois grupos focais, empregaram o termo “terrorismo” para caracterizar as ameaças e agressões verbais que lhes são dirigidas pelos representantes destas. Os participantes explicaram que desde o momento em que firmam contrato com a empresa, já sentem-se explorados, pois a proposta contratual não os beneficia, pelo contrário, lhes impõe uma série de obrigações e regras a serem cumpridas, assegurando lucros apenas ao contratante.

1.3.4.1 O contrato de compra e venda do fumo em folha

A única maneira aceita pelas indústrias para adquirir o fumo vendido pelos produtores é através do “Contrato de compra e venda do fumo em folha” (DESER,

2005). Este é embasado no sistema de integração ou sistema integrado que passou a ser implementado pela empresa Souza Cruz, há mais de 90 anos (DESER, 2012a). Trata-se de uma relação contratual em que ambas as partes têm obrigações, mas que não beneficia os contratantes de forma paritária (DESER, 2005).

Na percepção dos fumicultores, os contratos são extensos e de difícil entendimento e, por esta razão, geralmente, assinam a este e aos demais documentos que o integram, sem ler. Alguns produtores referem que estes “papéis” costumam lhes ser entregues às pressas, pois os orientadores da empresa comunicam não dispor de muito tempo para a visita e, prontamente, lhes indicam os locais para as assinaturas (DESER, 2005).

O contrato de compra e venda do fumo em folha é uma estratégia de lucro construída pelas indústrias fumageiras, que não deixa outra alternativa ao fumicultor, que não a de aceitar subordinar-se perante as cláusulas contratuais abusivas que lhes são impostas (Fialho, 2003). Os participantes mencionaram um período em que não havia exploração por parte da fumageira e que estas pagavam juros aos produtores caso atrasasse o pagamento do tabaco recebido. O frete do tabaco, da propriedade do agricultor até a empresa, era gratuito (Souza Cruz S/A, 2002). Atualmente, este é custeado pelo produtor.

No que diz respeito às obrigações das empresas com os fumicultores houve muita mudanças. Os profissionais mencionaram que as empresas fazem cumprir este contrato apenas naquilo que as convém. Os produtores pagam juros à empresa desde o primeiro dia em que deixam de efetuar o pagamento de alguma parcela do empréstimo com a firma, mas que o contrário não acontece. *“Tu assino o pedido, no momento em que vem o orientador na tua casa ali (...) tu já tá pagando juros” (RAFAEL). “O agricultor trabalha, ele tem um compromisso com a firma, a firma não tem um compromisso com o agricultor” (MARIA).*

O teor do contrato é, portanto, bastante duvidoso. Os seguintes itens deste foram criticados pelos participantes, questionando sua credibilidade: o seguro AFULBRA e os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) que compõem o “pacote tecnológico”, ambos contratados obrigatoriamente.

1.3.4.1.1 O seguro AFULBRA

As críticas ao seguro AFULBRA emergiram espontaneamente nos grupos A e B. Os agricultores comunicaram que o seguro que pagam à empresa, contra perda ou incêndio na estufa, perda total ou parcial da safra ou com o transporte, são devidamente pagos pelo fumicultor a esta. No entanto, caso precisem acioná-lo, quem recebe a indenização é a fumageira, não o agricultor. *“Mas se dá um problema desses aí, uma tempestade que estraga o teu fumo. Aí tu tem direito ao seguro. Tu não recebe aquele dinheiro. Aquele dinheiro vai lá pra fumageira. Tu paga o seguro, na hora de pagar, tu tem que pagar, mas na hora de receber a firma que recebe”* (FÁTIMA). Participantes dos dois grupos mencionaram que não há previsão quanto ao valor do prêmio do seguro em caso de sinistro. Esta constatação é confirmada por Almeida (2005). Segundo o autor, em muitas ocasiões os produtores não recebem o valor do seguro, pois a AFULBRA repassa diretamente o prêmio à indústria, que desconta os débitos do fumicultor até a data e lhe repassa o restante deste valor, em caso de saldo positivo.

1.3.4.1.2 Os EPIs, componentes do “pacote tecnológico”

A venda de insumos e de materiais para a produção, inclusive os EPIs, são recomendados e vendidos pelas empresas a preços elevados, acima da cotação do mercado e muitas vezes os fumicultores ficam obrigados a adquiri-los, exclusivamente, através destas, pois estes produtos compõem o “pacote tecnológico”. Portanto, os fumicultores têm que comprar, independente da qualidade, os EPIs vendidos pela firma contratante. Os EPIs ofertados costumam ser incômodos e inapropriados: não ajustados às necessidades dos trabalhadores (Almeida, 2005). Esta prática coloca o profissional em uma posição de dependência em relação à empresa, pois não permite que os agricultores comprem os insumos e outros produtos de outra forma, cerceando sua liberdade de consumidor. Caso o agricultor não cumpra o acordo de compra dos itens do “pacote tecnológico”, a empresa geralmente aplica uma sanção: suspende a compra do fumo por ele produzido (Silva, 2007).

Independente do desconforto causado, o uso dos EPIs é obrigatório, podendo incorrer em multa ao fumicultor que não cumprir esta exigência. Um dos participantes acredita que 90% dos fumicultores da região não os utiliza. *“A gente tem que testar a*

roupa, não eles. Como é que eles querem que a gente bote aquela roupa? Aquela roupa é muito quente né, roupa assim de plástico. Que que eles querem? Eles que vão pra lavoura pra eles verem. Tem que comprá, a gente não ganha nada, a gente paga todos os custos, dá um formulário pra assiná e a gente paga” (SONIA).

Os uniformes, confeccionados com um tecido que superaquece em contato com o sol, são de tamanho único, bem grande, sendo adequados apenas para os fumicultores mais altos. As máscaras para a aspersão de agrotóxicos são raramente utilizadas, pois causam uma sensação de sufocamento no trabalhador. *“Porque as máscara que eles manda, que as firma manda é muito grossa, tu quase não consegue respirá parado, imagina trabalhando (...). O EPI que vem não tem condição de usar, não tem como usar porque a pessoa não aguenta” (FÁTIMA).* Os EPIs, portanto, não tem uma boa aceitação entre os fumicultores, que referem mal estar ao utilizá-los, principalmente, porque o seu uso é mais necessário no verão quando as temperaturas estão elevadas (Heemann, 2009; Troian, Oliveira, Darcin & Eichler, 2009; Silva, 2007; Almeida, 2005; Fialho, 2003).

1.3.4.2 A classificação e a comercialização do tabaco: mecanismos de exploração

Os participantes dos dois grupos explicitaram ser alvo de exploração das empresas através da classificação e da comercialização do fumo. A classificação refere-se à qualidade definida para o fardo de fumo: quanto melhor for sua classificação, mais qualidade este terá, elevando o seu valor. Logo, uma venda favorável, depende de uma classificação que valorize o produto (Almeida, 2005).

As fumageiras incumbem aos produtores a tarefa de pré-classificação do tabaco. Trata-se de uma atividade que sobrecarrega e onera o agricultor, além de não lhes conferir nenhuma garantia, pois a classificação só acontece, em caráter definitivo, quando os técnicos da indústria avaliam o fumo, decidindo o seu preço final (Silva, 2007). Os fumicultores felicianenses alegaram sentirem-se explorados, em decorrência do indevido rebaixamento da classe do tabaco por eles produzida, sendo este comumente realizado pela empresa. Os profissionais mencionam sentirem-se humilhados e desvalorizados, referindo o período da comercialização, aquele em que experimentam maior sofrimento e frustração no trabalho. *“O terrorismo que o produtor*

passa, que fica mal, que passa mal, é quando tu arruma teu fumo e manda pra firma. Porque tu arruma pensando que é uma coisa. Tu chega lá e eles te dão outra que é bem diferente. E é onde cai a autoestima, a pessoa fica triste. Muitas vezes, a pessoa pensa até em morrer, em até se matá porque, porque tu trabalha, trabalha, trabalha, pega o teu fumo, manda pra lá e eles fazem o que dá na cabeça deles. Não tem garantia. A fumicultora (referindo-se a fumageira) deita e rola” (FÁTIMA).

No ato de classificação, o produtor pode estar presente e pleitear pela valorização do seu produto, mas não pode presenciar a classificação do fumo de outros produtores como uma medida comparativa e reivindicatória. Caso o produtor considere o preço injusto e não aceite entregar o fumo, terá de encarregar-se com as despesas do transporte deste até sua propriedade e corre o risco de ter a carga avariada, além de não obter melhor classificação para a sua safra (Almeida, 2005).

Um agricultor contou ter sido humilhado na empresa por reivindicar a valorização do tabaco entregue *“Eles lá em cima tão dando risada de nós, nos é que temo se acochando. Eu saí dentro da empresa lá chorando” (RAFAEL)*. Dois fumicultores explicaram que chorar é incomum, pois o agricultor está acostumado a sofrer por estas razões. *“Não chora a maioria” (GUSTAVO)*. *“Porque nós somos calejado” (FÁTIMA)*. *“Aí, ano passado saiu um fumo ruim, meio a meio, metade bom metade ruim. Os ruim iam saindo bem, e eu bah, agora vou fazê um dinheiro né. Quando fui vender o bom (pausa), me humilharam demais. Botaram o fumo de primeira (silêncio, o fumicultor baixou a cabeça, olhou para baixo por alguns segundos). (...) e eu vou fazê o que? Isso foi 5 de agosto e eu não esqueço nunca. Eu nunca me vi tão mal na minha vida, de tantos anos que eu planto, nunca. Aí eu pensei, vou vendê pra quem, por um troco de nada vou ter que deixá, pra quem? Não tem o que fazer, o ano que vem, vou continuar, juntar mais uns pila pra ver se eu paro de plantar mesmo logo de uma vez, mas as empresas eles humilham, humilham o colono pra plantar mais e mais e mais e a saúde do cara como é que fica?” (JOÃO)*.

Os participantes explicaram que, devido ao cenário caótico da comercialização, os fumicultores passaram a produzir mais tabaco, como uma alternativa para garantir a rentabilidade do negócio e o sustento da família. Percebendo o excesso da oferta de mercado e a dificuldade destes agricultores negociarem com a firma, há mais de dez anos, há profissionais que intermediam esta venda: compram dos agricultores o excedente produzido e revendem este às fumageiras. Estes revendedores são conhecidos como atravessadores ou picaretas. Os produtores apontam considerar injusto que estes

profissionais lucrem mais ao vender o fumo, pois trabalham muito menos. *“E o atravessador vem e compra de ti, que tu planta pra empresa, que tu tem o compromisso de vender pra empresa, e tu vende pra empresa mal. O picareta vem, que a gente chama, o popular picareta. Ele vai lá na tua própria firma e vende muito melhor que tu. Ele ganha o frete pra levar, a firma paga o frete pra ele e ainda pagam comissão. O produtor é o que mais trabalha e o que menos ganha” (FÁTIMA), “Eles compram, pagam bem os picaretas e os colonos que passam trabalho, trabalham pra, pra colher o fumo, pra ter o fumo, aí é lá embaixo (referindo-se ao valor que lhes é pago pela empresa). Isso é muito injusto” (MARIA).*

Portanto, o fumicultor, ao estar com o fumo pronto no galpão, têm duas opções, ou manda a cota obrigatória do seu fumo à empresa e o excedente vende ao atravessador ou envia todo tabaco à firma de uma só vez. Os agricultores referem que arrependimentos são comuns e que um fumicultor pode ter mais sorte do que outro nesse processo, sendo em alguns casos mais vantajoso entregar o fumo aos picaretas. *“A firma dizia, o que tivesse acima da estimativa eu não quero. Aí o que tu mandasse, talvez, dentro da estimativa, ainda não pagava o que eles tavam te cobrando de insumo. E aí lá o colono pensava. Bom eu vou mandar todo meu fumo pra firma e ainda não vou pagar ela, e aí vou vender pro picareta. Aí vendia, bem baratinho pro picareta e o picareta ia lá entregava pra firma e lá a firma pagava bem o picareta” (FÁTIMA).*

Os fumicultores consideram que esta situação de humilhação é mantida pelas empresas de forma estratégica. Eles explicaram que estas reproduzem o discurso de que as cobranças que impõem ao fumicultor são reação do esfriamento do mercado para o setor fumageiro, mas os trabalhadores têm ciência do quanto à empresa se prevalece deste argumento em seu benefício. Para os produtores, as empresas utilizam a seguinte estratégia para evitar que o agricultor desista de produzir o tabaco: valorizam o produto em uma safra e o desvalorizam em outras, impedido-os de perder as esperanças em obter justa remuneração. *“Ano passado mesmo eu ia largá, depois no final melhorou (...) Aí vai uma lá em cima, outra lá em baixo, a firma fica jogando. Incentiva um ano, aí o cara faz outra, depois no outro ano tiram todo o lucro que eles te deram no outro e é sempre assim” (DANIEL).* Interessante ressaltar que na pesquisa desenvolvida por Almeida (2005), um transportador de fumo mencionou que as fumageiras ora valorizam e ora desvalorizam o tabaco entregue, identificam quais produtores podem seguir sendo explorando e quais precisam ter renovada sua esperança por um retorno financeiro promissor.

De acordo com os participantes as empresas instruem os seus orientadores a iludir os fumicultores, solicitam que estes disseminem certas ideias entre os produtores, incentivando-os a tomar atitudes que as favoreçam. *“Uma vez eu fui lá vende fumo e eles começaram deitar valendo o fumo, aí eles disseram tu vai ver a semana que vem (...) vai ser pior. Vai cair tudo no 11, 12 (classificações mais baixas). Aí eu voltei pra casa apavorado. (...) Aí liguei pra ele (sobrinho), ele tava lá em Camaquã e disse, olha semana que vem disse que vai cair a classe mais ainda. Ele pensou, repensou direito e disse: ‘seja lá o que Deus quiser, de o que dê’. Depois ele pegou a nota e levou lá, vendeu lá em cima o fumo. Digo ai, toma banho então. Eles pregam a mentira na gente lá pra gente sair espalhando pros outros”*(GUSTAVO).

De acordo com o DESER (2013), as empresas manipulam os fumicultores, no que se refere aos valores que lhes serão pagos, conforme a cotação do dólar, pois auferem grande parte dos seus lucros com a exportação. Havendo a queda do valor da moeda americana, a empresa obtém maior lucro e pode pagar um valor mais alto aos produtores. Entretanto, quando o mercado econômico favorece a empresa esta não beneficia o agricultor de modo equiparado. Caso a cotação do dólar aumente, esta reduz o montante ser pago aos fumicultores, tanto quanto for necessário para garantir o seu lucro.

Para Schlindwein (2010), o fumicultor tem ciência da alienação de valor monetário e moral de que é vítima, sendo conivente com o fato de o seu trabalho consistir na reprodução do que a empresa determina, legitimando, dessa forma, “o processo de valorização do capital” (Schlindwein, 2010, p.89). Um dos fumicultores validou este entendimento. *“Quer dizer que nós trabaiamo pra ela né, ela é a presidenta, nois só”* (LEONARDO). Portanto, a fumicultura é um agronegócio, em que o trabalhador rural é, ao mesmo tempo, livre e expropriado do seu saber, do valor do seu trabalho, o que resulta numa forma de servidão, uma quase uma escravidão (Schlindwein, 2010; Almeida, 2005).

1.3.4.3 Direitos trabalhistas

O contrato de compra e venda do fumo em folha firmado entre a empresa e o produtor, não se caracteriza como um vínculo empregatício. As companhias, além de beneficiarem-se ao obter sua matéria prima a partir de uma mão de obra barata, também

se eximem das responsabilidades e das despesas de um vínculo formal entre empregador-empregado, colocando à saúde do fumicultor em risco, impossibilitando o acesso deste a inúmeros benefícios sociais (Riquinho & Hennington, 2012; Schlindwein, 2010; INCA, 2004).

Os participantes explicaram ser inadmissível e desumano terem uma relação contratual com as fumageiras e não ter acesso aos planos de saúde que os profissionais da empresa dispõem. Os produtores relatam que o trabalho que realizam é bem mais prejudicial à saúde do que as atividades desenvolvidas pelos instrutores/orientadores *“É, digo assim oh, um funcionário sendo orientador dessas empresa, eles têm plano de saúde que é pago por nós. Eles têm plano de saúde deles que a empresa paga na carteira. Por que nós não? Eu tô esperando muito mais pra conseguir uma cirurgia, não consigo encaixar pelo SUS, eu pergunto isso. Eu pergunto isso aí: por quê?”*; *“Se nós pensa, quantos mil eu dei pra essa firma, quantos mil eu dei pra ela, se eu tivesse colocado na poupança qualquer tipo de cirurgia eu fazia” (JOÃO)*. *“A gente paga aquela visita, aí eles ganham plano de saúde, eles ganham férias” (MARIA)*.

1.3.5 A participação do Estado no apoio aos fumicultores

Os fumicultores informaram que a Prefeitura, em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul² (EMATER/RS), não está oferecendo o incentivo necessário para o plantio de pepino e de uva, alternativas de cultivo para a transição do plantio de fumo. Os profissionais consideram a iniciativa uma imposição das autoridades dirigida ao fumicultor, não uma oportunidade capaz de lhes garantir um trabalho mais lucrativo e menos penoso *“Até as autoridades aí, eles tão batendo muito nisso aí, eles tão botando aí pepino, uva. Vamo planta fumo, feijão, milho, batata, arroz, uva, tomate, pepino. Mas aí tem um detalhe: vai ter como vender? Vai ter comércio? Vai ter orientação, por exemplo, um orientador te orientando, vai por aqui, vai por ali” (RAFAEL)*. *“Eles têm que dar uma oportunidade do pessoal*

² Instituição jurídica de direito público, conveniada da Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. Um dos objetivos desta entidade governamental estadual é atender ao seu público alvo, entre estes, os agricultores familiares. A EMATER/RS oferece assistência técnica visando o desenvolvimento sustentável através do resgate da autoestima da população rural, descobrindo “possibilidades coletivas de trabalho permanente por uma vida melhor, mais solidária e fraterna”. A instituição vem prestando seus serviços, em Dom Feliciano/RS, no sentido de concretizar os planos referentes à proposta de diversificação rural para a fumicultura, conforme a CQCT. (EMATER/RS, 2013; Brasil, Decreto nº 5.658/2006).

ganhar o mesmo tanto com outro serviço. Agora, o que eles tão inventando de fazê essas coisinha aí, isso aí não vai sustentar ninguém (...) é plantar tomate, plantar, pepino, essas porcariazinha aí, não vai sustentá o município” (MARIA). “Não sei se aqui alguém se lembra de uma época que o município plantou mandioca? (...) o município incentivou plantar mandioca, todo mundo plantou mandioca, mas na hora de vender (pausa). Por isso que o pessoal tem medo hoje de pará com o fumo e plantá outra coisa” (FÁTIMA). Conforme o DESER (2012b), para o Estado possibilitar alternativas economicamente viáveis aos fumicultores, conforme previsto no art. 17 da CQCT, ao invés de vetar os financiamentos para estes, deve disponibilizar recursos, assistência técnica e garantir a comercialização dos produtos que venham a cultivar.

Segundo os relatos, os fumicultores pouco participam do planejamento e da execução das políticas públicas voltadas para a atenção da agricultura familiar. Entretanto, como consolidar uma diversificação rural, sem considerar a visão de mercado e o conhecimento dos produtores? Inviável, esta é a percepção dos fumicultores. Sem a participação destes profissionais nos espaços públicos de discussão e decisão, além de explicitar o não reconhecimento e a desvalorização destes trabalhadores, o Estado também coloca em risco a adesão da população rural a uma maioria de projetos, verticalmente idealizados.

Os fumicultores entendem que a diversificação rural não impediria a desvalorização de qualquer produto que viesse a ser, por eles, comercializado. A operação de classificação da qualidade daquilo que for produzido é um procedimento comum na maioria das modalidades de cultivo, como na produção de uva e de pepino. *“Aí eu tava debatendo quanto a EMATER. Que eles disseram que iam ajudar e tal, que o governo ia ajudar. Eu vi uma reportagem na televisão, né. Que iam ajudar, até mesmo na classificação do fumo, que eles judiam mesmo é na classificação do fumo. E não é só com o fumo né, porque tudo que a gente planta aqui tem classe, aonde matam o colono é na classe (JOÃO)”*. No entendimento deste participante, não adianta pensar em diversificação rural, sem a participação do governo para interceder por uma comercialização justa de qualquer produto cultivado pelos produtores rurais.

Os profissionais dirigem uma crítica ao Estado e à sociedade, por advertirem quanto ao uso de praguicidas no cultivo do tabaco, mas serem, ao mesmo tempo, coniventes com o emprego excessivo destes na produção de alimentos, como ocorre nas culturas de arroz, melancia e, principalmente, na plantação de verduras. *“O fumicultor ele coloca agrotóxico no fumo com a máquina e de vinte litro. Os arroteiros coloca, um*

veneno brabo de avião. Ele mata por tudo assim, tanto que fica só o grão do arroz, né, ele mata o resto que tiver na volta tudo e o fumicultor bota só na sua lavoura. Ele não bota na lavoura dos vizinho. E é uma coisa que eles batem muito, batem muito em cima do veneno, mas eles usam muito mais veneno que o fumicultor” (FÁTIMA). “Não existe a renda maior que tem o fumo, pode fazer a propaganda que for, e o fumo, fuma quem quer e o alimento que a gente é obrigado a comer, ninguém enxerga? Vocês sabem quantas gramas, quanto de veneno vai pra uma hectária, de fumo? 400 gramas. Agora vocês querem sabe quantas gramas vai pra uma hectária pra alimento, vamos dizer verdura, seja lá o que for? 4 kg, do mesmo veneno. Por isso que eu digo, olha a saúde vem pela boca, mas eles não enxergam o outro lado” (JOÃO).

Os agricultores também criticam o Estado no que se refere a falta de acesso aos serviços de saúde. Na esfera municipal, os fumicultores consideram que a falta de médicos e a escassez dos exames e tratamentos de saúde oferecidos são agravantes ao seu estado de saúde. Os atendimentos médicos nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) são realizados mediante agendamento. Quando o munícipe necessita de atendimento imediato, precisa deslocar-se até o hospital no centro da cidade, ou, dependendo do caso, ir ao hospital de Camaquã. *“Pra consulta tu tem que, ah tal dia eu acho que vou adoecer. Aí tu tem que marcar, uma duas semana atrás pra ter no posto” (PATRÍCIA).* Uma das fumicultoras referiu que o atendimento médico prestado no setor de emergência do hospital de Dom Feliciano é ruim. *“Aí tu chega na emergência, chega ali eles só te olham. Depende do que tu tem não vale a pena nem ter ido. A saúde aqui é péssima, acho que um dos município pior que tem” (FÁTIMA).*

Uma profissional explicou que a UBS, próxima a sua casa, fechou e que tem sido enfrentada uma árdua luta pra conseguir consultas médicas e tratamentos para sua filha que tem problemas cardíacos. *“Ela tem problema de coração que acelera, não tem médico. O médico vem lá de Porto Alegre, vai embora porque não tem ficha e eles não atendem. Ela tá com problema. Ela tá com 15 anos e tá ficando grave. Aí eu disse: como eu vou procurar, não tenho plano de saúde (...) médico nós não temos. E a guria tá ficando grande e com um problema gravíssimo. E aí, o que é que eu vou fazer? Só Deus pra socorrer a gente, né” (SONIA).*

Os trabalhadores explicaram que o Sistema Único de Saúde (SUS) é um mecanismo político. Uma possibilidade para os políticos ganharem dinheiro. *“O SUS é só um jeito de ganhar dinheiro deles” (DANIEL).* Segundo os agricultores, deveriam haver postos de atendimento com médicos para atender as famílias, mas isto não reflete

a realidade. Referindo-se ao acesso à saúde no Brasil, uma fumicultora concluiu: “*o Brasil é uma bagunça geral*” (MARIA). Outro fumicultor comunicou que está, há nove anos, esperando para realizar uma cirurgia pelo SUS.

Por estas razões, os fumicultores avaliam que só terão acesso à saúde através de planos de saúde, pois o SUS não garante uma série de atendimentos e de tratamentos, principalmente à população rural, que encontra-se distante das unidades de atendimento. Foi mencionado nos grupo A e B que a dificuldade de acesso favorece o adoecimento, pois tanto acarreta a automedicação dos agricultores, quanto o agravamento dos problemas pela não realização dos tratamentos necessários. “*E aí dizem que o município tá bom, aí a sra. vai consultar, não tem médico. Amanhã ou depois ela vai de novo, desiste. Quando a doença tá feia a coisa, dali uns 4 ou 5 anos. Ah, mas ela tá doente por causa do fumo*” (JOÃO). “*Eu acho que toda pessoa que mora a 30, 40, 50 ou até mais km de um posto de saúde não tem como não usar (medicamentos)*” (RAFAEL).

Um estudo realizado em Pelotas/RS efetuou um levantamento sobre os acidentes de trabalho envolvendo agricultores e identificou que, dos 580 trabalhadores entrevistados, 11% sofreram pelo menos um acidente de trabalho em um período de doze meses (Fehlberg, Santos & Tomasi, 2001). Os acidentes de menor gravidade são ainda menos registrados do que os mais graves. Há importante subnotificação da ocorrência destes, bem como a desproteção social dos trabalhadores rurais, que encontram impasse e difícil acesso à saúde e aos direitos previdenciários para afastamento com fins de recuperação a sua saúde (Wünsch & Mendes, 2011; Schlindwein, 2010; Fehlberg, Santos & Tomasi, 2001).

O descaso dos médicos peritos da Previdência Social com os agricultores também foi objeto de discussão. A percepção dos fumicultores é de que não lhes é garantido o direito à recuperação da saúde, pois mesmo quando apresentam provas de que estão adoecidos, o auxílio doença acidentário lhes é negado, sendo mais comum a concessão deste benefício aos profissionais de carteira assinada. “*Os da cidade até que se encostam fácil, o colono já, quem não tem carteira assinada*” (DANIEL). Os participantes descreveram situações em que foram humilhados pelos profissionais do INSS durante a perícia. “*Pra se encostá eu tenho o exemplo comigo, eu fui operado ano passado, dentro de um mês eu fui operado duas vezes, pra mim consegui cinco mês de auxílio doença, olha tive que batalhar. A médica disse, não tem, tu já tá bom, pode trabalhar. Mas a Dra. sabe do que que eu trabalho? Eu não sou lá do escritóriozinho, fico sentado lá que beleza. Eu alevanto peso. Com 4,5 meses não é assim, uma cirurgia*

abdominal pra melhorar assim 100%. Mas 'Deus o livre' INSS. E outra tu é doente da coluna, tu tem comprovação tudo, exame, tu tem chapa, tudo, desgaste de coluna, eles não encostam, que colono não adocece (ironizando). Isso eu tenho experiência que eu sei” (GUSTAVO). “Mas tem gente que foi humilhada tipo cachorro lá. Aí quando é que o colono tem direito aí? (...) Eu acho que nós colono indo sem cabeça, eu acho que eles dizem que é pra nós trabalhar. Oh, pra minha esposa que tá com um problema lá, com dificuldade eles dizem: não, tu não precisa parar de trabalhar, tu tá boa. Aí tu mostra os remédios que o médico recomendou. Isso não é remédio” (JOÃO). “Aí eles vão até rir da tua cara (referindo-se ao comportamento do médico perito, caso o fumicultor solicitasse auxílio doença acidentário por intoxicação)” (MARIA).

1.3.6 Perspectivas de mudanças para reversão do quadro de precarização no trabalho para os fumicultores

Diante do que foi exposto pelo fumicultores, os fatores que determinam a precarização do trabalho na agricultura, estão relacionados, principalmente, a conduta das fumageiras e do Estado, ou seja, do próprio Homem. A maioria dos fumicultores dos grupos A e B apontaram que, só poderão evitar a exploração das fumageiras, caso haja a união da classe profissional, produzindo a busca conjunta por alternativas que impeçam contratos abusivos e a desvalorização do fumo produzido “*O fumicultor tá desunido*” (FÁTIMA). “*Até que tentam, tem municípios aí que tão, são organizados, têm os MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) que apoiam o produtor, que vão até pra Brasília, mas aqui em Dom Feliciano (...) o MPA abriu o escritório aqui e teve que fechar por falta de incentivo*” (RAFAEL).

Alguns participantes mencionaram que, havendo a organização dos produtores a fim de evitar o excesso da oferta de fumo e a retomada de outros cultivos para o consumo da família, seria possível mudar o quadro de precarização no trabalho “*Mas eu acho assim, se voltasse o tempo antigo, eu sei, nos acho que era 20 mil por família, se voltasse o tempo antigo todo mundo ia ter as coisas, todo mundo ia vender e não ia ter problema. Mudou o excesso de plantação*” (JOÃO). Outro participante também compartilhou o mesmo entendimento. “*Café nós tinha em casa, nós tinha tudo, tudo os plantio, a avó tinha lá. Agora você analisa, aí ninguém quer saber de plantar isso aí, só querem saber do fumo. Aí o que que acontece. Quem planta 200 mil pés de fumo, aí não*

vai plantar mandioca, não vai plantar batata, não vai plantar feijão. O porco lá no chiqueiro tá caindo de seco, tem que comprar milhozinho, ah tem que gastar pra comprar, ninguém quer comprar. Então é o seguinte, se todo mundo usasse, isso aí que usava antigamente, planta tudo. Eu se tivesse a oportunidade, plantando terra minha, eu se tivesse eu ia plantar batata, ia plantar mandioca, ia plantar tudo o que eu pudesse, cada coisa um pouquinho. Aí ia plantar 30 mil pés de fumo, os 30 mil pés de fumo, ia vender bem, porque aí cada um ia ter só aquele tanto lá pra vender. A firma ia levar, ia ter pra quem negociar.e pra comer, aí não ia precisar comprar muita coisa, aí ia fazer um ranchinho aí, com 100, 150 pila tu vinha pra casa” (LEONARDO).

No entanto outros fumicultores preferem investir apenas no fumo, evitando ter que dedicar-se a outros mais cultivos. *“Essas coisas do tipo criação, planta em casa, planta milho, essas coisas eu não faço nada, por causa que, por que eu vou plantar milho, vou perder tempo lá, aí eu tenho que sair do fumo, tu para de planta fumo, já te mata um tempo, tu saí do teu serviço, da tua rotina. Vai no feijão, vai nisso, vai naquilo, não é mais fácil tu plantar dois mil pé de fumo a mais, tu planta isso o ano todo. Eu faço assim eu planto dois, três mil pé de fumo a mais eu planto, compro carne, compro isso, compro aquilo, com um pouquinho de fumo a mais eu não saio da rotina” (DANIEL)*

Na China, maior produtor de tabaco do mundo, a maioria dos trabalhadores rurais têm conhecimentos na produção de outras culturas, que sempre foram desenvolvidas conjuntamente com o fumo. Por esta razão a transição do cultivo do tabaco para a produção de outros alimentos, neste país, não tem resultado na redução do emprego (FAO, 2003). Entretanto, não se pode afirmar que o mesmo ocorreria no Brasil, pois muitos produtores deixam de plantar alimentos para o consumo, cultivando apenas o tabaco (DESER, 2012a), constatação também evidenciada neste estudo.

Para outros agricultores será possível a diversificação, assim como garantidos os seus benefícios, caso os produtores identifiquem as demandas do mercado regional e se organizem para produzir alimentos de acordo com esta, ao invés de apenas reproduzir a lógica capitalista de trabalhar mais, isoladamente, para obter maior remuneração. *“Meu vizinho colheu dezesseis mil quilo de uva, dali uns tempos vamos viver de uva. É pepino enganchado tipo cipó por tudo. Então o que tá acontecendo? Tudo em excesso. Então se tiver a uva de um lado, plantando um pouquinho, o outro plantando pepino, o outro plantando fumo. Esses que vão tá vendendo uva, vão poder ficar plantando uva, é só eles que vão tá vendendo, aí pode ser. Vão as turma, fazer três etapas e aí tem outro*

plantando pepino, vendendo só o pepino, o do fumo, vendendo só fumo. Vamos trabalhá tudo certinho pra vender bem. Mas se tudo se usar em excesso, vai ser esse maior do que esse, um olho maior do que o outro, aumentar ou plantar os dois tudo em excesso, não vai dar” (LEONARDO).

Os agricultores também discutiram sobre a competição entre os produtores. Identificaram que esta é uma prática comum e incentivada pelos orientadores, pois, uma vez que há excesso de oferta, há a desvalorização do produto. *“E aí, quanto que você vai plantar? Você plantou ano passado, plantou cem, aí chega e disse, ah esse ano eu vou plantar cinquenta. Eu saí, ali adiante e dou uma risada ele diminuiu 50, eu aumento 50. É uma disputa, é ou não é? (...) só assim oh, pra concluir o restinho, se ele pegar aqui, eu e ele plantar, se nós plantar 30.000 pé de fumo, quando nós terminasse de planta 30.000 pé de fumo, todo mundo ia vende bem. Ninguém ia se estressá, ninguém ia se matá, ninguém ia se separá” (LEONARDO).*

Uma fumicultora do grupo A explanou outro entendimento, afirmou que mudar esta realidade de produzir excedentes depende da empresa fumageira, pois é esta quem deve definir a quantidade determinada de fumo que irá comprar de cada família e não negociar os excessos produzidos. Um produtor deste grupo concordou que a empresa poderia agir deste modo, mas que esta mudança de conduta dependeria da criação de leis no sentido de determinar quantos mil pés de fumo poderiam ser plantados por cada família, obrigando a firma a cumprir as leis do Estado.

Outro fumicultor, também participante do grupo A, contrapôs-se a estas colocações, disse que a fumageira jamais organizaria um mercado de compra e venda com a finalidade de favorecer os interesses dos fumicultores, tampouco, mobilizar-se-ia em ajuda-los. Na percepção deste trabalhador, somente o Estado poderá interceder a favor dos produtores de tabaco, apontando que é na esfera federal que são decididos os valores dos impostos e realizadas determinações que podem favorecer ou prejudicar o fumicultor. *“A firma não vai reconhece nois, se o governo federal lá em cima (..) a firma não vai comanda, uma firma não comanda o Brasil inteiro quase, o Rio Grande todo aqui plantando fumo, é o governo aí em cima, não arruma negócio por nada pra nois, aí vamos vender pra quem? É ele quem manda aqui em nois . É ele que é o cabeça aqui, é o chefe. Os único que compra fumo aqui da gente é a China e a África que tava comprando. Só que aí o governo federal assinava o contrato, isso aqui pra vender tem que assinar, assinar o contrato pra vender mais adiante, não é eu vou vender direto pra Inglaterra, eu vou levar fumo pra lá. (RISOS DOS PARTICIPANTES DO GRUPO A).*

Se começa lá em cima, se o governo federal apoiar, começar apoiando. Em primeiro lugar tentar negócio com outros países pra tentar empurrar o fumo pra eles lá. Em segundo lugar a firma entra num consenso lá com o pessoal do governo federal (...) a gente culpa a firma aqui, se o nosso governo federal fosse buscar mais tabaco pro negócio pra levar pro fumo e lá tentar vender o fumo, tentar encaixar a gente toda, se o governo organizasse lá a firma ia receber nós melhor, bem mais” (LEONARDO).

Todos os participantes do grupo B compartilham a seguinte ideia: o Estado, representado por suas autoridades públicas, não executa sua função de intervir em benefício dos agricultores. Para estes profissionais, todos os governantes são contra o fumo: o governo em geral, a presidente, os vereadores, os deputados e o prefeito, não havendo nenhuma autoridade agindo pela causa dos produtores, nem mesmo os sindicatos que existem para este fim. *“O município aqui é largado de apoio. O município aqui é regado pelo fumo. O prefeito aqui é contra o fumo, todo mundo sabe que é, ele quer diminuir a planta do fumo, mas se morrer o fumo, vai morrer o município. (...) Eu acho o prefeito devia, não só o prefeito, tem tudo, vereador, eu acho que o prefeito devia apoiar mais o colono (...) E os vereador, por que eles não criam uma lei apoiando mais os agricultor? (...) Tem vereador produtor de fumo, que tá ali, sabe o que o agricultor passa e não faz nada. Não tentam criar uma lei de apoio. Eles simplesmente entram pra lá só pra pegar o dinheiro” (FÁTIMA).*

Por fim, um participante relatou que, no negócio do tabaco, o agricultor é a parte mais prejudicada, pois é quem mais trabalha e menos lucra, um dos fumicultores apresentou dados estatísticos para validar a sua afirmação, mostrando estar interado sobre o assunto. *“70% do fumo vai pro governo (...) 85% da produção do fumo é exportada” (GUSTAVO).* Outro trabalhador expressou que, em seu entendimento, não há como reverter o quadro de crise em que se encontra o produtor de tabaco, pois o governo federal continuará fazendo exigências às empresas, almejando mais lucro, ficando a cargo das firmas a exploração dos fumicultores. *“É política viu, porque essas empresa fumageira são tudo multinacional. Na realidade elas pagam um imposto absurdo pro governo, isso aí que pagam, pagam, não tem dúvida, mas o governo quer mais né, o governo quer mais” (RAFAEL).*

No Brasil, apesar dos fumicultores terem pouco acesso a informações e uma participação popular minoritária no planejamento de políticas públicas capazes de lhes assegurar melhores condições de vida, alguns produtores de tabaco estão envolvidos com iniciativas emancipatórias, com o movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Este é um movimento camponês que visa à produção de alimentos, resgatando a cultura e a identidade camponesa, permitindo a sustentabilidade do produtor no meio rural (MPA, 2012; Silva, 2007). Segundo Almeida (2005), o MPA é uma alternativa viável para possibilitar que o agricultor desvincule-se da cadeia de integração proposta pelas fumageiras, passando a produzir o tabaco orgânico, a partir de uma proposta agroecológica.

A mesma agricultora que verbalizou que a firma deveria organizar a produção de tabaco revelou, ao final do encontro, ter construído outro entendimento acerca da problemática dos fumicultores. *“A situação dos agricultores só poderá mudar quando estes tiverem voz e vez” (MARIA)*. Este exemplo evidencia o quanto o debate em grupo pode contribuir para a compreensão da complexidade dos fenômenos. Com esta fala a participante expõe que não adiantaria a empresa interceder pelos produtores sem a valorização do trabalhador rural, sem que lhe seja garantida, nos espaços públicos e privados, sua participação, como agente transformador de sua realidade, do seu contexto.

1.3.7 Repercussão da pesquisa

Um agricultor mencionou considerar importante esta pesquisa, por possibilitar conhecer as vivências dos fumicultores. Também sugeriu um estudo complementar, procurando conhecer a percepção dos políticos e dos profissionais das fumageiras. *“E seria muito importante pra completar ou pra complementar, pegar os grandes também, fazer umas palestrazinha com eles também. Vê o que eles também têm a dizer. Pega uns dois ou três orientadores aí e mais o prefeito, um vereador aí vê o que eles têm a dizer” (RAFAEL)*. A sugestão deste produtor é motivada pela certeza de que os resultados da pesquisa por ele sugerida seriam altamente contraditórios aos desta. Uma participante, do mesmo grupo, considerou o encontro entre os fumicultores como um importante espaço de troca e de escuta, pois quem planta tabaco, não dispõe de tempo para conversar e expressar os sentimentos. *“Hoje, pelo menos lá em casa foi a última botoada de lenha. Mas eu acho que já é um alívio pra cada um falar um pouco o que sente. Porque não tem ninguém que te escute a não ser os de casa ou um grupo quando se junta (FÁTIMA)*.

Um produtor do grupo A refletiu sobre a repercussão da pesquisa, que esta poderá ser criticada por revelar a percepção do fomicultor acerca da exploração a qual está submetido. *“Quem tá aqui, sabe que o nosso município é assim, com certeza, a hora que descobrirem que, isso que você tá fazendo aqui, reunindo família, chamando um, chamando outro, vai aparecer gente, criticando de ponta a ponta, usando um contraponto diferente (...) pode anotar meu nome, meu telefone, porque eu sou companheiro pro que der e vier. Se te chamarem, falarem, te criticarem aqui os vereadores. Eu quero ir lá. Ah, se falarem lá, que fulana fez uma pesquisa, (...) olha, pra falar eu não tenho vergonha nenhuma, chego lá e digo, não. Olha, ela fez, chegou lá, chamou nós, assim, assim, a explicação é dada, seja vereador, seja quem for eu dou a minha cara pra bater, quero ver eles me peitar” (LEONARDO).*

Este fomicultor pontuou, ainda, que esta entrevista deveria ter sido transmitida em tempo real, para que todos pudessem ouvir, expressando o quanto sentem falta de espaços para discussão e diálogos para expor seu ponto de vista. *“Só pra concluir, esse tipo de trabalho, essa pesquisa eu acho muito importante. (...) então eu queria pegar esse papel seu aqui e botar ao vivo, falar direto, pra todo mundo ouvir. Aqui o seguinte, em Dom Feliciano, só vivem brigando na política, ninguém aparece pra fazer um tipo de serviço desses. Esse serviço é um serviço importante que se tá fazendo, isso aqui cabe a um vereador, cabe ao pessoal se reunir junto (...) Quando é que um dia um vereador fez uma reunião de nós aqui, pra gente conversar, pra ver. Esse trabalho (...) pra mim, é duma baita importância” (LEONARDO). “Isso aqui tinha que ser transmitido em uma rádio” (DANIEL).*

1.3.8 Reflexões a partir da Psicodinâmica do Trabalho

A organização do trabalho apresenta duas dimensões: a divisão do trabalho e a divisão dos homens (Dejours, 2007). A primeira corresponde a maneira como são prescritas e desenvolvidas as atividades, compreende, portanto, aspectos anteriormente descritos por Dejours (1992) em sua primeira proposta de definição da organização do trabalho: o grau de ambiguidade sobre os resultados das tarefas; o status social da atividade desenvolvida e as condições e a qualificação do trabalho. A divisão dos homens refere-se tanto ao modo como o indivíduo se apropria do seu trabalho, quanto ao modo como ele é incentivado a desempenhá-lo. Está relacionada à maneira como a

tarefa é definida, a designação de responsabilidades entre os trabalhadores e o manejo do sistema e poder hierárquico para manter sua ordem, sua direção e sua hierarquia, fiscalizando e controlando os trabalhadores. Os aspectos afetivos e relacionais implicados no posto de trabalho ocupado; o grau de iniciativa e autonomia do trabalhador sobre as tarefas e a possibilidade de cooperação e comunicação no trabalho também foram anteriormente descritos por Dejours (1992), como aspectos relacionados à divisão dos homens.

No caso da fumicultura, a divisão dos homens, descrita por Dejours está estritamente relacionada à precarização do seu trabalho. O poder hierárquico ao qual os produtores estão subordinados - o oligopólio das empresas fumageiras - é exercido mediante a utilização de mecanismos de dominação, como o sistema integrado (que compreende o contrato de compra e venda do fumo em folha e o pacote tecnológico) e da manutenção desta, através da comercialização. Conforme foi descrito pelos fumicultores, as empresas sabem quais agricultores precisam ter suas esperanças de lucro renovadas, garantido-lhes, em último caso, justa remuneração.

O reconhecimento é um elemento social da organização do trabalho e um fator determinante para as vivências de prazer do trabalhador (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1993; Mendes et al., 2003). O prazer no trabalho acontece quando o sujeito encontra neste uma oportunidade para a sua realização e para a constituição da sua identidade, reconhecendo a importância da sua atividade laboral para si e para os outros (Lancman & Ghirardi, 2002; Dejours, 1992). O reconhecimento dos outros, seus colegas e superiores hierárquicos, é preponderante para que o sujeito experimente a satisfação e o prazer no desempenho de suas atividades (Martins, 2009).

Designa-se por reconhecimento dos pares, aquele advindo dos trabalhadores que desenvolvem o mesmo ofício e têm conhecimentos e habilidades para avaliar e julgar a “beleza” e a singularidade do trabalho desenvolvido, por esta razão, trata-se do reconhecimento mais importante e significativo para o trabalhador. Conceitua-se por reconhecimento das chefias, aquele realizado por estas ou por seus subordinados, desde que prevaleça a hierarquia. Neste caso ocorre o julgamento da utilidade, em que avalia-se o valor econômico, técnico e social do trabalho (Martins, 2009; Merlo, 2003; Dejours, 1992). Ressalta-se ainda que o reconhecimento social na esfera do trabalho ocorre de maneira indireta, pois é dirigido à atividade desenvolvida, aos resultados do labor e não ao trabalhador (Lancman & Uchida, 2003). Incumbe a este repatriar o reconhecimento, assimilando-o como o mérito do seu exercício, experimentando, assim,

o prazer, a satisfação e a realização com o seu trabalho, abrindo caminhos para sua emancipação e sua saúde (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1993; Merlo et al., 2003).

O julgamento de utilidade no exercício da fumicultura acontece, segundo os participantes, no momento em que o fumo por eles produzido encontra-se nas esteiras de classificação. Os profissionais referiram que o rebaixamento da qualidade do seu tabaco é o principal fator desencadeador do seu sofrimento. Além disso, ao que tudo indica na esfera social a possibilidade destes agricultores serem reconhecidos por seu é laboro é cada vez menor, pois o fumo é caracterizado como um fator de risco à população. Diante do exposto não há perspectiva de serem criadas condições para que os fumicultores realizem-se através do reconhecimento.

Caso o reconhecimento não aconteça, o trabalhador experimenta o sofrimento, pois deste depende todo o sentido de um trabalho realizado, do esforço e dedicação empregados no dia a dia em seu exercício (Bouyer, 2010). Este estudo descreveu que a exploração da qual estes trabalhadores são vítimas operacionalizou sua relação com a terra. O contato com a natureza parece estar bem mais atrelado a uma ideia de apropriação do capital a ser desta extraído, do que experimentado como uma atividade promotora de realização pessoal e saúde.

Apenas o trabalhador pode compreender, desvelar para si, por que deixa de mobilizar sua subjetividade para a satisfação das suas vontades em detrimento das necessidades e desejos da organização do trabalho. Esta é uma conduta alienante e comumente motivada pela organização do trabalho, podendo ser interrompida pelo trabalhador em sua singularidade e potencialidade, em um movimento emancipatório e criador (Merlo, 2003). Trata-se do sofrimento criativo ou criador, aquele empregado pelo sujeito para tornar desprazer em prazer, num processo de ressignificação do seu sofrimento, evitando, dessa forma, o seu adoecimento (Heloani & Capitão, 2003).

A diversificação rural, portanto, pode ser uma oportunidade para estes agricultores serem reconhecidos por seu trabalho e recuperarem a satisfação campesina de trabalhar na agricultura. Este resgate da identidade profissional deveria ser o primeiro foco de discussão sobre a importância da transição do cultivo do tabaco. No entanto, o que está em voga entre os trabalhadores é a discussão sobre a rentabilidade de outras modalidades de plantio, sendo este o fator mais preocupante.

Considerações Finais

Este estudo apontou que, embora os fumicultores não estejam unidos a fim de construir estratégias coletivas para romper o ciclo de precarização no trabalho em que se encontram, reconhecem a importância desta vinculação para executar ações que os beneficiem. Os participantes deste estudo apontam que o Estado tem a obrigação de impedir a exploração perpetrada pelas fumageiras, garantindo seus direitos constitucionais, principalmente no que se refere a sua saúde.

Sugere-se que os profissionais de saúde mental passem a integrar os espaços de discussão sobre a diversificação rural proposta em cada região. A participação dos agricultores também deve ser garantida, pois sem esta, não é possível romper com as resistências diante do novo, daquilo que lhes parece ameaçador.

Referências

- Almeida, G. E. E (2005). *Fumo: servidão moderna e violação de direitos humanos*. Curitiba: Terra de Direitos.
- Alves, G. (2011). Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem que trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI. In: Alves, G.; Vizzacaro-Amaral, A. L. & Mota, D. P. *Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI*. São Paulo: LTr.
- Arcury, T. A & Quandt, S. A (2006). Health and social impacts of tobacco production. *Journal of Agromedicine*, 11 (3-4), 71-81.
- Bardin, L. (1994). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições Setenta.
- Bouyer, G. C., (2010). Contribuição da Psicodinâmica do Trabalho para o debate: "o mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador". *Revista brasileira de saúde ocupacional* [online], 35 (122), 249-259.
- Brasil (2011). *Brasão da República*. Recuperado em 18 de fevereiro de 2013, de <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/simbolos-nacionais/brasao>
- Carvalho, M. C. (2004). *Agricultor troca fumo por horta ecológica*. Folha de São Paulo. Recuperado em 9 de agosto de 2004, de <http://www1.folha.uol.com.Br/fsp/cotidian/ff0908200401.htm>
- Conselho Federal de Psicologia [CFP] (2000). *Resolução para pesquisa com seres humanos*. Resolução 016/2000. Brasília: CFP.
- Conselho Nacional de Saúde [CNS] (1996). *Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Brasília: Ministério da Saúde. Resolução 196/1996. Brasília: CNS.
- Decreto nº 5.658, de 2 de janeiro de 2006 (2006)*. Promulga a Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, adotada pelos países membros da Organização Mundial de Saúde em 21 de maio de 2003 e assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003.
- Dejours, C. & Abdoucheli, E. (1993). Desejo ou motivação? A interrogação psicanalítica do trabalho. In: Dejours, C., Abdoucheli, E & Jayet, C. (Orgs.). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. (Tradução de Maria Irene Stocco Betiol). São Paulo: Atlas.
- Dejours, C. (1992). *A Loucura do Trabalho – Estudo de Psicopatologia do Trabalho*. São Paulo: Cortez.

- Dejours, C. (2004). In: Lancman, S. & Sznelwar, L. I. (Orgs.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2007). Psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade. In A. M. Mendes, S. Lima & E. P. Facas (Orgs.), *Diálogos em psicodinâmica do trabalho* (pp.13-26). Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. Abdoucheli, E & Jayet, C. (1993). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. (Tradução de Maria Irene Stocco Betiol). São Paulo: Atlas.
- Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais [DESER] (2005). A Cadeia Produtiva do Fumo *Revista do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais*, 5:1-68.
- Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais [DESER] (2012a). *De olho no mundo do tabaco: pela valorização do trabalho da saúde e da vida. A produção de Tabaco, a Pobreza e o Desenvolvimento*. Recuperado em 14 fevereiro 2013 de <http://www.deser.org.br/documentos/imagem/APDTAPEOD.pdf>.
- Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais [DESER] (2012b). *De olho no mundo do tabaco: pela valorização do trabalho da saúde e da vida. O crédito rural na produção de fumo no Brasil*. Recuperado em 14 fevereiro 2013 de <http://www.deser.org.br/documentos/imagem/OCRNPf.pdf>
- Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais [DESER] (2013). *De olho no mundo do tabaco: pela valorização do trabalho da saúde e da vida. Fumo e mercado mundial: manipulação por parte da fumageiras*. Recuperado em 14 fevereiro 2013 de <http://www.deser.org.br/documentos/imagem/FEEMMPPf.pdf>
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul [EMATER/RS] (2013). *Semeando Ideias para Colher Alimentos*. Recuperado em 9 de agosto de 2012, de <http://www.emater.tche.br/site/sobre/>
- Etges, V. (2002). O impacto da cultura do tabaco no ecossistema e na saúde humana. *Revista Textual*, 1(1), 14-21.
- Fehlberg, M. F., Santos, I. S. & Tomasi, E. (2001). Acidentes de trabalho na zona rural de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil: um estudo transversal de base populacional. *Cadernos de Saúde Pública*, 17(6): 1375-1381.

- Ferreira, M. A. F. (2006). Os produtores de fumo da Bacia do Rio Pardinho: o cotidiano subalterno e a difícil mudança. In *A produção de tabaco: Impactos no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul/RS*. Santa Cruz: EDUNISC.
- Fialho, R. R. (2003). *Os sentidos produzidos pelos agricultores e agricultoras familiares da cultura de fumo em relação ao trabalho*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul.
- Food and Agriculture Organization [FAO] (2003). Issues in the global tobacco economy: selected case studies. Commodities and Trade Division, Raw Materials, Tropical and Horticultural Products Service. *Commodity Studies*, 2.
- Frey, M. R & Wittman, M, L. (2006). Gestão ambiental e desenvolvimento regional: uma análise da indústria fumageira. *Eure*, XXXII (96), 99-115.
- Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul [FEE/RS] (2003). Estatísticas FEE. Recuperado em 12 de fevereiro de 2012, de <<http://www.fee.rs.gov.br>
- Heemann, F. (2009). *O cultivo do fumo e condições de saúde e segurança dos trabalhadores rurais*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Heloani, J. R. & Capitão, C. G. (2003). Saúde mental e psicologia do trabalho. *São Paulo Perspectiva*. 17 (2), 102-108.
- Hillesheim, B. (2001). *O trabalho e infância na vida de meninos e meninas trabalhadores (as) em lavouras de fumo*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2005). *Em 2005, valor da produção agrícola foi R\$13,6 bilhões menor*. Recuperado em 14 fevereiro 2013, de <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=74>
- 0 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2010). *Informações estatísticas do município de Dom Feliciano*. Recuperado em 2 outubro 2011, de <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?codmun=430650&idtema=1&search=rio-grande-do-sul|dom-feliciano|2010-population-census:-synopsis->
- Instituto Nacional de Câncer [INCA] (2004). *A ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil: mitos e verdades*. Rio de Janeiro: INCA. Recuperado em 14 fevereiro 2013 de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/mitos_verdades.pdf
- Instituto Nacional de Câncer [INCA] (2010). *Brasil defende proibição de aditivos no cigarro em reunião internacional. Observatório da Política Nacional de controle do tabaco*. Recuperado em 2 outubro 2011, de

- http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencianoticias/site/home/noticias/2010/brasil_defende_proibicao_aditivos_cigarro_reuniao_internacional
- Lancman, S. & Ghirardi, M. I. G. (2002). Pensando novas práticas em Terapia Ocupacional, Saúde e Trabalho. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, 13, (2), 44-85.
- Lancman, S. & Uchida, S. (2003). Trabalho e subjetividade. *Caderno de Psicologia Social e do Trabalho*. São Paulo. (6), 77-88.
- Martins, S. R. (2009). Clínica do Trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Merlo, A. R. C. & Mendes, A. M. B. (2007). Perspectivas do uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação. *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*, 12 (2), 141-156.
- Merlo, A. R. C. (2003). Psicodinâmica do trabalho. In M. G. Jacques & W. Codo (Orgs.), *Saúde mental e trabalho: leituras* (pp. 130-142). Petrópolis: Vozes.
- Merlo, A. R. C.; Vaz, M. A.; Spode, C. B.; Elbern, J. L. G.; Karkow, A. R. M. & Vieira, P. R. B. (2003). O trabalho entre prazer, sofrimento e adoecimento: a realidade dos portadores de lesões por esforços repetitivos. *Psicologia & Sociedade*, 15 (1), 117-136.
- Merton, R. K., Fiske, M. & Kendall, P. L. (1990). *The focused interview: A manual of problems and procedures*. London: Collier MacMillan.
- Merton, R. K., Fiske, M. & Kendall, P. L. (1990). *The focused interview: A manual of problems and procedures*. London: Collier MacMillan.
- Movimento dos Pequenos Agricultores [MPA] (2013). *MPA: uma alternativa de organização do campesinato brasileiro*. Recuperado em 18 de fevereiro de 2012, de <http://www.mpabrasil.org.br/mpa-uma-alternativa-de-organizacao-do-campesinato-brasileiro#regiao-menu-principal>
- Oliveira, P. P. V, Sihler, C. B., Moura, L., Malta, D. C., Torres, M. C. A.; Lima, S. M. C. P.; Lima, A. L. A., Leite, C. E.; Costa-e-Silv, V. L.; Sobel, J. & Lanzieri, T. M. (2010). First reported outbreak of green tobacco sickness in Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*, 26 (12), 2263-2269.
- OPAS/OMS, (1996). *Manual de Vigilância da Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos*. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância Sanitária. Brasília: Organização Panamericana da Saúde.
- Pope, C. & Mays, N. (2005). *Pesquisa qualitativa na atenção à saúde*. Porto Alegre: Artmed.

- Rey, F. L. G. (2002). *Investigación cualitativa en psicología: rumbos y desafíos*. Thompson: México.
- Riquinho, D. L. & Hennington, E. A. (2012). Health, environment and working conditions in tobacco cultivation: a review of the literature. *Ciência & saúde coletiva*, 17 (6), 1587-1600.
- Schindwein, V. L. D. C. (2010). Dor e sofrimento oculto: a desproteção social dos trabalhadores do fumo. *Barbarói*, 32 (1), 82-97.
- Silva, A. R. (2007). *O significado do trabalho na terra do fumo: perspectivas dos agricultores frente ao sistema integrado de produção industrial em Santa Cruz do Sul/RS*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul.
- Silva, S. S. & Ferreira, P. A. (2006). A fumicultura no Brasil: um estudo exploratório sobre os impactos da Convenção-Quadro para o controle do tabaco e o posicionamento do Governo Federal [Resumo]. In XXVI Encontro Nacional de Engenharia de Produção ENEGEP. Fortaleza (ABEPRO).
- Silveira, R. L. L. & Dornelles, M. (2010). Notas introdutórias para uma geografia do tabaco: mercado mundial de tabaco, concentração de capital e organização espacial. *Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, 14 (338), 1-27.
- Souza Cruz S/A (2002). *Contrato de compra e venda de fumo em folha*. Rio de Janeiro: Souza Cruz.
- Souza, C. (2009). Federalismo e descentralização na Constituição de 1988: processo decisório, conflitos e alianças. *Rio de Janeiro*, 44(3), 2001-28. Recuperado em 13 novembro de 2012, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582001000300003&lng=pt&nrm=iso
- Trad, L. A. B. (2009). Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 19 (3), 777-796.
- Troian, A. & Eichler, M. L. (2009). “Somente os mais fracos ficam doentes”: a utilização de agrotóxicos por agricultores de tabaco da Comunidade Cândido Brum, em Arvorezinha (RS). *Gestão e Desenvolvimento Regional*, 5(3), 116-139.
- Troian, A., Oliveira, S. V., Dalcin, D. & Eichler, M. L. (2009). O uso de agrotóxicos na produção de fumo: algumas percepções de agricultores da comunidade Cândido Brum,

no município de Arvorezinha (RS) [Resumo]. In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural SOBER. Porto Alegre (SOBER).

Vargas, M. A. & Bonato, A. (2007) *Cultivo do tabaco, agricultura familiar e estratégias de diversificação no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Vargas, M. A. & Oliveira, B. F. (2010). Agricultura familiar e estratégias de diversificação: análise comparativa da viabilidade econômica de culturas alternativas ao fumo na Região do Vale do Rio Pardo RS, Brasil. In: XLVIII Congresso da SOBER, 2010, Campo Grande. XLVIII Congresso da SOBER.

Vargas, M. A. & Oliveira, B. F. (2012). Estratégias de Diversificação em Áreas de Cultivo de Tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 50 (1), 175-192.

Wünsch, D. S. & Mendes, J. M. R. (2011). Saúde do trabalhador e proteção social: as repercussões da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. *Estudos do Trabalho*, 5 (9), 163-175.

Zotti, C. F. (2010). *Meios de vida alternativos a cultura do tabaco nos municípios de Capanema e Planalto*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Dissertação de Mestrado.

SEÇÃO 2

ARTIGO EMPÍRICO

2. Não adocece só quem fuma, mas também quem planta

2.1 Introdução

Trabalhar pressupõe a mobilização do corpo e da inteligência do indivíduo para a produção de bens e ou de serviços que detenham valor de uso (Dejours, 2011). Este estudo propôs-se a compreender de que forma as vivências de prazer e sofrimento vem sendo experimentadas por uma classe de trabalhadores que é alvo de críticas na contemporaneidade: os fumicultores, por cultivarem um produto que tem valor de uso, mas que é mundialmente definido como prejudicial à saúde da população e ao meio ambiente (Vargas & Oliveira, 2012; Etges, 2002).

Apesar de a agricultura familiar ser uma atividade importante para o desenvolvimento do país, pouco se procura saber sobre a vida e a prática dos agricultores que desenvolvem o plantio, geralmente em sua propriedade (Monteiro, 2004). No Brasil, cerca de 90% das 190 mil famílias dos trabalhadores rurais que plantam fumo no RS são, em sua maioria, pequenos produtores e têm nesta atividade sua principal fonte de renda familiar (Oliveira et al., 2010; Silva & Ferreira, 2006).

A fumicultura é uma modalidade de cultivo basicamente artesanal, em que o local de trabalho é a própria morada e os colegas de serviço, os familiares (Hilleshein, 2001). Segundo Heemann (2009), para compreender a realidade dos fumicultores, faz-se necessário abandonar os estereótipos tradicionais dos trabalhadores rurais, frequentemente considerados profissionais que realizam atividades rudimentares e que pertencem a um grupo marginalizado e empobrecido da população: expostos aos perigos dos agrotóxicos. A autora sugere que o pesquisador procure conhecer as particularidades das condições de trabalho dos agricultores, possibilitando um entendimento mais amplo acerca da sua realidade.

No que se refere ao ciclo produtivo do tabaco, este compreende atividades o ano todo, apesar de ser considerada uma cultura de verão. As mudas são preparadas no início da primavera, a colheita ocorre no verão e, logo após, é realizada a secagem das folhas. Terminada a classificação destas, inicia-se o preparado da terra e a coleta de lenha para a safra seguinte (Troian, Oliveira, Darcin & Eichler, 2009). Trata-se de um trabalho que demanda extrema dedicação e que costuma concorrer com outras atividades realizadas pelos agricultores em suas propriedades, como a criação de animais e a plantação de alimentos para o consumo da família. Em geral, os excedentes

dos demais cultivos são vendidos. Há uma pequena parcela de produtores que desenvolvem estas atividades como fontes complementares de renda (Fialho, 2003).

O trabalho infantil, característico na produção do tabaco, é algo naturalizado culturalmente e também uma questão transgeracional: os pais permitem que os filhos trabalhem porque foram ensinados e incentivados a trabalhar desde a infância. As famílias necessitam da “ajuda” das crianças durante a colheita, colocando a saúde destas em risco, comprometendo o seu desenvolvimento e o seu futuro (INCA, 2004). A falta de garantia com a rentabilidade e o ritmo de trabalho impedem as famílias de dispensarem a mão de obra infantil, sendo, na maior parte dos casos, financeiramente inviável a contratação de profissionais fumicultores para auxiliar no ciclo produtivo (DESER, 2005; INCA, 2004).

Atualmente, um dos problemas mais críticos, envolvendo a organização do trabalho na fumicultura é a baixa rentabilidade que a atividade oferece aos produtores de tabaco. Segundo Almeida (2005), o retorno econômico auferido pelos agricultores seria bem maior caso as empresas fumageiras não se prevalecem do seu poder de oligopólio para dominarem o mercado de compra e venda do tabaco (Arcury & Quandt, 2006). A fumageira só garante aos agricultores a compra do fumo por eles produzido, mediante a assinatura de um contrato, sendo que este em nada lhes favorece. Configura-se, assim, o início do quadro de exploração pactuado entre o produtor e a companhia de tabaco (Almeida, 2005).

Para garantir que os fumicultores sigam produzindo e aceitem sua condição de dominados, a empresa desenvolve e executa estratégias para alcançar estes objetivos. Neste sentido destaca-se o papel desempenhado pelos orientadores ou instrutores, funcionários contratados pelas empresas para prestar assistência técnica aos produtores. No entanto, estes profissionais pouco oferecem auxílio aos agricultores e, quando comunicam-se com eles, têm um único objetivo: usar seu potencial de persuasão para fazer os produtores agirem, direta ou indiretamente, em benefício da empresa (Troian & Eichler, 2009; Almeida, 2005).

Além do sofrimento acarretado pela exploração, este também é desencadeado em decorrência da precarização das condições do trabalho, pois o trabalho na fumicultura expõe os profissionais a diversos riscos a sua saúde. Destacam-se na literatura investigações apontando os malefícios da exposição aos agrotóxicos à saúde dos produtores rurais (Troian & Eichler, 2009; Troian, Oliveira, Darcin & Eichler,

2009; Schmitt, Schmitt, Kouimintzis e Kirch, 2007; Júnior, Botelho, Fiol & Oshima-Franco, 2004; Peres & Moreira, 2003).

Os agrotóxicos, também denominados ‘praguicida’, ‘defensivos agrícolas’, ‘pesticidas’, ‘biocidas’, ‘fitossanitários’, ‘veneno’ ou ‘remédio’ são substâncias químicas, cujo objetivo é impedir que seres vivos danosos afetem o ecossistema, a flora e a fauna, havendo ou não produção agrícola ou pecuária (Troian, Oliveira, Darcin & Eichler, 2009; Decreto nº 4.074, 2002). Conforme Pires et al. (2005), o Brasil é o oitavo maior consumidor de agrotóxicos por hectare do mundo e cerca de dois terços dos brasileiros estão expostos, em diferentes níveis, aos efeitos deletérios dos praguicidas. O contato indireto também contribui para a exposição, como o consumo de alimentos (Peres, 2003).

Estimativas apontam que há três milhões de intoxicações agudas por agrotóxicos a cada ano em nível mundial, sendo que aproximadamente 70% destas ocorrem em países classificados como de terceiro mundo, havendo, em média, 220 mil mortes por ano (OPAS/OMS, 1996). Existem ainda casos de ingestão voluntária do veneno (Troian, Oliveira, Darcin & Eichler, 2009). Os agrotóxicos são excessivamente empregados na fumicultura, causando importantes agravos à saúde destes agricultores, principalmente durante o plantio de mudas e período de colheita (Heemann, 2009; Troian, Oliveira, Darcin & Eichler, 2009; Silva, 2007; Arcury & Quandt, 2006; Almeida, 2005; INCA, 2004; Peres, 2003; Fialho, 2003).

Um estudo desenvolvido no Estado do Mato Grosso do Sul (MS), com o objetivo de investigar a relação dos agrotóxicos com o suicídio, apontou que, para cada caso de intoxicação por agrotóxico notificado, há cinquenta outros casos não comunicados e que, de 1992 a 2002, foram notificados 1355 casos motivados por intoxicação voluntária no MS (Pires, Caldas & Recena; 2005). Ademais, as intoxicações agudas por agrotóxicos estão fortemente associadas à depressão e à ansiedade. Conforme os achados de uma pesquisa desenvolvida com 1479 trabalhadores rurais residentes na Serra Gaúcha, a prevalência dos transtornos psiquiátricos menores foi de 36% (Faria, Facchini, Fassa & Tomasi, 2001).

Os agravos à saúde mental também foram investigados em uma pesquisa desenvolvida por Júnior, Botelho, Fiol e Oshima-Franco (2004), que buscou conhecer a relação entre as Síndromes Neurológicas Induzidas por praguicidas organofosforados (OFs) e o suicídio. O estudo consistiu em uma revisão de literatura e foi motivado devido ao número elevado de suicídios na região sul e nordeste do Brasil, regiões em

que os fumicultores utilizam frequentemente os OFs. A investigação apontou que os OFs causam diversas síndromes neurológicas e que a intoxicação aguda ou a exposição crônica a baixas concentrações destes defensivos agrícolas causam sintomas diversos: ansiedade e irritabilidade; concentração diminuída; déficit de memória; depressão, distúrbios linguísticos; lentidão no processamento da informação e da velocidade psicomotora; vigilância prejudicada. Outro estudo apontou que a exposição prolongada a estes químicos pode favorecer o alcoolismo (Fialho, 2003).

Frente às evidências dos malefícios causados pelos defensivos agrícolas, alguns agricultores posicionam-se a favor e outros contra em relação ao emprego do veneno no ciclo produtivo. Os relatos de agricultores, participantes em uma pesquisa que teve o objetivo de conhecer a percepção dos produtores sobre o uso de agrotóxicos identificou que estes consideram o uso de pesticidas o principal problema do trabalho rural (Peres et al., 2004). Os trabalhadores mencionaram que os praguicidas interferem de modo negativo na produção, causando o seu declínio, pois acarretam o surgimento de novas pragas e o enfraquecimento do solo. Alguns destes fumicultores informaram ter cuidados com sua saúde ao não utilizarem agrotóxicos na produção de alimentos para consumo próprio, sendo esta uma estratégia para evitar mais uma fonte de contaminação (Troian, Oliveira, Darcin & Eichler, 2009).

Em contrapartida, outro estudo, desenvolvido em duas localidades gaúchas, cujo objetivo foi conhecer a percepção dos agricultores em relação à utilização de veneno, apontou que a maioria destes confluía na ideia de que os agrotóxicos são indispensáveis à plantação e que, na contemporaneidade, oferecem menos risco à saúde dos produtores do que há alguns anos atrás (Troian, Oliveira, Darcin & Eichler, 2009; Menasche, 2004). O benefício dos praguicidas também foi descrito por alguns fumicultores participantes da pesquisa referida em Troian, Oliveira, Darcin & Eichler (2009), ao mencionarem que os defensivos agrícolas aumentam a produção e reduzem a mão de obra.

Estudos apontam que os fumicultores costumam administrar agrotóxicos, sem tomar as devidas precauções para prevenir a contaminação, o que pode desencadear o seu adoecimento (Schmitt, Schmitt, Kouimintzis & Kirch, 2007; Etges, 2002). No que se refere aos fumicultores, muitos duvidam da eficácia dos EPIs que obrigatoriamente compram da firma mediante a contratação do “pacote tecnológico”, pois consideram que os equipamentos entregues pelas fumageiras são de má qualidade. Ademais os produtores referem que estes não são ajustados as suas necessidades e desconfortáveis,

pois lhes causam a sensação de sufocamento quando utilizados em dias de sol e calor, condições climáticas frequentes no período de colheita do fumo (Heemann, 2009; Troian, Oliveira, Darcin & Eichler, 2009; Silva, 2007; Almeida, 2005, Fialho 2003).

Quanto à adoção de medidas protetivas para impedir a intoxicação os fumicultores participantes da pesquisa descrita por Troian, Oliveira, Darcin e Eichler, (2009), divergiram ao discutir sobre a leitura dos rótulos dos praguicidas: alguns referiram realizá-la sempre que preciso e outros afirmaram que não a concretizam por considerarem algo desnecessário. Dentre estes fumicultores, uma produtora que verbalizou não ser relevante receber ou buscar instruções sobre o uso de agrotóxicos e um produtor que comunicou trabalhar há trinta anos com estes agroquímicos, explicaram já ter conhecimento suficiente sobre o ciclo produtivo do fumo e a respeito dos efeitos adversos dos venenos e que, por estas razões, a leitura dos rótulos lhes é dispensável.

Apesar de muitos estudos apontarem que a maioria dos trabalhadores rurais avalia ter amplo conhecimento acerca de como ocorre à intoxicação e as suas causas, estas pesquisas também revelaram os desconhecimentos e descuido destes profissionais neste sentido. Na pesquisa desenvolvida por Peres et al. (2004), as mulheres agricultoras participantes comunicaram não aplicar agrotóxicos, afirmaram realizar apenas “serviços leves”, ou seja, menos perigosos e insalubres, ficando os demais a cargo dos homens. Entretanto, ao descreverem atividades em que auxiliam os maridos, como puxar as mangueiras dos pulverizadores mecânicos ou abastecer os pulverizadores manuais, “costais”, não percebem estar colocando sua saúde em risco.

Trata-se de um fator agravante os fumicultores evitarem, por considerarem um incômodo, discutir sobre os malefícios dos praguicidas em família e/ou entre os amigos (Troian & Eichler, 2009). Esta conduta significa uma das estratégias de defesa empregadas pelos trabalhadores para se alienarem e negarem uma realidade de precarização do trabalho que acreditam não poder reverter, obrigando-os a se adaptem e a se acostumem a esta (Troian, Oliveira, Darcin & Eichler, 2009). Esta prática de alienação está atrelada à dependência econômica do fumicultor, que precisa aplicar agrotóxicos em diferentes momentos do cultivo do tabaco, seguindo as determinações da empresa fumageira (Troian, Oliveira, Darcin & Eichler, 2009; Etges, 2002).

Além dos prejuízos à saúde em decorrência do uso de agrotóxicos os fumicultores podem desenvolver a Doença da Folha Verde do Tabaco (DFVT), devido ao contato com a seiva da nicotina presente na folha do fumo verde, principalmente

quando estas encontram-se úmidas, favorecendo a contaminação e a absorção da nicotina. Os principais sintomas e sinais observados em relação a esta enfermidade foram: vômitos, tontura, cefaléia, fraqueza e náusea. (Oliveira, 2010; Troian, Oliveira, Darcin & Eichler, 2009; Bartholomay et al., 2009; Arcury & Quandt, 2006; Almeida, 2005; INCA 2004). Uma pesquisa realizada por Oliveira et al. (2010), comunicou o primeiro relato de surto da DFVT no Brasil, onde esta ainda não tinha sido oficialmente diagnosticada. O referido estudo consistiu em exames laboratoriais de sangue, saliva e urina, que foram capazes de identificar que o nível de nicotina no metabolismo dos participantes estava elevado indicando a referida patologia. A maioria das pesquisas relacionadas a esta doença têm como foco o envenenamento por nicotina, em caráter epidemiológico (Riquinho & Hennington, 2012; Arcury & Quandt, 2006, INCA 2004).

Outros agravos à saúde também são comuns na fumicultura: como físicos e biológicos. Para Heemann (2009), o risco físico causado pelo calor, vento, frio, chuva, radiação solar, aos quais os fumicultores estão expostos, pode acarretar câncer de pele, câimbras, fadiga, insolação, resfriados, afecção das vias aéreas superiores e câncer de pele. As condições ergonômicas em que o trabalho é realizado por estes agricultores, como o movimento de baixar e levantar seguidamente para colher o fumo, favorecem o desenvolvimento de enfermidades em decorrência do esforço repetitivo (Heemann, 2009; Fialho, 2003). Problemas respiratórios também são comuns entre estes trabalhadores, devido ao contato a elevados níveis de pó de tabaco durante algumas etapas do ciclo produtivo, como a de preparação dos fardos para a venda (Arcury & Quandt, 2006).

A exposição aos riscos à saúde, gerando cansaço, dores, fadiga, irritabilidade não é o único fator de sofrimento físico e psíquico do produtor. O acúmulo de dívidas também é desencadeador do sofrimento. Este costuma ser decorrente da impossibilidade do agricultor em pagar ao credor, geralmente à empresa, pelos insumos e materiais necessários e obrigatórios para sua produção (Silva, 2007; Almeida, 2005). Devido ao endividamento, o produtor também sofre com as críticas dos familiares, amigos, vizinhos e da comunidade. Passa a ser avaliada sua capacidade em cumprir com seus deveres, podendo ser considerado preguiçoso e sem credibilidade. Inclusive sua honra passa a ser questionada, sendo o endividamento, um “balizador das relações sociais” (Silva, 2007, p.116).

As preocupações com as dívidas acarretam nos produtores sintomas de ansiedade e depressão mais elevados, em comparação com aqueles detentores de

trabalho fixo (Lima, Rossini & Reimão, 2010). O estudo desenvolvido por Heemann (2009), que contou com a participação de 104 fumicultores residentes na área rural do município de Santa Cruz do Sul/RS, apontou que os sentimentos de tristeza referidos pelos trabalhadores estavam relacionados à preocupação com a safra e com o trabalho, concluindo que quando o corpo sofre, devido à exaustão ocasionada pelas atividades desenvolvidas, a saúde mental também é afetada. Segundo a autora problemas em família e preocupações excessivas com trabalho e com questões financeiras podem causar depressão e suicídio. Portanto, em decorrência do endividamento, os agricultores intensificam o uso de agrotóxicos para garantir maior volume e qualidade ao tabaco produzido. Neste contexto, a sobrevivência e o pagamento das dívidas torna-se mais importante do que os cuidados do trabalhador com sua saúde e segurança (Troin & Eichler, 2009; Silva, 2007).

A intensificação do trabalho, que ocorre em determinados períodos do ciclo produtivo, como durante a colheita e em decorrência da exploração a qual os fumicultores são vítimas, acarretam o seu sofrimento psíquico, descrito primeiramente no corpo (dores nas costas, diarreia, dores nas pernas, dificuldades para dormir, tonturas, dores de estômago, vômitos, dores de cabeça, fraqueza) e que, em seguida, ganha um sentido atrelado às exigências com o trabalho, causando-lhes nervosismo e irritabilidade. Neste sentido, o sofrimento favorece as desavenças familiares (Fialho, 2003).

O Excesso de atividades inviabiliza o repouso do fumicultor. São poucos os períodos em que o fumicultor dispõe de tempo livre, sendo estes descritos pelos agricultores com sendo momentos de alívio em que podem fazer visitas, ir à igreja, ir à cidade a passeio. No, dia a dia, os fumicultores costumam apenas assistir televisão e ler o jornal depois de concluído o trabalho (Fialho, 2003). Buscou-se na literatura, considerações acerca das vivências de prazer no trabalho da fumiicultura e poucos foram estudos encontrados. Os produtores de tabaco descrevem sentir mais desprazer do que prazer em seu exercício profissional (Fialho, 2003).

Algumas pesquisas desenvolvidas com a participação de fumicultores comunicaram que, para estes profissionais, o prazer no trabalho está relacionado à ideia de autonomia (Schlindwein, 2010; Silva, 2007; Peres, 2004). No entanto, em dois destes estudos foi possível identificar um contraponto, pois apesar da fumiicultura ser um trabalho livre, no que se refere a ausência de patrão e possibilitar o contato com a natureza e dedicação à terra, o que é extremamente prazeroso, estes trabalhadores têm

sua liberdade cerceada, pois se ficam obrigados a intensificar o trabalho em decorrência das exigências e determinações das empresas fumageiras (Schlindwein, 2010; Silva, 2007).

Tendo em vista que o objetivo deste estudo é conhecer a ótica dos fumicultores em relação as vivência de prazer e sofrimento experimentados no trabalho, é importante compreender o contexto cultural em que os seus participantes estão inseridos, pois este interfere na percepção que têm acerca de suas experiências laborativas. Os produtores de tabaco envolvidos neste estudo residem no município de Dom Feliciano/RS, cidade referencia nacional no cultivo do fumo e são, em sua maioria, descendentes de poloneses.

Sua história está atrelada à colonização alemã no Brasil, que iniciou-se no século XIX. Esta caracteriza-se pela valorização da união familiar, pelos cuidados e dedicação à propriedade rural e pelo apreço ao trabalho, relacionado a uma trajetória de luta e conquistas trilhadas pelos imigrantes oriundos de contextos originalmente adversos e que buscavam melhores condições de vida na nova terra (Silva, 2007). A vinda destes imigrantes ao Brasil foi motivada, após a abolição da escravatura, quando o governo imperial tinha como objetivo povoar as regiões isoladas de relevo acidentado do Rio Grande do Sul, formando colônias e substituindo o trabalho escravo pelo assalariado, possibilitando o pleno desenvolvimento do modo capitalista (Barros & Lando, 1996). A ocupação também interessava a Europa, pois sua indústria não conseguia absorver toda a mão de obra disponível. Beneficiava-se também o povo polonês, por duas principais razões: em decorrência do desemprego num primeiro momento e devido à perseguição da qual foi alvo na segunda guerra mundial (Pesavento, 1985).

Estes imigrantes chegaram ao Brasil, esperançosos por um futuro mais promissor e por mais facilidades. No entanto, depararam-se com florestas e matas nativas. Abriram estradas com os limitados instrumentos agrícolas que dispunham para possibilitar o acesso às terras que viriam a ocupar (Stawinski, 1976; Gardolinski, 1958). Nas escolas da colônia, aprendia-se o idioma alemão, como uma medida de manter a vinculação à cultura de origem (Barros & Lando, 1996). Esta resistência em permanecer com sua cultura de origem, somada a honradez dos trabalhadores que imprimiram sua dignidade para construir um futuro próspero, define, na atualidade, o povo polonês do município de Dom Feliciano, antes denominado Colônia de São Feliciano (Barros & Lando, 1996).

Para Silva (2007), na atualidade, a perspectiva dos trabalhadores rurais quanto ao seu exercício laboral, está relacionada a sua história de vida, a sua luta pela aquisição

da terra e cuidados com esta. Segundo o autor, o trabalho sofrido, marcado pelas “mãos calejadas” e pelo corpo “judiado”, devido ao emprego da força física para limpar lavouras, destrinchar estradas, derrubar árvores e outras atividades próprias do campo, contribui para a constituição da identidade destes profissionais, assim como no seu engajamento no exercício diário de trabalho.

Embora os colonos, assim como no período da imigração, despendam grande parte de seu tempo dedicando-se ao trabalho, o sentido que o agricultor atribui a este mudou substancialmente. Antes o trabalhador rural trabalhava para manter a família e investia na produção de alimentos em sua propriedade. O cultivo do tabaco era realizado em pequena quantidade, apenas para a obtenção de algum lucro, visava-se prioritariamente a manutenção e a sobrevivência da família (Silva 2007; Fialho, 2003). Hoje, no caso dos fumicultores, planta-se o fumo praticamente de modo exclusivo, almeja-se o rendimento com a safra deste para garantir a aquisição de bens, assim como mais conforto e segurança à família (Silva, 2007).

Esta lógica de produção está ajustada ao sistema capitalista, mas não vem trazendo os resultados e os benefícios esperados pelos fumicultores. No cenário atual as vivências diárias de honra e de luta do agricultor tornam-se invisíveis perante a avaliação do comprador da safra. É no ato da negociação, sem considerar o esforço empregado na labuta, que se define o bom ou mau trabalho. Neste cenário de não reconhecimento do saber-fazer dos agricultores, que favorece o seu sofrimento e adoecimento, buscou-se desvelar, se o prazer no trabalho da fumiicultura é, de fato, pouco experimentado, como indicam os estudos elucidados até o momento. Objetiva-se entender como ocorre o enfrentamento do produtor de tabaco às adversidades em seu cultivo e se este oferece, a si, um espaço de descanso e lazer.

2.2 Método

2.2.1 Delineamento

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma perspectiva qualitativa, a fim contribuir para a compreensão da complexidade do objeto de estudo. Conforme aponta Lancman e Heloani (2004) é adequado empregar a abordagem qualitativa, quando

objetiva-se a compreensão de um fenômeno em sua totalidade, no intuito de desvelar como as pessoas o sentem em relação a este e como o significam. Aos fumicultores que participaram deste estudo também, oportunizou-se um momento de troca, de fala e de escuta, favorecendo não apenas a reflexão destes acerca das vivências relacionadas ao seu exercício laborativo, mas também um espaço de discussão capaz de promover a mobilização do coletivo, um movimento emancipatório e resistente à alienação e à dominação (Martins & Mendes, 2012; Merlo & Mendes, 2007; Lancman & Heloani, 2004).

2.2.2 Participantes

A população da cidade de Dom Feliciano/RS compreende 14.380, sendo que 11.046 munícipes residem na área rural (IBGE, 2010). O cultivo do fumo é responsável por 86,5% do Produto Interno Bruto agrícola do município, que está entre os dez maiores produtores de fumo do país (INCA, 2010).

Participaram deste estudo 15 fumicultores, homens e mulheres, entre 19 e 44 anos, alfabetizados, com ensino fundamental incompleto. Todos residem no interior do município de Dom Feliciano e cultivam o fumo como sua principal fonte de renda. A maioria planta em sua propriedade ou em área arrendada, mas quatro fumicultores, atualmente, estão trabalhando como peões, contratados informalmente. Os participantes começaram a cultivar o fumo, em família, quando crianças, e o que começou mais cedo a plantar fumo tinha 6 anos à época.

2.2.3 Instrumentos

Para a coleta de dados utilizou-se a técnica de grupos focais, tendo sido realizados dois grupos: um com sete e outro com oito fumicultores. Esta investigação não seguiu a proposta clínica da pesquisa ação sugerida pelo método original proposto pela psicodinâmica do trabalho, mas sua condução e análises, inclusive o roteiro de questões norteadoras (Anexo A), foram embasadas nos pressupostos teóricos desta disciplina, incentivando os participantes dos grupos focais a tornarem visíveis o seu

prazer e o seu sofrimento no trabalho, ressignificando, desta forma a sua experiência profissional diária (Merlo & Mendes, 2007).

2.2.4 Procedimentos Éticos e de Pesquisa

Este projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNISINOS. Foram seguidos todos os procedimentos éticos que regulamentam pesquisas com seres humanos, em conformidade com a Resolução 016/2000 do CFP (2000) e com a Resolução 196/96 do CNS (1996). A pesquisadora, no início dos encontros fez a leitura do TCLE (Anexo B), esclarecendo aos participantes os objetivos e procedimentos da pesquisa.

2.2.5 Procedimentos de coleta de dados

Para a realização da coleta de dados, a pesquisadora solicitou ao SINTRAF, que fornecesse uma lista com os nomes e os telefones dos seus associados para convidar alguns destes a participar da pesquisa. Alguns dos fumicultores que manifestaram o interesse em participar desta, indicaram agricultores que também gostariam de contribuir. A sugestão foi atendida e o convite estendido a estes profissionais, nem todos vinculados ao SINTRAF.

Conforme a disponibilidade dos fumicultores agendou-se, entre os meses de março e abril de 2012, a data e a hora dos encontros, ocorridos em espaços reservados e amplos. As despesas com o deslocamento/transporte foram custeadas pela pesquisadora, assim como oferecido um lanche aos agricultores, seguindo as orientações de Trad (2009).

2.2.6 Procedimentos de análise dos dados

Para os procedimentos de análise dos dados foram seguidas as orientações de Bardin (1994), sendo os encontros dos grupos focais transcritos na íntegra. Para conferir fidedignidade às informações apresentadas, as verbalizações dos participantes não

sofreram correções gramaticais e ortográficas. Optou-se pelo modelo misto de categorias *a priori* e *a posteriori* para a análise interpretativa, esta baseada na disciplina de Psicodinâmica do Trabalho.

2.3 Resultados e discussão

Os resultados, a seguir apresentados, foram organizados a fim de facilitar a compreensão dos dados obtidos: identificou-se com as letras A e B os diferentes grupos focais, com o objetivo de apontar os conteúdos discutidos em cada um. Aos fumicultores participantes foram atribuídos nomes fantasia: Sonia, Maria, Leonardo, Daniel, Luis, João e Paulo (grupo A); Rafael, Gustavo, Solange, Fátima, Patrícia, Carlos, Pedro e Claudete (grupo B). Os dados elucidados permitiram conhecer a perspectiva dos fumicultores acerca de como a organização do trabalho no cultivo do tabaco pode favorecer o prazer, o sofrimento e o adoecimento destes trabalhadores.

O primeiro assunto debatido nos grupos foi a organização do trabalho no cultivo do tabaco. Os participantes dos grupos A e B explicaram que na fumiicultura as atividades são previamente definidas, sendo que algumas destas são realizadas igualmente por todos os membros do grupo familiar e outras são executadas em duplas. As atividades insalubres, como o trabalho realizado na estufa e a aplicação de agrotóxicos, são desempenhadas pelos adultos, evitando o envolvimento das crianças e, em alguns casos, o das mulheres. Geralmente os homens desenvolvem as atividades pesadas, como carregar lenha.

Estes dados correspondem aos descritos nas pesquisas desenvolvidas por Schlindwein (2010) e Heemann (2009), em que os fumicultores mencionaram a participação de todo o grupo familiar na produção, sendo os papéis de cada membro do grupo familiar bem definidos em cada propriedade rural. Os resultados também se aproximaram daqueles encontrados por Fialho (2003), em que os agricultores verbalizaram que as mulheres realizam os trabalhos leves como capinar, adubar, cuidar da casa, da família e dos animais; os homens desenvolvem os trabalhos pesados e insalubres como lavrar e aplicar veneno e as crianças auxiliam nos tratos com a lavoura e nos afazeres domésticos.

Entretanto, as fumicultores felicianenses não consideram desenvolver trabalhos leves, mas um número maior de atividades. As agricultoras explicaram que o cultivo do

tabaco exige mais das mulheres do que dos homens, pois elas têm de assumir muitas responsabilidades concomitantemente. Além de trabalharem tanto quanto os maridos na lavoura, também são responsáveis pelos cuidados com a casa e com os filhos. *“Tira leite e a gente tem que trabalha né. O marido vamo, vamo mulher? E nós temos que ir junto. Pega na enxada né, plantando né, nós temos que planta e ajuda a capinar tudo lado a lado, né. Chega onze horas a gente vai pra casa faze almoço e aqui a gente começa né, Aí a lida do almoço, leva as crianças no colégio, aí deita um pouquinho né, descansa, a gente somos sofridas né” (SONIA). “É que mulher pega junto, não vamo dizer que a mulher não pega junto, a mulher acorda cedo vai pra lavoura com o marido, (...) Aí o marido vai descarregar fumo, a esposa vai fazer comida ajeitar tudo e quem tem máquina, vai lavar roupa, pendurar a roupa (...) aí almoçam, deixam passar um pouquinho, às vezes nem dá tempo, muita coisa corrida (...) tudo sempre junto, aí depois termina, a esposa vai fazer café, aí toma café e vai pra lavoura colher” (MARIA).*

No que se refere ao trabalho infantil, os produtores do grupo B, que têm filhos menores de dezoito anos, disseram que estes trabalham tanto quanto os adultos. A temática do trabalho infantil emergiu neste grupo após a seguinte pergunta realizada pela pesquisadora: *“Como é que as famílias se organizam para trabalhar no fumo?” (PESQUISADORA)*. Pelo fato de que, após uma pergunta aberta os fumicultores abordaram espontaneamente a temática do trabalho infantil, pode-se afirmar tratar-se de um assunto relevante para os fumicultores e pelo que foi por eles mencionado, também preocupante.

Muitos dos agricultores verbalizaram a importância do estudo na vida dos filhos, ao mesmo tempo em que consideram possível conciliar os estudos com o trabalho na fumicultura. Uma agricultora do grupo A expôs que não deixa os seus filhos trabalharem e que o trabalho infantil é prejudicial por ocupar o tempo da criança e do adolescente, que deve dedicar-se, exclusivamente, aos estudos, garantindo, assim um futuro mais promissor.

Outros trabalhadores apresentaram outro entendimento, de que a atividade na agricultura familiar desde a infância é um mal necessário, pois caso comecem a trabalhar apenas aos dezoito anos há grande risco de não engajarem-se nem nesta, nem em outra atividade, além do perigo da marginalização e do desemprego. Todos os participantes dos grupos A e B manifestaram ter preocupação em relação ao futuro dos filhos. *“Vai sai da roça, consegui um emprego na cidade, de que jeito?” (FÁTIMA).*

Esta fumicultora apresentou uma situação que ilustrou a sua afirmativa: disse que a maioria dos universitários felicianenes que estudam e residem fora da cidade, retornam ao município no período de férias acadêmicas para trabalhar na fumicultura e garantir, dessa forma, a continuidade dos seus estudos nos centros urbanos.

Todos os produtores compartilham a ideia de que a fumicultura é praticamente a única atividade rentável no município de Dom Feliciano, pois, além do fumo, este dispõe de poucas oportunidades de emprego. Ademais, os fumicultores do grupo B mencionaram que as ações coercitivas no sentido de proibir o trabalho infantil são desempenhadas pelo Conselho Tutelar e pelos instrutores vinculados as fumageiras, neste caso, podendo incorrer na penalização dos fumicultores responsáveis.

Segundo Almeida (2005), embora a empresa proíba o trabalho infantil, pouco fiscaliza as famílias neste sentido, pois sua preocupação é estritamente voltada para as questões financeiras. Os fumicultores mencionaram ser contraditório que a empresa proíba o trabalho infantil, ao mesmo em que praticamente obriga o envolvimento de todo o grupo familiar na fumicultura, por não oferecer um pagamento justo ao produtor. Estes relatos conferem com o de outros estudos que apontaram que as campanhas e práticas a favor da erradicação do trabalho infantil desenvolvidas pelas empresas fumageiras são contraditórias, pois ocorrem ao mesmo tempo em que estas remuneram os fumicultores de forma injusta, inviabilizando o comprometimento das famílias em aderir à causa, embora muitos desejem fazê-lo (DESER, 2005; Fialho, 2003).

2.3.1 O sofrimento no trabalho

Em ambos os grupos, a partir do momento em que a pesquisadora pediu para que os fumicultores descrevessem a organização do trabalho, os relatos foram descritos com uma conotação de sofrimento: como a problemática do trabalho infantil e a sobrecarga do trabalho feminino no cultivo do tabaco. Percebeu-se, com isso, a necessidade dos profissionais dos grupos A e B em falar sobre suas vivências de sofrimento relacionadas ao exercício laborativo. As verbalizações referentes ao questionamento. “*O que pode ser considerado ruim ou penoso no trabalho de vocês?*” (PESQUISADORA), foram organizadas em subcategorias, compondo a categoria sofrimento no trabalho.

2.3.1.1 Sofrimento causado pela desvalorização do produto

Assim como todas as modalidades de plantio, espera-se o retorno financeiro justo com a safra, mas nem sempre é possível vender o fumo produzido a um bom preço. Os fumicultores descreveram que o tabaco é vendido para as empresas fumageiras que valem-se de estratégias de dominação de mercado para prejudicar os produtores. Destacam-se, nas falas dos participantes: o acordo contratual de compra e venda das folhas do tabaco firmado entre produtor e empresa, que lhes é bastante oneroso, principalmente pelos benefícios que este os oferece; o incentivo ao aumento da produção, a fim de desvalorizar o fumo; a classificação do tabaco no momento da venda, sendo este rebaixado em sua qualidade para barateá-lo.

Por estas razões, durante o período de venda do fumo os fumicultores referem não conseguir dormir, ficando ansiosos e fatigados, o que pode acarretar o seu adoecimento. *“Isso aí sabe onde a gente desconta? Algumas noites mal dormidas que a gente não consegue dormir direito preocupado com isso aí” (GUSTAVO)*. Conforme apontam Lima, Rossini e Reimão (2010), a preocupação, gerando dificuldades para dormir, é comum entre os profissionais dependentes dos lucros com a safra para garantir sua renda. Os autores descrevem que estes trabalhadores apresentam sintomas de ansiedade e depressão mais elevados, em comparação com aqueles detentores de trabalho fixo.

Por fim, a desvalorização do produto, não é sentida apenas no bolso do produtor. Este sofre, tem crises de ansiedade, excesso de preocupações, além experimentar um sentimento de desvalia no que se refere à falta de reconhecimento do valor do seu trabalho. *“Muito suor derramado por nada” (GUSTAVO)*.

2.3.1.2 Sofrimento relacionado aos fatores naturais

Alguns dos fumicultores participantes do grupo A e B explicaram que a plantação do fumo está exposta aos fatores climáticos, como chuvas de granizo e às pragas do fumo. A ameaça ou a ocorrência de prejuízos causados pelas intempéries são fonte de constante preocupação. *“Se há uma nuvem feia lá, aí tu já tá se agarrando com Deus, pedindo a Deus que não venha” (FÁTIMA)*. Esta participante explicou que o

Seguro AFULBRA, que os produtores são obrigados a contratar com a empresa, nunca cobre o valor do prejuízo causado.

Outra fumicultora mencionou um momento em que vivenciou intenso sofrimento pela perda de toda uma safra de fumo devido a uma chuva de granizo. *“Teve um dia aí (...) eu sai pra Dom Feliciano. Tava tudo bem, assim, o fumo muito bonito, o meu fumo que eu plantei. (...) Aí eu disse: desse fumo eu vou comprar meu quarto novo. Aí sim, tava lá, lindo, maior que eu. Aí vim pra Dom Feliciano, minha menina tava de aniversário, comprei um presentinho, comprei um bolinho pra ela. Aí quando vê o tempo muda, aí vem um temporal de pedra a coisa mais triste do mundo. E nós, terra arrendada, nada era nosso, tudo dívida por pagar, pedido todo por pagar e tudo, o fumo virou em nada, aí chegamos em casa, era telha fora do lugar, o fumo todo no chão. Aquela coisa assim horrorosa, choveu no fumo que tava guardado, aí assim nós não tínhamos nada, pagamos por mês”* (MARIA). Portanto, os fatores climáticos são desencadeadores dos danos ao fumo e de sofrimento que, neste caso, está associado às dívidas e as despesas por estes acarretadas.

2.3.1.3 Sofrimento e adoecimento em decorrência dos agravos à saúde

Os fatores de risco e possíveis agravos ou danos relacionados à saúde do trabalhador rural podem ser classificados em diferentes tipos: físicos, químicos, biológicos, mecânicos, ergonômicos. Independente do fator que gerou agravo ou dano à saúde do trabalhador, todos podem causar o sofrimento ou o adoecimento (Heemann, 2009).

Segundo os fumicultores participantes da pesquisa as condições em que são realizadas as atividades relacionadas ao cultivo do tabaco são prejudiciais à saúde. São comuns as lesões por esforço repetitivo nas mãos e ombros, pois não há máquina para colher fumo, o produtor o colhe com as mãos e vai acomodando-o em seus braços ou o coloca em um carrinho. *“Meu problema é nos nervos das mão, se for pra pega com os dedo eu não pego. Porque aí atingiu aqui a bursite de forcejar”* (CLAUDETE). *“Aí se tu vai ser acompanhado pelos médicos, aí do hospital, dos postos de saúde (...) você vai ver nos boletins das pessoas, a maioria é coluna, tendinite e a bursite, essas coisas aí”* (DANIEL).

Os agravos à coluna são comuns durante o período de colheita, pois o fumicultor fica curvado, parcialmente agachado, por muitas horas, resultando em dores e possível adoecimento futuro. *“Dor nas costas é o que mais tem eu acho, né. Eu acho que problema na coluna, eu acho que não tem um produtor que não tenha” (RAFAEL). “Tu não consegue colher o fumo se não for acocado, tem que se arcar pra colher o fumo e são várias a apanhar (...) dor na coluna de trabalhar sentado. No momento que tu tá de pé caminhando aí tá bom, no momento em que tu tira o dia inteiro sentada, aí” (FÁTIMA).* Um participante descreveu que as dores nas costas são recorrentes. *“Eu, há uns ano atrás dei uma falceada nas costas, então de repente, as veis, passa um ano sem prejudica, mas de repente se dá uma falceadinha as veis não consigo nem caminhar” (LUIS).* O arremesso de toras pesadas de madeira em direção à fornalha, também são prejudiciais à coluna dos agricultores. *“De noite tirar pau de lenha né, eu e meu marido assim né, a gente atirar pau. É pesado, cada pau pesa quanto? 50kg, a gente agarrava com os pulsos e atirava na fornalha, aquilo pesado. Eu mesmo durante o dia eu faço isso né, aquilo prejudica a coluna né. (...) mulher trabalhar igual homem, cansativo” (SONIA).*

Como o trabalho depende exclusivamente do produtor e de sua família, que geralmente não têm condições de arcar com as despesas de um empregado ou de um peão, é comum que a pessoa adoecida não deixe de trabalhar. Estes achados correspondem aos de outras pesquisas. De acordo com Schlindwein (2010) e Fialho (2003), são comuns na fumicultura acidentes no trabalho, sendo que o afastamento de um dos membros do grupo familiar do exercício no cultivo causa a sobrecarga daqueles que seguem desenvolvendo a produção e, por esta razão, aumentam as chances destes também sofrerem acidentes e adoecerem em razão da intensificação do trabalho. Uma medida que poderia resolver o problema seria contratar profissionais para substituir temporariamente o trabalhador debilitado, mas esta é uma prática incomum, por ser extremamente oneroso às famílias (Fialho, 2003).

Nove dos quinze fumicultores participantes desta pesquisa mencionaram já ter se intoxicado em decorrência do contato com agrotóxicos. Um produtor explicou que os envenenamentos são constantes. *“Eu acho que envenenado a gente tá sempre. Eu acho que tu tando nessa, nessa função aí do fumo tu tá envenenado direto” (RAFAEL).* *“Respirando o veneno já faz mal, eu só respirando o cheiro do veneno já fui intoxicada três veis. Ah o cheiro né, porque a gente planta perto da casa (...) e ele (o cheiro) mesmo intoxicou. Esses dia eu fui parar no hospital assim muito mal, (...) trabalhei um*

dia já serviu pra eu intoxicar, eu parei doente (...) deu ânsia de vomito né, como se eu tivesse tomado veneno porque eu fui plantar com a maquina e comecei a ter aquela sabe, vômitos e ânsia e aí fui pra casa, dor, e aí me deu, aí o médico se apavorou (...) Então tu vê como é terrível esses venenos que botam dor assim né” (SONIA).

Os fumicultores referiram que a intoxicação acarreta dores no fígado, dor de cabeça, ânsia de vômito e adormecimento da língua, sendo que os sintomas variam conforme o agrotóxico utilizado. *“E tu tem muita dor de cabeça e ânsia de vomito quando tu usa um determinado agrotóxico. O Pavplus (defensivo agrícola) é o que a gente bota no sol muito quente, dá ansia de vomito, até no trabalhar na lavoura. Embora que tu esteja com EPI e tudo, ele por ser muito forte ele provoca” (FÁTIMA).* *“Ah, problema de fígado mesmo é direto, a pessoa quando ta lá na colheita, principalmente. Tem certo tipo de produto que dá dor de cabeça, tem outro que fica a língua meio dormente” (RAFAEL).*

Interessante destacar que um dos fumicultores, apesar de ter se intoxicado cinco ou seis vezes, considera que o número de intoxicações não é expressivo. *“Umas 5 ou 6 veis só, mas isso em dez quinze anos né. Fui molhado. Junta aqueles venenos, parece que fica um caldo, quando pega na folha, colhendo ele, fica um caldo, e aquilo dá um cheiro forte, aí depois na colheita, na chuva, junta tudo aquilo”(PAULO).* Um fato curioso é que alguns fumicultores que sofreram de intoxicação uma única vez, dizem ter adquirido uma imunidade vitalícia após terem realizado tratamento médico. *“Eu já tive intoxicado e parei e tive dois dia baixado no hospital do Pavplus. Depois daquela vez, depois que eu fui intoxicado. Faz o que? Isso aí faz uns vinte e poucos ano, nunca mais eu sei o que é vomitar na minha vida, que o medicamento ficou, o tratamento foi certinho pra aquele problema, nunca mais” (GUSTAVO).* *“Eu foi um pouquinho eu peguei também, dá muita dor de cabeça, ânsia de vomito. Tirei uma semana, fora do fumo, tomando uns remédio, depois melhorei. Nunca mais me deu mais nada daquilo, então” (CLAUDETE).* Um agricultor afirmou nunca ter sido intoxicado, apesar de aplicar o veneno há anos. *“Eu nunca fui intoxicado, aplico veneno faz anos já, com dez anos eu já botava com 15 litros, aí conforme fui crescendo fui botando com 20 e até hoje. Não me faz mal o cheiro do veneno, até gosto de botar ele. É, tipo, se tem outro serviço, tipo com a capinadeira, com cavalo, eu deixo pra guria e pego no veneno, sempre, sempre, sempre, a escolha de um e outro eu sempre fico com o veneno” (PEDRO).*

Os participantes também debateram que os efeitos da exposição aos agrotóxicos poderiam ser minimizados caso os trabalhadores os aplicassem nos horários recomendados, sem cometer excessos e submeter-se a riscos. Alguns dos profissionais que participaram da discussão, descrita a seguir, consideraram que nem sempre são os agrotóxicos responsáveis pelos agravos à saúde, mas o próprio fumicultor que os administra indevida e excessivamente. “*Se nós usar o horário que é recomendado pra botar o veneno, nós não vamos sofrer tanto com aquele calor. É recomendado botá, começar às sete horas, aí tu bota, dez horas não é mais hora de coloca veneno, nos botemo veneno esse horário, eu sou um exemplo, uma hora da tarde, horário novo, to lá botando com vontade, aí não tem como bota aquele equipamento, o horário de botar é das quatro horas em diante, das sete às dez e das quatro em diante, aí tu não vai senti tanto o calor dentro do corpo. Não vai passa tanto trabalho, não vai sofrer, não vai adoecer, bota dentro desse horário pra ver se não funciona o equipamento, um pouco ele ajuda, vai ajudar, vais esquentar, um pouquinho vai esquentar, mas nem quanto como quando tu vai usar uma hora da tarde, aí me diz: não tem. Não existe como, aí vai onze e meia da manhã botando veneno, onze meia num calorão já, 40 grau nas costa, não tem como (...) mas se usar dentro do horário de usar, na parte da manha, na hora fresquinha, de tardezinha, aí sim, aí é uma coisa que não vai te prejudicar” (LEONARDO). “Mas assim mesmo faz mal” (SONIA). “Eu também fui prejudicado pelo veneno, pelo contato, mas é o seguinte é usando o Roundup, usando um horário que não é pra usar o veneno também” (LEONARDO). “Isso eu concordo com ele” (JOÃO). (...) botando Roundup, uma hora da tarde, quarenta, quarenta e poucos grau no sol, o vapor da terra como veneno, os dois se juntaram, parei no hospital, tomando soro, aqui também intoxicado pelo veneno, mas eu procurei. Mas uma coisa vamos dizer, todo mundo acha que é o fumo que traz a doença, não é, a doença quem traz é nois, nois que procuremo” (LEONARDO). “É porque se atracam que nem louco” (DANIEL). “Usemo tudo em excesso, tudo em excesso, se é mandado botar tanto pro fumo, tanto de veneno, a gente usa um pouquinho mais pra adiantar, aquele excesso ali, é nos que procuremos. Ela não vem até nós, nós vamo até ela (referindo-se a doença). Tem um tipo de veneno que a gente usa no fumo, que ele usa, nós usemos, todo mundo usa que é o karate. O certo do karate é colocar 25ml, 25 ml né, com a máquina, mas se a gente bota 25 com a pulga tomando conta, ah vamo usar 50 porque aí, porque aí 50ml vai olhando pra trás a pulga vai ficando morta. Aí na outra semana, quando vai colher fumo a comichão no couro é danada. Ah não aguenta comichão no couro, o que*

que é? É ele que tá arrancando o coro, tá caindo o coro do cara. 50ml. Bota 25 que não vai dar aquele comichão tão forte, vai dar comichãozinha. Dá um comichão desgraçado (...) nos papéis da empresa o karate é um veneno proibido, a gente não pode e a gente usa ele sabendo que é proibido, que não é recomendado botar” (LEONARDO). Portanto, alguns fumicultores apontaram que utilizam alguns agrotóxicos, inclusive proibidos, para combater as pragas do fumo. Mesmo cientes das consequências que os venenos causam a sua saúde, não deixam de empregá-los.

Além dos agravos causados pelos agrotóxicos, algumas fumicultoras apontaram que o contato com a própria folha do fumo verde lhes causa mal estar e adoecimento, identificando sintomas muito semelhantes aos gerados pela intoxicação por agrotóxicos. *“Eu tinha ânsia de vomito, mas não sei, acho que era devido ao próprio fumo mesmo, talvez nem era o agrotóxico que tinha, é o fumo, de colher o fumo molhado, que encharca com a roupa, então tem pessoas que passam mal. Tem uma intoxicação de colher ele molhado” (FÁTIMA). “Eu também, colher fumo molhado. Seco, depois de pegar o sol, eu já fico com dor de cabeça, vomito, já fica perdido o dia. Só assim, nosso problema é o do fumo verde, colher molhado, depois pegar sol é na certa né” (PATRÍCIA).*

Na etapa de secagem do fumo, quando se faz necessário abastecer a foinha, os fumicultores deixam suas camas durante a madrugada e vão em direção ao paiol. Muitas vezes isto os expõe a mudanças climáticas bruscas, do frio para o calor e o contrário, acarretando, segundo os fumicultores, diversos agravos à saúde. *“Cuidar fogo é o pior que tem pra saúde: estraga a saúde. Olha aqui oh, o resultado, tá em mim agora, neste instante, tô sofrendo aqui. Dá problema, de visão, dá problema nos rins” (JOÃO). “Tenho ameaça de paralisia do calor, tipo assim, vai do calor pro frio. Esses dias tava chovendo eu botei lenha na foinha, aí saí, uma Chuvica assim, nem um casaquinho, uma chuvarada, a água tomando conta da minha boca na foinha. Eu peguei naquele calor, praticamente pelado só de cuequinha ali, tu tirando água, cheio de barro, com tudo e o calor na cara pegando, aquele calorão. Pés no chão, nem um chinelinho, todo o corpo pegando aquele calor, em todo o corpo pegou, a umidade depois, se juntou os dois, a cara, olha aí oh, tá com os carrinho (mandíbula) duro. Peguei tipo de uma infecção, deu nas glândulas, tudo. Eu tô todo com problema. Tudo isso traz o problema dos rins, que ele tá dizendo aí, o problema do rim, da bexiga, tudo isso acontece por causa, tá nós pra dizer né, alguém que deve ter pedras nos rins aqui, é a umidade. A umidade e o calor, isso te traz problema” (LEONARDO). “Esses dias eu tava dormindo*

bem tranquilo lá de noite né. No quentinho. Aí o cara acorda lá no meio da noite, sai no frio, pra ir lá pra estufa, se ta chovendo, tá, aí o cara se lascou. Aí o cara vai lá, chega lá perto do fogo quente, como a gente tinha falado, aí, se tiver chovendo, claro, o cara já vai meio na pressa, chega aquele calorzão. Deu. Aquilo vai dando um troço, tem gente que fica doente na hora. E isso não é uma vez na semana, é duas, três vezes numa noite, às vezes, acordar quatro vezes numa noite” (DANIEL). Mais uma vez, em se tratando de agravos à saúde, um fumicultor culpabilizou os agricultores de cometerem excessos e colocarem sua saúde em risco. “Eu sozinho vou buscar a doença, eu já to ruim, já to doente, vou lá botar um veneno. Eu não suspiro pra fora, do nariz não sai, eu só fungo, só vem, só engolindo o veneno, ou trabalhando no galpão a poeira só vai entrando, ela só vai entrar. E aonde vai parar essa poeira? Nos pulmão. Aí tu vai lá fazer um examezinho da umas mancha no pulmão, ah é o fumo que trouxe, mas eu vou fazer o que que eu fui fazer lá gripado se não posso nem suspirar lá dentro do galpão” (LEONARDO).

2.3.1.4 Sofrimento ocasionado pela fragilização dos vínculos familiares

Quando se vende mal o fumo, a um baixo valor, são frequentes as desavenças familiares, a mulher culpabiliza o marido por ter vendido mal o produto, sendo que, neste caso, este, muitas vezes se alcooliza, numa tentativa de anular seu sofrimento e esquecer os problemas financeiros e com a esposa. Nestas situações é comum que a mulher seja agredida fisicamente pelo marido. “Por exemplo, eu, eu tô me arrebrandando ali trabalhando, minha esposa tá junto ali se arrebrandando junto comigo, aí eu agarro e não vendo bem o fumo. Alguma coisa ela vai me reclamar, que queria uma coisa e eu não pude dar. Já começa assim, né. Então acontece muito isso aí também” (RAFAEL). “Aí vira o seguinte, o que que acontece? Em casa, mulher e homem já não se olham um pro outro. O homem já acha que a mulher é a culpada, já vira uma baderna, e no final quem sofre mesmo é as crianças que tem em casa, que tem na família. Acontece que quando tem briga o homem já sai pra lá encher o cano ali a diante (para alcoolizar-se)” (LEONARDO). “Aí o homem bate na esposa. Aí bebe volta pra casa, aí a mulher não quer deixar o homem entrar dentro de casa, aí não deixa e ainda apanha do marido” (MARIA).

Segundo os fumicultores, devido ao excesso de trabalho, também são frequentes as desavenças e o afastamento do casal, sendo uma das consequências, relacionamentos fora do casamento. As verbalizações que atestam a crise no casamento dos fumicultores podem ser verificadas neste trecho da discussão entre os participantes do grupo A: “A gente descansa dez quinze minutos e vão pro fumo trabaia e a atividade muito, muito cansada. A gente chega a noite não tem vontade de dar um carinho pro marido, vamo deitar e dormir né? A gente deita e morre cansada. No outro dia levanta, mesma luta né, vai trabaia” (SONIA). “Agora um exemplo, um exemplo, não tem outra pessoa pra mim descarregar a raiva, a única que eu enxergo na minha frente é a mulher” (LEONARDO). “E a mulher sai com uma panela inda pra cima e nós tem que soltar o barco (referindo-se a ter que sair de casa por um período para evitar mais brigas)” (JOÃO). “A forma que trabalhamos, nós chegamos pra dentro de casa na boca da noite, a gente chega meia noite, janta, a mulher faz a comida, a mulher fica na cozinha, ela não acompanha o homem tanto. E o serviço do homem com relação a mulher? Aonde tá a relação? Não tem relação nenhuma (gargalhadas de todo o grupo) (...) chega um tempo que a mulher se cansa, mas eu não tenho mais home, chega a mulher lá, aperta ele, bah tô cansado, aí depois aparece esse aqui oh (colocando as duas mãos sobre a cabeça, formando a imagem de um chifre). Chega, chega o cansaço, chega lá arrastando o pé, toma um banhozinho lá, come uma boinha, deita só, a mulher só enxerga a bunda do homem (gargalhadas de todo o grupo)” (LEONARDO).

2.3.1.5 Sofrimento e suicídio como consequência do endividamento

O fator econômico também pode causar prejuízos à saúde mental dos fumicultores. O trabalho no cultivo do fumo exige uma luta constante no sentido de superar as dificuldades e suportar o sofrimento, causado principalmente pelo desgaste físico e acúmulo de dívidas (Silva, 2007).

Os participantes informaram que muitos fumicultores assumem o risco de aumentar sua plantação, sem problematizar as consequências de sua iniciativa. Segundo os produtores, aumentar os lucros para adquirir bens e para compensar o baixo valor pago pela fumageira ao seu tabaco, são as principais razões que motivam estes agricultores a assumirem dívidas e contratar financiamentos que futuramente não poderão pagar.

Achados semelhantes foram elucidados em uma pesquisa desenvolvida por Silva (2007), que teve o objetivo de conhecer a perspectiva dos fumicultores do Rio Grande do Sul sobre o seu trabalho. O estudo apontou que, para estes trabalhadores, o agricultor que empobrece tem culpa pelo desfecho de sua decadência, por não ser apto ao laboro, por ser preguiçoso, por não ter condições de suportar as adversidades, intensificando o trabalho. Para o autor a ideologia dominante é tão presente que os profissionais em inúmeras situações não percebem o impacto do sistema capitalista, neste caso, sistema integrado, sobre suas vidas e na dos demais trabalhadores.

Os fumicultores dos grupos A expuseram que a causa do endividamento dos produtores é a ambição do agricultor, muitas vezes incentivada pela concorrência. *“Olho grande (referindo-se aos fumicultores que contraem dívidas)” (PAULO). “O grande problema de plantar fumo não é a firma é o plantador de fumo. O cara planta 30.000 pé de fumo, aí olha e o vizinho tem um trator (...) eu vou comprar um trator. Eu plantei 50.000 eu pago um trator (...) antes, a sra. vinha a Dom Feliciano, esses donos de mercado que tinham carro bom né, porque na colônia ninguém tinha carro, ou se tinha era um fuca veio lá de arame remendado. Hoje em dia tu vai na colônia, todo colono tem um carro do ano, trator tracionado, ninguém quer macaquinho no trator, então eles fazem aquilo ali e plantam fumo. Aí as financeiras vão e dizem, não, eu te faço aí em 36 meses, fazemos por safra e tudo e o cara vai nas dele, aumenta a plantação de fumo. Aí como existe um excesso de fumo eles se prevalecem” (LUIS).*

Um fumicultor do grupo A explicou que assumir dívidas para adquirir certos bens às vezes é necessário aos fumicultores que têm filhos, não se caracterizando como uma ambição.. *“Tem eu e a minha esposa né, nós dois, daí é fácil, mas já quem depende de comprar um trator, comprar terra, comprar uma estufa, quem tem que comprar, aí tem as contas, tem que trabalhar em excesso pra pagar as contas” (DANIEL).*

Segundo os agricultores do grupo A e B, as financeiras e as fumageiras facilitam ao fumicultor a contratação de empréstimos e lhes cobram juros muito altos pelas prestações. Os empréstimos contratados não referem-se apenas a compra de insumos necessários ao plantio, mas a aquisição de equipamentos, carros, tratores, motos e outros bens *“Eu sei de gente que tem terra, carro, moto, tudo alienado na firma” (GUSTAVO).* Participantes dos grupos A e B verbalizaram que a depressão e as tentativas de suicídio por enforcamento entre os fumicultores ocorrem, geralmente, em decorrência das dívidas, do acúmulo de valores devido à empresa. *“E a pessoa chega ao extremo, ao desespero. Que teve muitos, não é um nem dois, se for procurar o*

histórico do município vai ver que várias pessoas já se mataram” (FÁTIMA). “Lá em casa já não morreu um vizinho porque o pai chegou e explicou o que que era pra ele fazer, porque senão ele já tinha oh, a cordinha. A gente aconselhou que ele não fizesse por causa dos filhos dele, que ele tem pra criar, por causa das contas (CLAUDETE)”.

No estudo desenvolvido por Heemann (2009), muitos fumicultores referiram sentir tristeza no período da safra, pois o corpo sofre, entra em exaustão devido ao excesso de atividades e, conseqüentemente a saúde mental também é afetada. Segundo a autora, problemas em família e preocupações excessivas com trabalho e com questões financeiras podem causar depressão e suicídio.

Um dos participantes relatou que costuma fumar excessivamente, como uma medida para se acalmar, amenizando as conseqüências do excesso de trabalho e preocupações financeiras relacionadas ao plantio de fumo. *“Outro contraponto, nessa área que eu citei há pouco tempo, eu não tenho vício de cigarro, mas conforme o nervosismo que eu to tendo (...) com a lavora: é planta lá na lavora pra colher e eu não tenho dinheiro pra bota. Aí é cigarro, um depois do outro (...) tudo em excesso. Atirei um eu acendo outro com a ponta daquele mesmo (...) fumando, tudo com o nervosismo (...) a gente usa tudo em excesso, o cigarro em excesso. Aí te dá tontura, já te dá uma tontura braba ali, praticamente tá emacanhado ali, drogado, com o cigarro, mais não é acostumado, me drogo e drogado fico, não é só eu. Várias pessoas que não sabem o que fazer, tá nervoso é aquele movimento todo ali, é fumo pra colher, pra acalmar, achando que o cigarro acalma, o cigarro vai terminando cada vez mais” (LEONARDO).*

Algumas verbalizações deixaram claro que o abuso de álcool configura-se como uma alternativa de amenizar o seu sofrimento em relação à intensificação do trabalho. *“Tomam pra ver se conseguem aguentar o serviço” (FÁTIMA).* Neste sentido, o consumo de cachaça foi apontado pelos fumicultores como uma prática habitual da entre os produtores de fumo da região. *“A cachaça na realidade é o hobbie do povo” (RAFAEL).*

As reflexões dos participantes acerca da intensificação no trabalho divergiram opiniões, para uns, esta ocorre por culpa do agricultor que não se propõe a cultivar uma quantidade de fumo da qual não consegue dar conta. *“O cansaço, o que é que acontece, a minha família aqui é eu e ele, vamos fazer um exemplo, nos somos dois trabalhando. O que nos dois pudermos plantar de fumo, nós dois aqui, o máximo 40 mil, 20 mil pés pra cada um, mas nós plantamos uns 120, aí com 120 pra colher, madura tudo de uma*

vez só. Só eu ele. Vamos na cidade atrás de um peão, não achamos nenhum peão pra trabalhar, não temo estufa pra secar, aí o que acontece? Acontece que chega lá a doença. Para no hospital aqui, é gente querendo se enforçar. Fica estressado, não sabe o que acontece, o outro querendo se enforçar. É, mas aí, tá doente aqui, chega aqui, ah, do fumo. O fumo não trouxe problema nenhum. O problema o cara arrumou sozinho. Pra que plantar tanto se não tem condições de colher? Aí se estressa, se estressa sozinho. Puro excesso, tudo é excesso, o colono o que acontece com nós aqui..” (LEONARDO). “Exato!” (JOÃO). “O cara pode plantar até uma melancia, vai plantar bastante tem que colher tudo num dia só, mas o problema não é a melancia né” (DANIEL). Para outros agricultores, aumentar o plantio é a única alternativa necessária para manter ou melhorar o padrão de vida familiar. “Também nós temos que trabalhar muito daí nós, eu e o meu marido acordamos às seis da manhã, nós trabalhamos muito, paramos só à noite, nós temos filhos né, eles estudam né, trabalham, eu tenho que dar uma vida boa pra minha filha, então eu tenho que né” (SONIA).

2.3.2 Prazer no trabalho

Em relação à categoria prazer no trabalho, definida “a priori”, não houve verbalizações espontâneas. Nos dois grupos a pesquisadora precisou realizar o questionamento previsto no roteiro de questões norteadoras “O que pode ser considerado bom ou prazeroso no trabalho de vocês?” a fim de incentivar os fumicultores a descreverem as vivências de prazer no trabalho. Destaca-se que esta pergunta causou estranhamento aos participantes do grupo B, sendo a primeira reação dos fumicultores responder que o prazer nesta atividade está relacionado apenas ao lucro obtido. “Aqui eu já sei te responder. O que é prazeroso e de bom é quando a gente consegue vender bem o fumo, paga as contas e tem um plano de vida pra frente” (GUSTAVO). “A única satisfação e alegria é quando tu vende, mais ou menos. Não precisa ser bem. Vendeu mais ou menos aí tu já tem uma satisfação enorme” (FATIMA). “Pagar as dívidas” (RAFAEL). “Pagar as dívidas, não tá devendo nada, pra gente tá bem” (CLAUDETE).

No intuito de compreender se as vivências prazerosas no trabalho dos participantes do grupo B estavam apenas relacionadas à rentabilidade da produção, a pesquisadora realizou a seguinte pergunta: “Então esse é o bom do fumo, é quando dá

lucro? (PESQUISADORA). Neste momento um fumicultor, o primeiro a responder, validou sua afirmativa anterior. “*É, esse é o bom do fumo, só*” (RAFAEL). Além deste produtor, duas agricultoras mencionaram diferentes aspectos positivos do cultivo: “*Não, mas dá prazer quando tu chega na lavoura e vê o fumo bonito e tudo*”. “*Eu não, adoro coiê com chuva, pode tá chovendo, não dá nada*” (CLAUDETE). Após estes comentários, um dos participantes que antes havia comunicado que o único fator agradável na fumicultura era a lucratividade, expôs outro entendimento. “*Até é divertido né, até é divertido, vê o fumo, planta, colhe ele. Eu acho divertido. Trabalhar tem que trabalhar igual né. Se tu tiver uma obra tu tem que trabalhar, né*” (RAFAEL). Observa-se que, pelo fato de as vivências de sofrimento serem mais experimentadas, torna-se difícil aos trabalhadores descrever o prazer no trabalho, havendo, inclusive, uma certa resistência em discutir sobre este.

Comparativamente, os participantes do grupo A apresentaram-se mais dispostos a verbalizar sobre as vivências de prazer no trabalho. Três agricultores apontaram quais atividades e períodos do ciclo produtivo consideram mais prazerosos. “*Eu gosto muito de planta fumo e gosto muito de classificar fumo*” (MARIA). “*Eu já gosto, vou pra lavoura, pego uma capinadeira (...) o cara vai passa uma enxadinha no fumo, ô coisa bem boa. Aí eu gosto de trabalha, hoje (...) eu, por mim eu plantava a vida toda, mas vai aí pega um dia de sol quente pra ti ve*” (DANIEL). “*Eu acho que o bom do serviço do fumo é o início né, prepará a terra, planta. Porque até ali ninguém sabe o que vai acontecer, né. Tá todo mundo plantando com a esperança de coiê bem, de vende bem, então até ali todo mundo trabalha com coragem, preparô a muda, preparô a terra, planto. Aí, dali em diante, pode vir as incomodação, as pestes do fumo, ou é complicação na colheita, ou é vende mal. Então o bom mesmo é a plantação, prepará. Prepará a terra, botá adubo na terra, planta mudinha, até ali não tem incomodação nenhuma*” (LUIS). Percebe-se na fala de alguns agricultores, que o prazer está muito associado à ideia de ausência de injustiça e/ou de incomodação, do que atrelada a uma experiência de realização pessoal.

Um dos produtores deste grupo verbalizou que a autonomia, a flexibilidade de horários também é algo bastante positivo. “*Hoje eu não to trabalhando, amanhã se eu não quiser trabalhar, semana que vem se eu não quiser trabalhar, eu não trabalho. Aí se mês que vem eu quiser pegar bem louco lá. Eu pego daí e já faço tudo adiantado e assim vai indo. É bom porque eu levanto a hora que eu quero, durmo a hora que eu quero, trabalho o dia que eu quero, não tem ninguém pra mandar em mim, isso que é o*

bom. Que nem as veis o cara vai lá no mercado, quem trabalha na cidade, a maioria ganha de salário, que não tem mais estudos, vai ter aquele salário pra administrar aluguel, água, luz, um monte de coisas. O cara no interior a maioria não paga aluguel, a água é de graça, a única coisa que o cara vai pagar é a luz, daí como o fumo dá mais dinheiro, o cara tá muito melhor que no mercado” (DANIEL). Uma perspectiva contrária a esta foi mencionada por um fumicultor do grupo B, que verbalizou lhe parecer bem mais vantajoso trabalhar na cidade, pois às 17hs da tarde, os trabalhadores estão livres, podem retornar as suas casas e descansar, têm seu repouso garantido, diferentemente da realidade dos produtores de tabaco.

Corresponde a esta ideia, os achado de um estudo que teve a proposta de conhecer a perspectiva dos fumicultores sobre a dor e o sofrimento que sentem frente à desproteção social de sua classe profissional, uma fumicultora relatou que esta autonomia não existe. Esta agricultora identificou que alguns indivíduos, não trabalhadores rurais, consideram equivocadamente a agricultura um trabalho melhor, por não haver patrão (Schlindwein, 2010). A profissional apontou que a liberdade de produção não significa melhores condições de trabalho, pois não garante menos esforço. Pelo contrário, a jornada de trabalho do fumicultor é extensa. A investigação apontou que autonomia dos produtores de tabaco é limitada, pois as empresas fumageiras, a quem os agricultores são obrigados a vender seu fumo, exploram sua força de trabalho e, além de não reconhecerem o valor do fumo produzido, também interferem no processo produtivo, obrigando o fumicultor seguir certas regras e diretrizes por estas estabelecidas.

Por fim, no grupo A, assim como no grupo B, a rentabilidade financeira foi o aspecto positivo mais mencionado: *“O lucro” (SONIA). “Na hora de plantar não tá pensando, aí não se torna sendo bom. O bom mesmo no final, que agora eu tô lá, vivendo a vida maior prazeraço, tenho dinheiro, vou lá pago uma conta em dinheiro, não tô me importando por enquanto com nada. Então, quer dizer que o final, o finalzinho lá é que é o bom. O bom é assim, quando tá findando (...) aí pelo menos tu tá vivendo ali, no finalzinho tá vivendo. Que que é bom no fumo? Só quando tu recebes a grana lá no banco. Quando vem as notas” (LEONARDO). “Pra mim é o final da colheita, que ali não tem mais incomodação, o cara vê que o tempo, o clima não estragou o fumo da gente né. Eu acho que ali no final, depois no galpão a gente vai ver o que pode fazer, mas no final colhido ele no galpão a gente sabe que ele tá ali, que a gente vai é fazer o lucro dele” (PAULO).*

2.3.3 Momentos de lazer – a vida fora do trabalho

Como foi explanado até o momento, os fumicultores trabalham muitas horas por dia. A intensificação do laboro em diferentes etapas do ciclo produtivo, como no período de colheita, impossibilita aos profissionais desfrutar de momentos de lazer. Nas demais épocas da produção, alguns fumicultores referem poder descansar e aproveitar o tempo livre e outros não. Esta divergência foi percebida na discussão entre os participantes do grupo A, pois neste havia quatro agricultores que trabalham como peões, sendo a relação destes com o trabalho bastante diferente daquela estabelecida pelos proprietários ou arrendatários de terra, os demais fumicultores do grupo.

Todos os profissionais do grupo A que cultivam o tabaco em sua área de terra têm filhos e assumem mais dívidas do que os profissionais que trabalham como peões. Estes referem não precisar despendar tempo com atividades laborais nos três meses que não compreendem o ciclo produtivo. *“E vai fácil, final de semana eu não trabalho e são três meses de colheita, agora oh, eu to folgado, acabou o fumo na lavoura, até dezembro pode me chamar pra viajar, fazer o que quiser que eu to de folga, posso fazer o que eu quiser, a hora que eu quiser, o bom do colono é isso, o cara não tem horário, começa a trabalhar num dia, se atraca que nem louco, faz tudo num dia, aí no outro dia o cara vai ficar uma semana descansando, pode vir todo dia pra cidade, pode fazer o que quiser né (...). Acabou de colher o fumo, não tem fumo na galpão, aí não tem pressa. Aí o cara pode fazer pescaria, tem tempo pra ir pra praia, tem tempo pra fazer o que quiser só que é só no inverno, isso que complica” (DANIEL).*

Após este relato uma participante do grupo A, proprietária de terra, apontou que esta descrição dos períodos de descanso e lazer não conferia com sua realidade. *“É mais quem quer mesmo crescer. Nem todos são assim. Mas isso porque ele (referindo-se a Daniel) não tem filho. Em casa a gente tira, no domingo, agora vai começar assim a passear, mas antes na época do fumo. Quem que tá bem mais adiante tem que se assim. Ele é novo, ele tá começando, mas eu que to já assim, quanto anos eu trabalho? tu não tem filhos né” (SONIA).* O fumicultor relatou que o fato de ser novo, não significa não ter experiência ou conhecimento no que recém verbalizara, explicou que quando se é proprietário são comuns o excesso de atividades, pois a demanda é outra. *“Já trabalhei muito já nessa vida. Eu trabalhava quando era mais novo, comecei a trabalhar já com dez, nove anos, aí sim eu trabalhava, não tinha domingo, não tinha nada, trabalhava com o pai que nem um louco. Aí sim que eu casei de uns 2 anos pra cá. Aí eu, agora, eu*

vou trabalhar pra mim, aí eu trabalho do jeito meu né, devagarinho, não tem ninguém pra mandar e nada. Eu faço tudo devagarinho e tem tempo pra tudo, aí quando era com o pai e coisa, pai tinha que paga parcela do trator, pagar estufa, pagar isso, pagar aquilo, pra comprar um pedacinho de terra, daí trabalhava que nem louco, não tinha domingo não tinha nada (...) Isso é quando é em excesso, eu já fiz duas safras de fumo pra mim, aí como eu não dependo tanto, trabalhar tanto, eu tenho o pai na volta né, daí eu planto pouco. Eu não levanto de jeito nenhum antes das oito da manhã, na sexta também, depois do almoço eu almoço e no mínimo eu tenho que dormir duas a três horas depois do almoço e eu não deito pra meia hora” (DANIEL).

Todos os fumicultores, peões, participantes da pesquisa explicaram já ter tido a experiência de trabalhar em terra própria ou arrendada, alguns com seus pais, e consideram mais vantajoso ser empregado: por ter garantido o seu salário, embora seja menor do que o dos demais fumicultores; por não depender do sucesso da safra; por não precisarem trabalhar quando não quer; por não precisarem se envolver com a negociação do fumo, evitando incômodos. *“Eu era muito estressado com isso, por exemplo, este ano assim, eu plantei um pouquinho pra mim e saí trabalhando de peão, por causa que eu era muito estressado. Eu fazia aquela produção minha, chegava na hora de vender e desanimava com o preço do fumo (...) agora trabalho de peão, aí eu saio, bato meu futebolzinho (...) trabalho pros outros, ganho o meu dinheiro, ganho por fora, ganho aquele meu pouquinho ali” (PAULO).*

A discussão sobre lazer, descanso e férias também mobilizou bastante o grupo B, composto apenas por fumicultores proprietários ou arrendatários de terra. Neste grupo evidenciou-se que o trabalho é realizado o ano todo e que raramente há a possibilidade de desfrutar momentos de lazer. *“Agora mesmo nos terminemos de colher o fumo, tá no paiol, mas eu vou começar a classificar não tem férias, então eu classificando já tamo fazendo a muda nova pra próxima safra” (GUSTAVO).* *“E às vezes não tem sábado, não tem domingo. E ainda o colono tenta tirar o domingo, mas tem época que nem domingo não tem” (FÁTIMA).*

Para estes participantes, ter férias, ir para a praia, ir a um restaurante são realizações impossíveis de serem concretizadas, a não ser que haja alguma opção de lazer próximo à residência. *“Tem muita gente aqui da cidade, que só conhece Camaquã, porque o hospital daqui é fechado (...) quando eu vou é na casa de um parente” (PEDRO).* *“Onde tem um arroio perto da casa a gente vai” (FÁTIMA).*

Alguns produtores explicaram que momentos de lazer são possíveis, desde que o fumicultor consiga organizar sua demanda de trabalho. *“Mas vê assim oh, se a semana tem sete dias, pra que trabalhar os sete dias, trabalha os cinco dias, não vai precisar usar o domingo, final de semana tem que ser livre pra todo mundo. É só sabe, usar a cabeça, usando a cabeça durante a semana o cara nunca mais trabalha no final de semana. (...) Outra coisa, só pra encerrar rapidinho, tem gente que faz assim oh, trabalha segunda e terça, na quarta passa o dia em Dom Feliciano, fica batendo perna aqui em Dom Feliciano, eu conheço bastante. Chega domingo: ah, vo te que trabalha, começa a colher, to apertado. Olha eu aqui oh, eu não vou trabalhar domingo, to aqui até o meio dia, meio dia vou embora e vou começar a classificar fumo” (LEONARDO).*

Um participante descreveu o exemplo de uma família que abdica de momentos de lazer para adquirir bens e estabilidade. Na percepção deste fumicultor os membros desta família estão trocando os momentos prazerosos de sua vida por dinheiro, sendo o trabalho a ferramenta diária para que o objetivo desta se concretize. *“Lá na minha volta tem meia dúzia de famílias que são loucos né, querem dinheiro, dinheiro, dinheiro, é na base de cada casal ali na volta de 200.000 pé de fumo, cada casal, é de ano a ano. Tu nunca vai ve eles saindo, só saem prá fazer um rancho e voltam pra casa, no outro dia cinco horas da manha tão na lavoura. Natal é na lavoura, páscoa é no galpão, eles não tem sábado e domingo. Não vão pra igreja não fazem nada. Trabalham, trabalham, a molecada vai pra escola, volta, não tem passeio, não tem folga, fim de semana nem nada, só que aqueles lá sim, aqueles lá tão se dando. Dá pra trocar de carro todos os ano, dá pra compra trator tracionado. Tão comprando casa na cidade, dai claro, esses dai são louco. Nunca, nunca vão aproveitar, porque ai tu imaginas, umas 20 safras já fizeram, trabalhando 365 dias por ano, mas não tiram um dia de folga, não tem” (DANIEL).*

Por fim, a crítica da sociedade também é um balizador das vivências de prazer fora do trabalho. Os munícipes de Dom Feliciano costumam criticar o produtor que decide trabalhar menos para gozar de mais períodos de descanso. Os trabalhadores que optam não viver para o trabalho costumam ser estigmatizados de vagabundos ou preguiçosos, como se trabalhar menos fosse um crime ou algo proibido *“Eu acho melhor reduzir. Aí dizem: ‘Mas João, tá de novo aqui em Dom Feliciano?’. Mas por que que hein? Eu não posso vim? ‘Ué João, mas tu toma chimarrão na lavoura!’. Mas o que é que tem? (...) Assim, oh, que nem muita gente diz, ah mas se tu não plantou*

mais porque tu é vagabundo, tem gente que planta 40.000 pé, planta feijão, planta milho, ainda tem gente que chama de vagabundo” (JOÃO).

2.3.4 Contribuições da Psicodinâmica do Trabalho

A clínica do trabalho reconhece a atividade laboral como uma possível fonte de sofrimento para os profissionais, algo capaz de favorecer o adoecimento dos mesmos (Mendes & Araújo, 2011). Esta tem, na Psicodinâmica do Trabalho, uma de suas principais perspectivas teóricas, que propõe uma alternativa para entender tanto as causas do sofrimento quanto às de prazer no trabalho e as inúmeras formas como o indivíduo as vivencia, privilegiando a subjetividade do trabalhador.

Conforme Dejours, Abdoucheli e Jayet (1993), a psicopatologia tradicional estuda os transtornos mentais orgânicos, inúmeros transtornos de personalidade, transtornos de humor, esquizofrenia e doenças mentais, estando muito relacionada à fisiopatologia das doenças que manifestam-se no corpo. Difere-se, portanto, da Psicodinâmica do Trabalho, referencial teórico que enfatiza as vivências e as experiências adquiridas no mundo do trabalho, não se detendo, necessariamente, aos diagnósticos psicopatológicos (Jacques, 2003). Esta abordagem considera a experiência subjetiva de prazer e sofrimento no trabalho um desafio, uma vez que chama a atenção para uma compreensão mais abrangente de saúde mental, evidenciando a necessidade de ir além do modelo clássico (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1993).

Para a Psicodinâmica do Trabalho, a saúde mental não é propriamente o bem estar psíquico, mas a existência de elementos que o possibilite, como a esperança das pessoas em terem seus desejos realizados (Dejours, 1986). Caso o indivíduo compreende a causa do seu sofrimento pode torna-lo criativo, ou seja, possibilitar que o desprazer torne-se prazer, sendo um mediador da sua saúde (Dejours, 1993).

O prazer no trabalho acontece quando o sujeito encontra neste, uma oportunidade para a sua realização e para a constituição da sua identidade, reconhecendo a importância da sua atividade laboral para si e para os outros (Dejours, 1992; Lancman & Ghirardi, 2002). O reconhecimento dos outros, seus colegas e superiores hierárquicos, é preponderante para que o sujeito experimente a satisfação e o prazer no desempenho de suas atividades (Martins, 2009).

Os fumicultores desta pesquisa informaram não estar havendo o reconhecimento do seu trabalho em nenhuma instância. O prazer no trabalho, segundo estes participantes, está atrelado ao retorno financeiro. Caso recebam justo valor monetário por seu trabalho, isto lhes dá a chance de experimentar satisfação. Segundo os participantes, os momentos de prazer dos fumicultores são raros, não há disponibilização de tempo para a felicidade, para desfrutar momentos de lazer.

O sofrimento, para a Psicodinâmica do Trabalho, passa a ser experimentado pelo trabalhador quando a organização do trabalho, o contexto de trabalho, confrontam os seus desejos e suas vontades, tensionando o aparelho psíquico, uma vez que algumas pulsões não são satisfeitas (Martins, 2010; Dejours, 2004; Heloani & Capitão, 2003). Com a repressão pulsional, o destino destas pulsões não satisfeitas é o corpo, é neste que o trabalhador experimenta de forma subjetiva, singular e única, o seu sofrimento (Dejours & Abdoucheli, 1993). À medida que o sofrimento é vivenciado pelo trabalhador através do seu corpo, este mobiliza a sua inteligência, como um sinalizador pedindo que providências sejam tomadas, para que seja dado um destino àquele sofrimento. Neste momento é o trabalhador, agente transformador daquilo que experimenta, é quem define, geralmente de modo inconsciente, que ações serão tomadas em relação ao seu sofrimento: aceitá-lo, negá-lo, mantê-lo, suportá-lo, combatê-lo ou controlá-lo, valendo-se, ou não de estratégias de mediação (Martins, 2009; Vasconcelos & Faria, 2008, Dejours, 2004).

Dependendo da rigidez da organização do trabalho, utilizar mecanismos defensivos, com estratégias de defesa individuais ou coletivas, pode ser uma alternativa favorável ao trabalhador, uma medida para controlar o sofrimento inevitável, uma possibilidade de manter-se saudável e prevenir a descompensação psíquica (Junior, Mendes & Araújo, 2009). Em contrapartida, estas estratégias, também podem prejudicar o trabalhador, uma vez que ele se adequa às vontades da organização, pois neste caso o sofrimento se mantém, tornando-se patogênico, num processo de alienação que leva, inevitavelmente, ao adoecimento (Martins & Mendes, 2012; Junior, Mendes & Araújo, 2009; Dejours & Abdoucheli, 1993). As alternativas de ação do trabalhador diante do seu sofrimento só poderão ser avaliadas como medidores de sua saúde ou do seu adoecimento, considerando as circunstâncias em que foram tomadas, à exceção da aceitação incondicional do sofrimento, que predispõe o sujeito ao adoecimento e até mesmo ao risco de suicídio (Dejours & Bègue, 2009).

Os produtores felicianenses identificaram cometer excessos e culpabilizam-se por “*buscarem a doença*”. Para a Psicodinâmica do Trabalho, o ato de atribuir a si, e não ao trabalho, o risco que este oferece é um mecanismo de negação inquestionável da precarização das condições de laboro. Segundo este referencial teórico, a culpabilização, o descaso com a saúde, os “excessos” e os “erros” descritos pelos fumicultores, são reflexo da ideologia defensiva por eles criada. Isto acontece porque sofrem menos por acreditarem que dominam o perigo inerente ao seu trabalho, ao invés de aceitarem estarem a estes condicionados (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1993). A culpabilização dirigida ao outro, no que se refere à administração financeira, também pode ser definida como uma estratégia defensiva, pois muitas vezes é mais fácil aos agricultores considerar que seu endividamento é fruto de sua ambição, do que perceber-se dominado e explorados pelas empresas fumageiras.

Os agricultores manifestaram, de maneira bastante consciente, que o alcoolismo e o uso excessivo de cigarros é uma estratégia de defesa individual, cujo objetivo é negar e/ou controlar o sofrimento, uma maneira de suportar a intensificação no trabalho e as frustrações com o trabalho. O suicídio, mencionado pelos fumicultor está diretamente relacionado com o endividamento dos produtores. Para Dejours e Bégue (2009), o suicídio no trabalho é um ato de acusação, um sinalizador de que a precarização deste tem um desfecho fatal, pois causa, antes de tudo, um esvaziamento de sentido na vida do trabalhador.

Considerações Finais

Sugere-se a realização de estudos a fim de conhecer o impacto do trabalho na agricultura para os vínculos familiares. No grupo familiar, que também é a equipe de trabalho, o marido costuma ser o chefe; a esposa, uma colega de trabalho; o pai, o patrão e os filhos e estes, os empregados.

Espera-se que esta investigação possibilite aos profissionais, atuantes na área rural, aos fumicultores e ao Estado conhecer a complexidade dos processos de saúde e doença dos produtores de fumo. Almeja-se que esta pesquisa, seja um alerta de que se há algum diagnóstico que possa ser estabelecido ao sofrimento e ao adoecimento dos produtores de tabaco, este é, antes de tudo, social.

Referências

- Almeida, G. E. E (2005). *Fumo: servidão moderna e violação de direitos humanos*. Curitiba: Terra de Direitos.
- Arcury, T. A & Quandt, S. A (2006). Health and social impacts of tobacco production. *Journal of Agromedicine*, 11 (3-4), 71-81.
- Bardin, L. (1994). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições Setenta.
- Barros, E. C.; Lando, A. M. (1996). “Capitalismo e colonização – os alemães no Rio Grande do Sul.” In: Dacanal, J H (Org.). RS: *Imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- Bartholomay, P., Iser, B., Oliveira, P., Santos, T., Feistler, A., Malta, D., Sobel, J. et al. (2009). Investigação epidemiológica da doena da folha verde do tabaco - Região Sul do Brasil, dezembro de 2008. 9^a Expo. *Epi: amostra nacional de experiências bem-sucedidas em epidemiologia, preveno e controle de doenas* [Anais/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde]. Brasília: Ministério da Saúde.
- Conselho Federal de Psicologia [CFP] (2000). *Resoluo para pesquisa com seres humanos*. Resoluo 016/2000. Brasília: CFP.
- Conselho Nacional de Saúde [CNS] (1996). *Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Resoluo 196/1996. Brasília: CNS.
- Decreto n  4.074, 2002 (2002)*. Brasil (s/d) Decreto n  4.074/2002. Recuperado em 18 de fevereiro de 2013, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/decreto/D5658.htm
- Decreto n  5.658, de 2 de janeiro de 2006 (2006)*. Promulga a Conveno-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, adotada pelos países membros da Organizao Mundial de Saúde em 21 de maio de 2003 e assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003.
- Dejours, C. & Abdoucheli, E. (1993). Desejo ou motivao? A interrogao psicanalítica do trabalho. In: Dejours, C., Abdoucheli, E & Jayet, C. (Orgs.). *Psicodinâmica do trabalho: contribuio da escola dejouriana   análise da relao prazer, sofrimento e trabalho*. (Traduo de Maria Irene Stocco Betiol). São Paulo: Atlas.
- Dejours, C. & Abdoucheli, E. (1993). Desejo ou motivao? A interrogao psicanalítica do trabalho. In: Dejours, C., Abdoucheli, E & Jayet, C. (Orgs.). *Psicodinâmica do trabalho: contribuio da escola dejouriana   análise da relao*

prazer, sofrimento e trabalho. (Tradução de Maria Irene Stocco Betiol). São Paulo: Atlas.

Dejours, C. (1986). Por um novo conceito de saúde. *Revista Brasileira de Saúde ocupacional*, 54 (14), 7-11.

Dejours, C. (1992). *A Loucura do Trabalho – Estudo de Psicopatologia do Trabalho*. São Paulo: Cortez.

Dejours, C. (1993). Trabalho e saúde mental: Da pesquisa à ação. In: Dejours, C. Abdoucheli, E & Jayet (Orgs.). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. (Tradução de Maria Irene Stocco Betiol). São Paulo: Atlas.

Dejours, C. (2011). “Trabalhar” não é “derrogar”. *Laboreal*, 7, (1), 76-80.

Dejours, C. & Bègue, F. (2009) *Suicídio e trabalho: o que fazer?* Brasília: Paralelo 15.

Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais [DESER] (2005). A Cadeia Produtiva do Fumo *Revista do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais*, 5:1-68.

Faria, N. M. X., Facchini, L. A., Fassa, A.C. G, Tomasi, E. (2001). Processo de produção rural e saúde na serra gaúcha: um estudo descritivo. *Cadernos de Saúde Pública*, 16, 115-128.

Fialho, R. R. (2003). *Os sentidos produzidos pelos agricultores e agricultoras familiares da cultura de fumo em relação ao trabalho*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul.

Gardolinski, E. (1958) “Imigração e Colonização Polonesa”. In: Becker, K. (Org.). *Enciclopédia riograndense*. (pp.58-97). Canoas: Regional.

Heemann, F. (2009). *O cultivo do fumo e condições de saúde e segurança dos trabalhadores rurais*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Hillesheim, B. (2001). *O trabalho e infância na vida de meninos e meninas trabalhadores (as) em lavouras de fumo*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2005). *Em 2005, valor da produção agrícola foi R\$13,6 bilhões menor*. Recuperado em 14 fevereiro 2013, de <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=74I>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2010). *Informações estatísticas do município de Dom Feliciano*. Recuperado em 2 outubro 2011, de

- <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?codmun=430650&idtema=1&search=rio-grande-do-sul|dom-feliciano|2010-population-census:-synopsis->
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE [IBGE] (2010). *Informações estatísticas do município de Dom Feliciano*. Recuperado em 2 outubro 2011, de <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?codmun=430650&idtema=1&search=rio-grande-do-sul|dom-feliciano|2010-population-census:-synopsis->
- Instituto Nacional de Câncer [INCA] (2010). *Brasil defende proibição de aditivos no cigarro em reunião internacional. Observatório da Política Nacional de controle do tabaco*. Recuperado em 2 outubro, 2011, de http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencianoticias/site/home/noticias/2010/brasil_defende_proibicao_aditivos_cigarro_reuniao_internacional
- Instituto Nacional de Câncer [INCA] (2004). *A ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil: mitos e verdades*. Rio de Janeiro: INCA. Recuperado em 14 fevereiro 2013 de http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/mitos_verdades.pdf
- Instituto Nacional de Câncer [INCA] (2010). *Brasil defende proibição de aditivos no cigarro em reunião internacional. Observatório da Política Nacional de controle do tabaco*. Recuperado em 2 outubro 2011, de http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencianoticias/site/home/noticias/2010/brasil_defende_proibicao_aditivos_cigarro_reuniao_internacional
- Junior, A. V. S., Mendes, A. M. & Araújo, L. K. R. (2009). Experiência em clínica do trabalho com bancários adoecidos por Ler/ Dort. *Psicologia Ciência e Profissão* [online]. 29(3), 614-625.
- Júnior, D. S. R., Botelho, J. O. B., Fiol, F. S. & Oshima-Franco, Y. (2004). Síndromes neurológicas induzidas por praguicidas organofosforados e a relação com o suicídio. *Saúde em Revista*, 6 (14), 53-60.
- Lancman, S. & Ghirardi, M. I. G. (2002). Pensando novas práticas em Terapia Ocupacional, Saúde e Trabalho. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo. 13, (2), 44-85.
- Lima, J., Rossini, S. & Reimão, R. (2010). Sleep disorders and quality of life of harvesters rural labourers. *Arquivos de Neuro-psiquiatria*, 68 (3), 372-376.
- Martins, S. R. & Mendes, A. M. (2012). Coletivo de Discussão: a Clínica Psicodinâmica do Trabalho como Ação de Resistência. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 12 (2), 171-184.
- Martins, S. R. (2009). *Clínica do Trabalho*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Mearns, J., Dunnz, I. & Lees-Haley, P. (1994). Psychological effects of organophosphate pesticides: a review and call for research by psychologists. *Journal of Clinical Psychology*, 50, 286-294.
- Menasche, R. (2004). Capinar: verbo conjugado no feminino? Notas de pesquisa sobre gênero e percepção de risco na agricultura familiar. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, 53, 25-36.
- Mendes, A. M. & Araújo, L. K. R. (2011). A perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho sobre a prática da clínica do trabalho em instituições brasileiras. In: Zanelli, J. C., SILVA N. & TOLFO, S. R. *Processos psicossociais nas organizações e no trabalho*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mendes, A. M. & Araújo, L. K. R. (2011). A perspectiva da psicodinâmica do trabalho sobre a prática da clínica do trabalho em instituições brasileiras. In: Zanelli, J. C., Silva, N. & Tolfo, S. R. (Orgs.). *Processos psicossociais nas organizações e no trabalho*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Merlo, A. R. C. & Mendes, A. M. B. (2007). Perspectivas do uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação. *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*, 12 (2), 141-156.
- Monteiro, J. C. (2004). *O processo de trabalho e o desencadeamento de agravos à saúde dos trabalhadores rurais: um estudo ergonômico da agricultura familiar em Santa Catarina*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Movimento dos Pequenos Agricultores [MPA] (2013). *MPA: uma alternativa de organização do campesinato brasileiro*. Recuperado em 18 de fevereiro de 2012, de <http://www.mpabrasil.org.br/mpa-uma-alternativa-de-organizacao-do-campesinato-brasileiro#regiao-menu-principal>
- Oliveira, P. P. V, Sihler, C. B., Moura, L., Malta, D. C., Torres, M. C. A.; Lima, S. M. C. P.; Lima, A. L. A., Leite, C. E.; Costa-e-Silv, V. L.; Sobel, J. & Lanzieri, T. M. (2010). First reported outbreak of green tobacco sickness in Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*, 26 (12), 2263-2269.
- OPAS/OMS, (1996). *Manual de Vigilância da Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos*. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância Sanitária. Brasília: Organização Panamericana da Saúde.
- Peres, F. & Moreira, J. C. (2003). *É veneno ou é remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

- Peres, Frederico et al. (2004). Percepção das condições de trabalho em uma tradicional comunidade agrícola em Boa Esperança, Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública* [online], 20(4) 1059-1068.
- Pesavento, S. J. (1985). *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- Pires, D. X., Caldas, E. D. & Recena, M. C. P. (2005). Uso de agrotóxicos e suicídios no estado do Mato Grosso do Sul, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, 21 (2).598-605.
- Schlindwein, V. L. D. C. (2010). Dor e sofrimento oculto: a desproteção social dos trabalhadores do fumo. *Barbarói*, 32 (1), 82-97.
- Schmitt, N. M., Schmitt, J., Kouimintzis, D. J. & Kirch, W. (2007). Health risks in tobacco farm workers - a review of the literature. *Journal of Public Health*. 15 (4), 255-264.
- Selma, L. & Heloani, R. (2004). Psicodinâmica do trabalho: o método clínico de intervenção e investigação. *Revista Produção*, 14 (3), 77-86.
- Silva, A. R. (2007). *O significado do trabalho na terra do fumo: perspectivas dos agricultores frente ao sistema integrado de produção industrial em Santa Cruz do Sul/RS*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul.
- Silva, S. S. & Ferreira, P. A. (2006). A fumicultura no Brasil: um estudo exploratório sobre os impactos da Convenção-Quadro para o controle do tabaco e o posicionamento do Governo Federal [Resumo]. In XXVI Encontro Nacional de Engenharia de Produção ENEGEP. Fortaleza (ABEPRO).
- Stawinski, A. V. (1976). *Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul (1875-1975)*. Caxias do Sul: UCS.
- Trad, L. A. B. (2009). Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 19 (3), 777-796.
- Troian, A. & Eichler, M. L. (2009). “Somente os mais fracos ficam doentes”: a utilização de agrotóxicos por agricultores de tabaco da Comunidade Cândido Brum, em Arvorezinha (RS). *Gestão e Desenvolvimento Regional*, 5(3), 116-139.
- Troian, A., Oliveira, S. V., Dalcin, D. & Eichler, M. L. (2009). O uso de agrotóxicos na produção de fumo: algumas percepções de agricultores da comunidade Cândido Brum, no município de Arvorezinha (RS) [Resumo]. In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural SOBER. Porto Alegre (SOBER).

Vargas, M. A. & Oliveira, B. F. (2012). Estratégias de Diversificação em Áreas de Cultivo de Tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 50 (1), 175-192.

Vasconcelos, A. & Faria, J. H. (2008). Saúde mental no trabalho: contradições e limites. *Psicologia Social*. [online]. 20 (3), 453-464.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos estudos de caráter epidemiológico, que discutem os efeitos deletérios das condições de laboro na fumicultura, apontam agravos específicos à saúde dos profissionais, bem como o diagnóstico de certas patologias relacionadas ao trabalho: intoxicação por agrotóxicos, a DFVT, problemas de coluna, câncer, Lesões por Esforço Repetitivo. Estas investigações são de grande valor científico e relevância à população, mas é comum que deixem de problematizar os fatores sociais implicados nos processos de sofrimento e de adoecimento dos indivíduos.

Esta pesquisa propôs-se a conhecer, em caráter exploratório, a percepção dos fumicultores acerca das vivências de prazer e sofrimento no trabalho. Foi possível identificar, a partir dos relatos dos participantes, que o principal desencadeador dos processos de saúde e doença no trabalho é algo bastante subjetivo, que não pode ser simplesmente afastado, banido ou descartado do seu exercício, pois é um fator “invisível” e “imensurável”: trata-se da ideologia do capitalismo.

A lógica de consumo condiciona os coletivos. Sem o objetivo de generalizar, pode-se afirmar que a sociedade, de uma maneira geral, vive para consumir, trabalha para adquirir e, cada indivíduo, paga um preço bastante alto por sua felicidade, construída seguindo os parâmetros capitalistas. As pessoas passam a desejar, a agir, a gostar e a aceitar o que tem valor monetário, o que está na propaganda, na mídia.

Por mais absurdo que pareça, diante deste contexto, a atuação de dominação das empresas sobre os fumicultores torna-se algo justificável: esta é apenas percebida como uma organização tentando sobreviver. Alguns fumicultores inclusive compram esta ideia, de que a indústria fumageira reajustaria o valor a ser percebido pelo agricultor caso não precisasse pagar tantos impostos ao Estado. Neste entendimento os produtores são a própria mercadoria ou moeda de cambio, inflacionária.

Preocupa o fato dos fumicultores sentirem a necessidade de relacionar questões financeiras à maioria das suas vivências de prazer e de sofrimento no trabalho. Alguns agricultores perceberam o quando os produtores estão reproduzindo esta lógica de consumo e verbalizações referiram, a título comparativo, que antigamente a relação com o trabalho e com terra era outra, pois os produtores pensavam e agiam de outra forma.

Os fumicultores são, portanto, percebidos pela sociedade, como profissionais atuando na contramão, produzindo um produto muito prejudicial. No entanto, desta vez, esta vem reproduzindo uma concepção acertada, pois não são inegáveis os malefícios do consumo do tabaco à população. Esta é uma perspectiva que, na ótica dos produtores, deveria ser estendida ao emprego de agrotóxicos nas lavouras de alimentos que somos obrigados a consumir. Por que a sociedade e o Estado permite, neste caso, o uso de agrotóxicos? Aos participantes lhes parece difícil avaliar esta incoerência, o que pode ser identificado na seguinte fala: *“o fumo, fuma quem quer e o alimento que a gente é obrigado a comer, ninguém enxerga?”*

A precarização no trabalho na fumicultura é um fenômeno complexo. Por esta razão, optou-se por discutir, em dois artigos empíricos, os resultados do vasto conteúdo abordado com a população estudada. Na primeira sessão, foram apresentados os elementos sociais implicados na atividade do cultivo do tabaco e, na segunda, como os agricultores experimentam o seu exercício laborativo, condicionados aos determinantes expostos na primeira parte do estudo.

Foi evidenciado que os fumicultores buscam um entendimento para a exploração de que estão sendo vítimas, neste sentido criticam tanto a atuação do Estado e das Empresas fumageiras, quanto a si mesmos. Isto evidencia que este coletivo está interessado em participar de espaços de discussão sobre sua situação de precarização no trabalho, que antes de tudo, é reflexo do status social da figura do trabalhador rural. Justamente pela marginalização dos agricultores, há poucos estudos visando conhecer as implicações psicológicas do trabalho para os indivíduos que atuam no campo.

Portanto, os agricultores estão totalmente implicados no contexto capitalista e o seu exercício de labuta vem se apresentando tão operacionalizado quanto o dos operários de fábrica e demais profissionais dos centros urbanos. A dita liberdade do homem do campo, como regulador do seu saber-fazer, vem se configurando como uma oportunidade para a intensificação do trabalho. O produtor, como patrão de si, não dá trégua para o esgotamento físico e psíquico.

Reunir estes trabalhadores em grupos focais foi um desafio, não pela dificuldade de deslocamento e acesso destes até o local dos encontros, mas porque num primeiro contato, estes comunicavam o mesmo impedimento: não poder parar de trabalhar. Entretanto, alguns permitiram-se este “desvio de função” e tanto contribuíram com este estudo como sentiram-se gratificados pelo espaço de acolhimento e de escuta que lhes estava sendo oferecido.

Além das providências que devem ser tomadas pelo Estado a fim de interceder pela causa dos fumicultores, também espera-se que haja a mobilização dos profissionais das mais distintas áreas do conhecimento, interessados em conhecer a perspectiva destes trabalhadores. Este é um critério para que as ações propostas ao benefício desta população tornem-se efetivas.

A complexidade do fenômeno estudado exigiu uma aproximação com os conhecimentos de distintas áreas do saber, pois são muitas as disciplinas interligadas no sentido de complementaridade, de interdisciplinaridade, como: medicina, serviço social, economia, agronomia, ciência políticas e outras. No que diz respeito à psicologia, há poucos psicólogos atuando na área rural do Brasil, apesar da necessidade desta população em receber atenção de profissionais e de equipes de saúde mental. Trata-se de uma iniciativa imprescindível, capacitar os psicólogos e ampliar o seu saber clínico, oportunizando um espaço de escuta e de cuidado aos indivíduos e às famílias residentes em localidades rurais. Faz-se necessário conhecer a demanda da população, sempre considerando o contexto em que esta inscrita. Satisfeito este critério, torna-se possível compreender os fatores de sofrimento e de adoecimento dos indivíduos e implementar ações no sentido de prevenção e de promoção de saúde.

Por fim, este trabalho evidenciou que os fumicultores precisam não apenas ter “voz”, para que seja lançada sua crítica à sociedade, ao Estado e às fumageiras, mas que se apropriem desta construção reflexiva a fim dar outro sentido para o seu trabalho. Espera-se que este estudo seja apenas um, dentre muitos outros que venham a favorecer o empoderamento dos agricultores. A ajudá-los a perceber que sua participação é essencial para reverter o quadro de precarização em que se encontram, de que o seu sofrimento pode ser criativo e de que podem sim, voltar a ser protagonistas de sua felicidade.

ANEXO A

GRUPOS FOCAIS - QUESTÕES NORTEADORAS

Sobre a organização de trabalho

- Falem-me sobre como é trabalhar na fumicultura.
- Quais são as atividades que vocês realizam? Como são realizadas estas atividades?
- Como as famílias se organizam no plantio do fumo?
- O que pode ser considerado bom ou prazeroso no trabalho de vocês?
- O que pode ser considerado ruim ou penoso no trabalho de vocês?
- Falem-me sobre as situações difíceis do dia a dia de trabalho. O que vocês fazem nestas situações?

Sentimentos

- Vocês consideram o trabalho na fumicultura importante?
- Vocês sentem-se reconhecidos pelo trabalho que realizam?

Sugestões

- Na opinião de vocês o que poderia tornar o cultivo do fumo mais agradável?

ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pouco se conhece sobre os processos de saúde-doença do trabalhador que cultiva o fumo. Por este motivo, você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que tem o objetivo de conhecer o que o fumicultor pensa sobre o seu trabalho: o que considera bom e ruim em sua atividade. Sua participação neste estudo acontecerá em dois momentos. No primeiro momento que está acontecendo hoje, você participará de um grupo, para falar sobre o que é bom e ruim na atividade da fumicultura. No segundo encontro do grupo, que ocorrerá na próxima semana, você se reunirá com as mesmas pessoas que estiveram presentes no primeiro encontro para debater algumas informações trazidas por vocês.

Todos os participantes deste estudo são fumicultores de Dom Feliciano e foram contatados através do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar SINTRAF deste município. Esta investigação está sob a responsabilidade da pesquisadora, a Psicóloga Laura Silva Peixoto de Castro (CRP 07/18194), aluna do Curso de Mestrado em Psicologia Clínica do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos UNISINOS, sob a orientação da Psicóloga Dra. Janine Kieling Monteiro.

Fui informado que as informações que darei durante esta pesquisa serão mantidas em segredo pela pesquisadora e que não serei identificado (a). A pesquisadora me orientou a não comentar, com pessoas que não participaram da pesquisa, sobre o que será dito nos encontros do grupo, para evitar a minha identificação e a dos outros participantes.

Compreendo que esta pesquisa não me trará qualquer despesa pessoal e que os encontros serão gravados em áudio com a minha autorização. Foi esclarecido pela pesquisadora que, a qualquer momento, poderei interromper a minha participação, assim como não serei obrigado a responder todas as questões.

A pesquisadora comunicou que as informações e materiais desta pesquisa serão guardados por ela por um período de cinco anos e que depois serão apagadas. A minha assinatura neste documento autoriza a pesquisadora a utilizar as informações recebidas somente para os objetivos da pesquisa, incluindo a publicação da sua dissertação de mestrado e de artigos científicos.

Caso eu necessite de alguma explicação sobre a pesquisa, em qualquer momento do estudo, poderei entrar em contato com a pesquisadora Laura Silva Peixoto de Castro, no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, local dos encontros, ou pelos telefones: (51) 96590777 ou (51) 36771326. Este documento está sendo assinado em duas vias, ficando uma delas comigo e outra com a pesquisadora.

Eu, _____ declaro que fui informado, de forma clara e detalhada, sobre os objetivos e os procedimentos acima descritos e autorizo minha participação no estudo.

_____ Assinatura do participante

Data / /

_____ Assinatura da pesquisadora

Data / /